

**Universidade Federal do Piauí
Centro de Educação Aberta e a Distância**

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Marta Maria Azevedo Queiroz



Ministério da Educação - MEC
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Universidade Aberta do Piauí - UAPI
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

História da Educação

Marta Maria Azevedo Queiroz



2010

PRESIDENTE DA REPÚBLICA	<i>Luiz Inácio Lula da Silva</i>
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	<i>Fernando Haddad</i>
GOVERNADOR DO ESTADO	<i>Wilson Nunes Martins</i>
REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	<i>Luiz de Sousa Santos Júnior</i>
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO MEC	<i>Carlos Eduardo Bielshowsky</i>
PRESIDENTE DA CAPES	<i>Jorge Almeida Guimarães</i>
COORDENADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	<i>Celso Costa</i>
DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA A DISTÂNCIA DA UFPI	<i>Gildásio Guedes Fernandes</i>

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFPI	<i>Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (Presidente)</i>
	<i>Des. Tomaz Gomes Campelo</i>
	<i>Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa</i>
	<i>Profª. Drª. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz</i>
	<i>Profª. Francisca Maria Soares Mendes</i>
	<i>Profª. Iracildes Maria de Moura Fé Lima</i>
	<i>Prof. Dr. João Renór Ferreira de Carvalho</i>

COORDENAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	<i>Cleidinalva Maria Barbosa Oliveira</i>
TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<i>Elis Rejane Silva Oliveira</i>
PROJETO GRÁFICO	<i>Samuel Falcão Silva</i>
DIAGRAMAÇÃO	<i>Anísia Paula Marques</i>
REVISÃO	<i>Francisca das Dores Oliveira Araújo</i>
REVISOR GRÁFICO	<i>Carmem Lúcia Portela Santos</i>

Q3h Queiroz, Marta Maria Azevedo
História da Educação/ Marta Maria Azevedo Queiroz -
Teresina: EDUFPI/UAPI
2010
120 p.

ISBN: 978-85-7463-312-1

1- Educação-História 2 - Educação a Distância
I. Título

C.D.D. - 370.9

A responsabilidade pelo conteúdo e imagens desta obra é dos autores. O conteúdo desta obra foi licenciado temporária e gratuitamente para utilização no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, através da UFPI. O leitor se compromete a utilizar o conteúdo desta obra para aprendizado pessoal, sendo que a reprodução e distribuição ficarão limitadas ao âmbito interno dos cursos. A citação desta obra em trabalhos acadêmicos e/ou profissionais poderá ser feita com indicação da fonte. A cópia deste obra sem autorização expressa ou com intuito de lucro constitui crime contra a propriedade intelectual, com sanções previstas no Código Penal.

A

apresentação

Este texto destina-se aos estudantes matriculados no programa de Educação a Distância da Universidade Aberta do Piauí (UAPI), vinculado ao consórcio formado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Piauí (IFPI), com apoio do Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Educação, sendo composto de quatro unidades estruturadas da seguinte forma:

UNIDADE I. História e História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador.

UNIDADE II. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade.

UNIDADE III. Visão histórica da educação brasileira.

UNIDADE IV. Visão histórica da educação piauiense.

Bons Estudos!



S

umário

8

UNIDADE 1

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

O que é história?	11
O que é educação?	12
História e Educação: história da educação	15
A importância da história da educação na formação do educador	16

28

UNIDADE 2

PRINCIPAIS TEORIAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

A educação em seus diversos momentos históricos	23
A pedagogia moderna: a pedagogia realista	47
A educação nacional – século XIX	54
A educação para a democracia – século XX.....	59

62

UNIDADE 3

VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação na Colônia: dos jesuítas a Pombal.....	73
A educação no Império – a chegada da família portuguesa no Brasil	75
A educação na primeira República – em busca de novos horizontes	78
A Ditadura Militar – o ideal autoritário de educação	86
A Nova República - o ideal democrático de sociedade e de educação	90
A educação no século XXI – uma nova perspectiva	91

UNIDADE 4**VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PIAUIENSE**

Educação no Piauí: do período colonial ao início do período republicano	99
Educação no Piauí Colonial.....	99
Educação no Piauí Imperial	101
Educação no Piauí Republicano.....	108

UNIDADE 1

História da Educação:
fundamentos teóricos-metodológicos e
a importância na formação
do educador



1

História da Educação: fundamentos teórico- metodológicos e a importância na formação do educador

Questões iniciais

- Qual o sentido da palavra “educação”?
- Afiml, para que ela serve a educação?
- É possível conceituar a educação?
- O que é história?
- Quais as relações da História da Educação com a História e com a Educação?

A princípio pode parecer bastante simples responder estas perguntas, mas é necessário esclarecer que várias pessoas já tentaram respondê-las, o que veio dar lugar a inúmeras definições para o sentido de história e de educação. Todas as definições podem ser consideradas como corretas, tomando-se como referência as suas variantes significativas e os postulados teóricos que serviram como fundamentos.

Para iniciar os estudos de história da educação, é importante esclarecer os conceitos de história e de educação para a compreensão do papel específico de cada uma das áreas e as suas interconexões. Existem dois livros de fácil leitura e explicitação dessas temáticas: ‘O que é Educação?’, de Carlos Rodrigues Brandão; e ‘O que é História?’, de Vavy Pacheco Borges.

O que é história?

Na atualidade, o termo história apresenta uma ambiguidade: de um lado, indica o conhecimento de fatos humanos ou a ciência que disciplina e dirige esse conhecimento; por outro, refere-se aos próprios fatos.

Ao se reduzir a história a uma sequência de fatos ou de ideias, acaba-se por torná-la apenas uma disciplina que reterá uma série de grandes fatos desvinculados da realidade e, portanto, sem sentido. No processo de ensino-aprendizagem, a absorção memorística dos fatos

históricos implica em deixar de situá-los em seus contextos.

Há inúmeras discussões acerca da definição de história. Algumas enfatizam que a história deve estudar só o passado. Outras, se ela pode fazer projeções futuras. Cotidianamente, ouvimos falar que a história refere-se aos acontecimentos do passado. Mas, o presente não é história?

Hoje, a história não visa somente explicitar o passado, de maneira estática, mas está intrinsecamente interligada ao presente, vivo e dinâmico. Para Ghiraldelli Jr. (2006; p.13 -14):

A história é o estudo criterioso e a exposição ordenada – considerando primordialmente o tempo – de situações, acontecimentos, ideias e ideários, vidas de pessoas, povos e grupos sociais, e também o desempenho de instituições e organizações.

Nesse sentido, a história, ao mesmo tempo em que explica a realidade, pode transformá-la. A história está sempre se construindo: “o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado” (BORGES, 2003: p;9). Na concepção de Luzuriaga (2001), a história é o estudo da realidade humana ao longo do tempo. Ela é matéria do presente, como corte, no desenvolvimento da humanidade.

A história é, então, o estudo do passado que nos ajuda a compreender o presente, mas de um passado vivo, que está presente em nós. Um dos principais objetivos da História é resgatar os aspectos culturais de um determinado povo ou região para o entendimento do processo de desenvolvimento. Entender o passado também é importante para a compreensão do presente.

Considerar a história como conceitos que podem ser vistos de maneira relacionada entre passado, presente e futuro é fundamental. A função principal da história é a de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma, pois “A história é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade” (BORGES: 2003; p.48).

O que é educação?

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar (BRANDÃO, 2003; p.7).

Trata-se de uma indagação que acarreta uma grande discussão. Porém, começemos por afirmar que educação é um processo contínuo

e tal fato já suscita uma grande discussão. Poderíamos dizer que esse processo contínuo tem início com o nascimento do ser humano e encerra-se com a sua morte, ressaltando ainda que não se encontra circunscrito ao ambiente escolar.

Para Brandão (2003; p.9), “Não há uma forma única nem um modelo único de educação [...] o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é o único praticante”. Mas, como complementar tal afirmação? Afinal, uma investigação exaustiva que descreva e analise os vários conceitos de educação existentes em nossa cultura, ou em outras culturas, distantes de nós no tempo ou no espaço, não seria possível dentro dos propósitos desse texto. A alternativa que nos resta é a de propor uma caracterização do conceito de educação que seja suficientemente ampla, que faça sentido e seja justificável.

Émile Durkheim afirmava que educação é um fenômeno social, chamando atenção para o fato de que esse processo se configura por meio de relações estabelecidas dentro do próprio processo de ensino. Assim, considerada como um fator de mudança social, a educação reflete os acontecimentos históricos, políticos e culturais responsáveis pelas mudanças que experimentamos cotidianamente.

Nesse texto, iremos entender que é na vida cotidiana e a partir dela que se cumprem as verdadeiras criações, aquelas que produzem os homens no curso de sua humanização: as obras. Essa afirmação nos permite apreender o sentido da escola além da instituição que ela é. Por transcender esse aspecto, a escola pode ser entendida como resultado de uma construção que, ao longo do tempo, tem se transformado continuamente pela ação dos sujeitos.

No entanto, compreender a educação exige uma reflexão mais aprofundada, sobretudo apreender os vários contextos em que esse processo ocorre. Dessa forma, não podemos incorrer no erro de tentar fechar uma definição.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que não existe apenas uma Educação, uma sociedade ou um só conteúdo, porque, na realidade, existem tantas educações quantas forem as vivências do indivíduo. Afinal, os valores mudam à medida que os grupos aos quais eles pertencem sofrem mutações.

Existem valores comuns aos mais diversos grupos e estes podem vir a se constituir na base para uma educação mais ampla, mais abrangente. No entanto, ainda assim, estaríamos respondendo apenas a uma parte da questão sem levar em consideração certos fatores de alta

relevância que concorrem para a estruturação de uma sociedade. Dentre eles, poderíamos destacar o papel da ideologia (dominante) que age por meio da injunção de normas de conduta com o objetivo de padronizar comportamentos que, ao serem absorvidos, dão a entender que a educação é acessível apenas a determinadas parcelas da população.

A relação da ideologia com a educação foi bastante polêmica ao longo da história. Embora o termo tenha sido primeiramente utilizado em 1801, é com o advento do marxismo que a ideologia assume uma maior importância para o pensamento humano. Conforme Chauí, o marxismo entende a ideologia como um instrumento de dominação de classe e, como tal, sua origem é a existência da divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta. Além disso, a utilização do termo confunde-se com o significado de crenças e ilusões que se incorporam no senso comum das pessoas. Abbagnano (1998; p. 533) afirma que “o que transforma uma crença em ideologia não é sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação”(ABBAGNANO: 1998;p. 533)

Um novo rumo ao conceito de ideologia entra em cena com Gramsci, quando este adota o termo hegemonia que, segundo o autor, permite que algo ocorra por consenso e/ou coerção. Na sociedade dividida em classes, temos uma constante luta pela hegemonia política, e a ideologia assume o caráter de convencimento, o primeiro recurso utilizado para a dominação. Por outro lado, do ponto de vista dos oprimidos, o embate ideológico contra a hegemonia burguesa se dá em todos os espaços em que esta se reproduz; temos, como exemplo, a escola.



Saiba Mais

1. Conjunto de ideias ou crenças que refletem as necessidades e aspirações sociais de um indivíduo, grupo, classe ou cultura particular. 2. Conjunto de ideais que formam a base de uma teoria (econômica, política...) – Ideologia Marxista (DICIONÁRIO SACONNI) (coluna de indexação)

Luta contra a ideologia dominante. Para Gramsci, a educação tem papel primordial, na medida em que pode formar os intelectuais de outras classes, habilitando-os a sistematizar organicamente a concepção de mundo dessas classes.

Assim, passamos a ter uma luta de posição na escola, colocando a política, luta pelo poder, como o centro da ação pedagógica.

A educação, portanto, adquiriu um novo estatuto, passando a ser um espaço social de disputa da hegemonia; é uma prática social construída a partir das relações sociais que vão sendo estabelecidas, podendo ser compreendida como uma “contra-ideologia”. Nesta perspectiva, é importante identificar a posição do educador na sociedade. Por um lado, o educador pode contribuir para manter a opressão ou colocar-se contra quando adota uma postura crítica, podendo passar da teoria à prática.

É necessário acrescentar que consideramos educação como o ato de educar, orientar, acompanhar, nortear; mas também o de trazer de dentro para fora as potencialidades do indivíduo.

História e Educação: história da educação

Atualmente há uma dicotomia na nomenclatura do termo História da Educação. De um lado, considera a educação como área específica da História. De outro lado, defende-se a história como auxiliar da educação.

De acordo com Saviani (1985), se centrarmos a atenção na educação, ou seja, na problemática educacional, teremos condições de esclarecer o significado de história, já que a história não se dá no abstrato: “A História é uma história concreta, portanto, história de alguma coisa” (1985; p.34). Se a preocupação for a problemática educacional, em que a História pode nos ajudar a entendê-la?. Então, conforme Saviani,

Parece-me, pois, que a nossa preocupação, enquanto profissionais ligados à [...] história da educação, deverá estar concentrada na problemática educacional. Sem isso, estaremos traindo nossa própria atitude [...] histórica. [...] trata-se da História da Educação e não da História (porque nesse caso também o nosso projeto esvazia) e nem apenas de Educação (porque nesse caso ela se desenraiza). O concreto é histórico e para dar conta da problemática concreta da educação é necessário assumir a postura histórica. (SAVIANI:1985; p. 35).

Para refletir

- Qual o papel da educação?
- Como formar pessoas para o mundo da informação e do conhecimento
- Quais os saberes mobilizados pelos professores no contexto da ação?
- Devemos estimular a investigação no contexto da formação do educador?
- Cabeças bem cheias ou cabeças bem feitas?
- Podemos pensar a natureza humana universal e eterna?
- Há um modelo de educação universal?

Nesse sentido, podemos afirmar que a história da educação é atualmente um complexo interligado de várias 'histórias', unidas pela complexidade do objeto 'educação'. O educador deverá, portanto, tornar sua prática intencional, o que significa ultrapassar a dimensão do senso comum. A prática crítica e emancipatória, consciente de seus fins, será mais eficaz.

Para Aranha (1998, p. 16), "os fins a serem atingidos no processo, a educação, como prática, precisa estar em constante abertura para a teoria, porque é o vaivém entre o agir e o pensar que dinamiza a ação, evitando as formas esclerosadas da ideologia". A pedagogia, como teoria da educação, possui seu conteúdo próprio, mas necessita de ciências auxiliares, dentre elas, a história, como também outras ciências.

A importância da história da educação na formação do educador

Em um estudo sobre a educação, uma indagação nos vem à mente: qual a importância da história para a educação?

Para melhor esclarecer essa questão vamos recorrer à história da própria história da educação, com base nos estudos elaborados por Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão, e sistematizados no livro História da Educação.

De acordo com as autoras supracitadas, a disciplina História da Educação, nascida no final do século XIX, desenvolveu-se, sobretudo, nas escolas normais e nos cursos de formação de professores e não, como poderia se supor, nos institutos de pesquisa e ensino da História propriamente dita. Nesse sentido, sua história está intrinsecamente relacionada ao campo da Pedagogia que, desde o século XVIII, começa a se desenvolver na Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, a história da História da Educação também está associada às trajetórias das escolas normais e, posteriormente, dos cursos de Pedagogia e, portanto, ao campo da educação e, particularmente, ao ensino. Em 1928, era introduzida a disciplina História da Educação no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro. A reorganização do curso de formação para o magistério integrava o conjunto de ações promovidas por Fernando de Azevedo na reformulação da instrução pública do Distrito Federal iniciada em 1927.

Constituída como disciplina escolar, em geral em proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura salvacionista e tribuna de defesa de um ideal de educação popular, à história da educação foi delegado o lugar de ciência auxiliar da Pedagogia.

Ressalta-se, ainda, que a história da educação não se desenvolveu como uma área da história, embora seu objeto seja extremamente importante para se compreender o passado das sociedades. No campo da história, a educação tem sido, tradicionalmente, um objeto ignorado ou considerado de pouca importância. Com a progressiva influência da nova história cultural, isso vem, aos poucos, mudando.

Que consequências isso trouxe para a disciplina? Sabemos que é comum na área da educação a preocupação com a utilidade dos conhecimentos, tendo em vista as práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, a história da 'História da Educação' está marcada pelo caráter utilitário que essa disciplina poderia cumprir na formação dos professores. Talvez pela necessidade que a área da educação tem de solucionar os problemas da prática, a história foi considerada pouco importante para a compreensão do fenômeno educativo. Essa área do conhecimento era vista apenas como uma disciplina formadora nos cursos de formação de professores. Foi desse modo que a história da educação, praticamente ignorada pelos historiadores de ofício, foi considerada secundária no próprio campo da educação.

É exatamente a filosofia que vai acompanhar a história da educação em sua trajetória. Essa associação trouxe consequências importantes para o contorno que assumiu a história da educação. Por muito tempo, não havia uma distinção nítida entre as duas disciplinas que, em alguns cursos, chamavam-se Fundamentos da Educação. Enquanto a história ocupava-se sobretudo da história da organização dos sistemas de ensino ao longo do tempo, a Filosofia falava do pensamento pedagógico. Mesmo quando se separaram institucionalmente, sobretudo a partir da década de 1970, as duas áreas continuaram bastante relacionadas. Mesmo hoje, não raro as duas disciplinas formam uma única linha de pesquisa ou uma área.

Evidentemente, essa associação com a Filosofia da Educação contribuiu para que uma das vertentes mais pesquisadas na história da educação fosse exatamente a história das ideias pedagógicas, e a fonte privilegiada para esse tipo de investigação fosse a obra dos grandes pensadores.

A relação entre história da educação e pedagogia traz outra consequência. A área da educação está impregnada de um etos religioso, como vem sendo evidenciado nas pesquisas realizadas nos últimos anos. O discurso sobre o professor tem insistido no caráter missionário da profissão. Essa influência religiosa se expressa também na constituição

da disciplina História da Educação, que ao lado da Filosofia ganha ainda mais importância. Os diversos ideários pedagógicos são concebidos como verdadeiras doutrinas e seus expoentes como sacerdotes propagadores de uma determinada verdade que conteria as melhores propostas para a solução dos problemas educacionais.

O fato de a trajetória da história da educação estar relacionada à Pedagogia e ao ensino dificultou sua constituição como área de pesquisa propriamente dita. Embora nas décadas de 1930 e 1940 algumas obras tenham sido escritas, é somente nas décadas de 1950 e 1960 que começa a se configurar um campo de pesquisa em História da Educação, com realização de levantamentos de fontes.

Saiba mais

Etos - Conjunto de costumes e hábitos característicos de um determinado indivíduo, grupo, época e religião. (coluna de indexação)

A inserção da história da educação no campo da Pedagogia também provocou, nos pesquisadores, uma tendência de explicar os fenômenos educativos do passado em si mesmos, sem relação com outros aspectos da sociedade característicos da mesma época. No caso da História da Educação no Brasil, essa tentativa de articulação é ainda mais recente.

Uma outra consequência dessa relação está no próprio perfil daqueles que pesquisam na área. A maioria dos pesquisadores não é da área. Em todos os casos, para se tornar um historiador da educação competente, é preciso que o pesquisador tenha formação rigorosa e específica, o que supõe, entre outras imposições, um mergulho no que é próprio ao campo do outro. Para o pedagogo e o educador de forma geral, é necessário um mergulho nas teorias e metodologias da história e na prática de arquivos, a fim de que possa se sentir um pesquisador com habilidade para realizar a operação historiográfica. Na visão do historiador de ofício, é preciso familiaridade com o objeto que vai investigar e com o campo em que se configura esse objeto – a educação e suas especialidades. Parece haver uma tentativa maior de aproximação da história da educação em direção à história do que em direção à Educação.

A partir da década de 1970 se inicia sistematicamente, nos cursos de Pedagogia, a introdução de uma disciplina específica que trata da história da educação brasileira. Então, se era incomum realizar pesquisas em história da educação, mais incomum ainda eram as investigações sobre a história da educação brasileira.

Nesta perspectiva, é mister explicitar o papel da disciplina História da Educação no processo de formação do educador no Brasil, pois, até os anos de 1960, a disciplina era considerada como apêndice da Filosofia

da Educação. Vale ressaltar, ainda, que esse perfil foi responsável pelo processo de inclusão da história da educação em disciplinas de formação do magistério.

No entanto, nas últimas décadas, a área de história da educação sofreu uma verdadeira revolução, seja em seus contornos teórico-metodológicos, seja no alargamento de seus objetos e de suas fontes.

Fórum



Questão para ser discutida no fórum

Com base nas leituras realizadas nesta unidade, faça um breve comentário sobre a seguinte citação:

A pedagogia, com seu conteúdo próprio, e tendo como objeto de estudo a ação humana, quando transmite ou modifica a herança cultural, necessita da história, como também absorve os fundamentos da psicologia, sociologia e filosofia para questionar as tramas ideológicas que perpassam o processo de educação.

Exercícios Propostos



1. O termo história da educação não é simplesmente a junção de dois termos. história e educação, em sua interconexão, contemplam a educação como objeto de estudo específico. Explícite então o conceito de:

- a) História
- b) Educação
- c) História da Educação

2. Em referência ao estudo desenvolvido sobre história da educação, explícite a seguinte indagação: qual a importância da História para a Educação?



UNIDADE 2

**Principais teorias
e práticas educacionais**



2

A educação em seus diversos momentos históricos

Partiremos da reflexão proposta por Luzuriaga ao afirmar que a história da educação “[...] é parte da história da cultura tal como esta, por sua vez, é parte da história geral. Não é fácil definir história, da qual têm sido dadas muitíssimas interpretações” (2001, p.1). São muitos os ideários que fazem parte da complexidade da história.

No desenvolvimento da história da educação observam-se várias fases, cada uma com suas características particulares, nem exclusivas e nem únicas. Distinguiremos, fundamentados nos trabalhos de Aranha (1998); Gadotti (2001) e Luzuriaga (2001), as seguintes fases:

A educação primitiva: antes da história propriamente dita. Nesta fase, não havia povos ou Estados, mas pequenos grupos humanos dispersos pela Terra.

A educação oriental: dos povos em que já existiam civilizações desenvolvidas, compreendendo os países como Índia, Egito, Arábia, China e o povo Hebreu, entre outros.

A educação clássica: começo da civilização ocidental – Grécia e Roma.

A educação medieval: na qual se desenvolveu essencialmente o cristianismo.

O renascimento – (1) A educação humanista: esta fase representa o retorno à cultura clássica (renascimento – século XV), acrescentando ainda mais o surgir de uma nova vida, baseada na natureza, na arte e na ciência. **(2)** A educação reformada, no século XVI, como produto da renascença, uma reforma religiosa. De um lado as confissões protestantes, de outro lado a reforma da igreja católica.

A educação moderna – a pedagogia realista: iniciam os métodos da educação moderna (século XVII), baseados nas filosofias e ciências novas – Galileu, Copérnico, Newton e Descartes. Um dos maiores representantes da didática, Comênio.

O século das luzes: a educação racionalista e naturalista – o ideal liberal de educação: culmina com a chamada ‘ilustração’, ou seja, movimento cultural iniciado na renascença. Rousseau é um dos principais representantes no século XVIII, em cujo final começa o movimento idealista na pedagogia, sendo Pestalozzi seu mais alto representante.

A educação nacional – século XIX: promove a intervenção cada vez maior do Estado na educação, formação de consciência nacional e patriótica, em todo mundo civilizado e estabelecimento da escola primária universal, gratuita e obrigatória.

A educação para a democracia – século XX: seu traço mais marcante será a tendência para a educação democrática – educação possível ao maior número possível de indivíduos.

Educação para o terceiro milênio: deve levar em conta a diversidade cultural, uma educação multicultural, crítica e capaz de resgatar a unidade entre história e sujeito.

Essas são as principais fases percorridas pela educação até os nossos dias, as quais naturalmente influenciam e continuarão influenciando enquanto o homem viver. A seguir, explicitaremos cada uma das fases, suas características e os impactos exercidos no cenário mundial.

A educação primitiva

Às vezes parece estranho saber que a escola não existiu sempre em todas as sociedades. Para Aranha, “[...] as sociedades tribais não têm Estado, não têm classes, não têm escrita, não têm comércio, não têm história, não têm escola” (ARANHA: 2001; p26).

De maneira geral, o conhecimento da cultura e da educação dos povos primitivos é essencialmente mítico e de tradição oral. De acordo com Aranha:

Ao agir, o homem imita os deuses nos ritos que tornam atuais, presentes, os mitos primordiais, ou seja, cada um repete o que teria ocorrido com deuses nos início dos

tempos. Só assim a semente brota na terra, as mulheres se tornam fecundas, as árvores dão frutos, o dia se sucede à noite, e assim por diante (ARANHA: 2001; p26).

É muito difícil dar características gerais desse tipo de sociedade. Sem correr o risco de etnocentrismo, numa abordagem mais adequada, devemos considerar esses povos diferentes e não inferiores.

A organização social das tribos se mantém numa estrutura homogênea, una e indivisível em suas relações, sem a dominação de um sobre o outro. Assim, o trabalho e o seu produto são sempre coletivos. O trabalho da mulher não se restringe somente ao doméstico.

Em relação à educação, as crianças aprendem imitando o comportamento dos adultos, na vida diária e nas cerimônias dos rituais. Não há, geralmente, a utilização de castigos no processo de adaptação aos usos e valores da tribo. Por meio dessa educação difusa, da qual todos participam, a criança toma conhecimento dos mitos dos ancestrais, desenvolve a percepção do mundo e aperfeiçoa suas habilidades. A educação é integral, abrange todo o saber da tribo. O saber é aberto a todos, em função da vida e para a vida. Não há privilégio, mas apenas prestígio para aqueles que se destacam, como o caso do feiticeiro.

Nessa concepção, Luzuriaga afirma que a educação nas sociedades tribais:

Era essencialmente uma educação natural, espontânea, inconsciente, adquirida na convivência com os pais e filhos adultos e menores. Sob a influência ou direção dos maiores, o ser juvenil aprendia as técnicas elementares necessárias à vida: caça, pesca, pastoreio, agricultura e fainas domésticas. Trata-se, pois, de uma educação por imitação, ou melhor, por coparticipação nas atividades vitais. Assim aprende também os usos e costumes da tribo, seus cantos e suas danças, seus mistérios e seus ritos, o uso de armas e sobretudo da linguagem, que constitui o seu maior instrumento educativo (LUZURIAGA: 2001; p.14).

A educação primitiva era essencialmente prática, marcada pelos rituais de iniciação. De acordo com Gadotti, para aprender a usar o arco, a criança caçava; para aprender a nadar, nadava. A escola era a aldeia. Além disso, fundamenta-se pela visão animista, acreditando que todos os bens naturais – árvores, rios, animais – possuíam alma semelhante à do homem; e totemista religiosa, na qual toma qualquer ser – homem, planta, animal, fenômeno natural – como sobrenatural e criador do grupo.

A educação dos povos primitivos dividia-se nas duas grandes fases: a do homem caçador e a do homem agricultor. É costume caracterizar a vida tribal como um período pré-histórico, por que o homem ainda não conhece a escrita nem os registros de seus feitos. No Brasil, há descobertas de registros rupestres, como os encontrados no centro arqueológico de São Raimundo Nonato, aqui no Piauí, datados de 12 mil anos antes da chega dos colonizadores.

A educação oriental

Nesta fase, estudaremos a educação desenvolvida no oriente. Lembramos, porém, que nossa tradição é predominantemente ocidental.

Convém explicitar no estudo da história da educação a diferença entre povos primitivos e povos civilizados. Para Luzuriaga, foi dito que os povos primitivos careciam de cultura, sendo chamados de selvagens ou bárbaros e, assim, confundiu-se cultura com civilização. Na realidade:

"[...] todos os povos, por primitivos que sejam, têm uma ou outra forma de cultura, tendo-se por cultura o conjunto de instituições e produtos humanos, como família, clã, linguagem, usos e costumes, utensílios e armas, etc. Em compensação, para chegar ao grau de civilização, requer-se alguma forma de organização política, Estado ou cidade, que ultrapasse a vida do clã ou da tribo. Somente algumas sociedades ou povos primitivos chegam a essa organização superior" (2001, p.19).

Com o desenvolvimento das técnicas e dos ofícios especializados, a sociedade se torna mais complexa, ocorrendo a divisão das classes e o aparecimento do Estado. As primeiras civilizações surgem no norte da África e na Ásia. Na Antiguidade oriental, a posse da terra não é mais de todos, como na sociedade primitiva, e nem de particulares, mas é propriedade do Estado. Todas essas civilizações impõem governos despóticos e autocráticos: Egito – faraó, China – imperador. “Essas formas de organização política as tornam tradicionalistas, apegadas ao passado e resistentes às mudanças” (ARANHA: 1998; p.32).

Entre as primeiras sociedades civilizadas, estão as chamadas orientais, como China, Índia, Egito, Palestina, dentre outras, que, ainda com características peculiares, apresentam certos traços comuns. Elas têm uma organização política, um Estado, com chefe supremo único e administração pública, classes sociais diferenciadas – guerreiros, sacerdotes e a massa do povo trabalhador. Posteriormente, surge a

escrita, que fixa o saber, e uma classe encarregada de seu cultivo, a dos letrados: no Egito – os escribas, na China – mandarins e na Índia – os brâmanes, tendo a seu cargo a administração e o governo. Essas características reclamam a organização de uma educação sistemática, assim surgem as escolas e os mestres e, em algumas épocas, instrução pública organizada.

Associada ao aparecimento do Estado, está a invenção da escrita. Os egípcios (3.500 a.C) fazem inscrições em hieróglifos . Na Mesopotâmia, fazem escritas cuneiformes – em formas de cunhas – também pictográficas. Na China, manteve sempre a escrita ideográfica . O saber representa uma forma de poder.

As preocupações com a educação permeiam os livros sagrados, que direcionam as regras ideais de conduta e orientação para o enquadramento das pessoas nos rígidos sistemas religiosos e morais. Enquanto que nas sociedades primitivas o saber é difuso, acessível a todos, nas civilizações orientais, a população – comerciantes, lavradores e artesãos - não têm direitos políticos nem acesso ao saber dominante. “[...] o conhecimento da escrita é bastante restrito [...]. Com o tempo, aumenta o número dos que procuram instrução, embora apenas os filhos dos privilegiados conseguissem os graus superiores” (ARANHA: 1998, p.33).

Podemos inferir que nesta época tem início o dualismo escolar, que destina um tipo de educação para o povo e outro para os filhos dos funcionários. A grande massa fica então excluída da escola e restringida à educação informal.

No Egito, as escolas funcionavam nos templos e em algumas casas, predominando o processo de memorização e a utilização constante de castigos. Apesar do teor religioso, a educação é prática e utilitária, não vinha acompanhada de questões teóricas de demonstração, nem de princípios ou leis científicas.

Na Índia, a educação também é discriminadora, privilegiando os brâmanes. Eles são encaminhados por mestres e aprendem os textos sagrados dos Vedas e dos Upanishads - o hinduísmo se baseia nesses livros. As outras castas podem receber a educação elementar, mas os sudras e os párias dela se acham excluídos. Além do brumanismo, a educação na Índia foi influenciada pelo budismo .

A China, uma das mais tradicionais culturas, revela em sua educação o caráter conservador, voltado para a transmissão da sabedoria contida nos livros clássicos, dentre eles, o talvez de mais difícil

Saiba mais

Momentos que marcam a inserção dos jovens na sua cultura. “Os rituais de iniciação constituem muitas vezes um eixo essencial, em relação ao qual se ordena, em sua totalidade, a vida social e religiosa da comunidade” (LUZURIAGA, 2001, p.29) (COLUNA DE INDEZXAÇÃO)

interpretação seja o chamado Livro das Mutações - I Ching, que remonta ao terceiro milênio a.C. Ao contrário das demais civilizações antigas, o sistema de seleção para o ensino superior é extremamente rigoroso, baseado em exames oficiais que distribuem os candidatos nas diversas atividades administrativas, e a educação elementar visa à alfabetização, processo longo devido à complexidade da escrita chinesa. Tudo é feito de maneira rigorosa, com ênfase nas técnicas de memorização.

Os hebreus, como nas demais civilizações antigas, estão impregnados de religiosidade e da ação dos profetas, seus primeiros educadores. As sinagogas eram locais de instrução religiosa e o livro de seus ensinamentos era a Bíblia. Significativa mudança acontece entre os hebreus, distinguindo-os dos demais povos: 1) a superação da concepção politeísta; 2) desenvolveram uma nova ética para os valores da pessoa e para a interioridade moral. Valorizavam a educação manual, a aprendizagem de um ofício. A educação popular e a erudita marchavam paralelamente. Assim, como todos os povos orientais, os seus métodos de ensino baseavam-se na memória mecânica.

A educação nas sociedades orientais busca, através dos caminhos religiosos, conduzir as pessoas com base em suas doutrinas morais. Cabe ressaltar que nossa educação tem herança greco-romana e da tradição judaico-cristão, como veremos a seguir.



Saiba Mais

Termo que significa “escrita sagrada”. “Essa escrita é no início pictográfica, ou seja, representa figuras e não sons, como a nossa, e só posteriormente adquire características fonéticas como a nossa” (ARANHA: 2001; p. 32).

Os sinais gráficos representam ideias e não figuras (ARANHA: 1998).

Castas fechadas: os brâmanes (sacerdotes), os xátrias (guerreiros nobres), os vaicais (agricultores e comerciantes) e os sudras (servos dedicados aos serviços considerados mais humildes). Os párias não pertencem a qualquer casta e por isso são reduzidos à condição miserável (ARANHA: 1998).

Religião fundada no século VI a.C, por Sidarta Gautama, o Buda, que significa o ‘Iluminado’ (ARANHA: 1998).

A educação clássica: greco-romana

Com um deslocamento dos povos orientais para a Europa, floresceram, em momentos diferentes, duas civilizações: a grega e a romana. Será explanado primeiramente sobre a antiguidade grega e, posteriormente, sobre a antiguidade romana.

A educação na Grécia – a Paideia

A sociedade grega, estratificada e sustentada por colônias, desenvolvida numa região geográfica que facilitava o comércio com o Oriente e o Ocidente, serviu de berço da cultura, da civilização e da educação ocidental (GADOTTI: 2001). Apesar da Grécia ser constituída por unidades políticas autônomas, as diferentes cidades têm em comum o idioma e a religião, além das similaridades nas instituições sociais e políticas.

Com as transformações sociais e políticas, o advento das cidades-estado (pólis) e a divisão da sociedade em classes – com base na escravidão, desenvolveu-se o comércio. A ampla produção nas artes, literatura e filosofia delineou a herança cultural no mundo ocidental. Os gregos realizaram a síntese entre educação e cultura. Na política nasceu uma nova ordem - a democracia. No entanto, na democracia grega, cidadãos eram apenas os homens livres, não incluindo os escravos, as mulheres e as crianças. Os cidadãos se dedicavam às funções teóricas, políticas e de lazer, consideradas mais dignas.

Os gregos tinham uma visão universal. As explicações predominantemente religiosas são substituídas pelo uso da razão autônoma, da inteligência crítica e pela atuação da personalidade livre, capaz de estabelecer uma leitura humana e não mais divina (ARANHA: 1998; p.41). Surgia, assim, a necessidade de formação, atingindo o nível mais avançado da educação na Antiguidade – a paideia, uma educação integral, que consistia na integração entre a cultura da sociedade e a criação individual de uma outra cultura numa influência recíproca, em seus amplos aspectos. “[...] A educação do homem integral consistia na formação do corpo pela ginástica, na da mente pela filosofia e pelas ciências, e na da moral e dos sentimentos pela música e pelas artes” (GADOTTI: 2001; p.30).

Com o advento da pólis (cidades), começam a aparecer as primeiras escolas. Porém, somente no período clássico, sobretudo em Atenas, a instituição escolar foi estabelecida. Esta instituição atendia

Saiba Mais

Por volta do século V a.C., foi criada a palavra paideia, que de início significava apenas criação dos meninos (pais, paidós, ‘criança’)” (ARANHA, 1998, p.41). Paideia - refere-se à prática educativa e à formação cultural do cidadão. Remete à ideia de educação ligada aos conteúdos da cultura, das práticas corporais e artísticas. (coluna de indexação)

principalmente aos jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza ou dos comerciantes enriquecidos. A escola permanecia elitizada – o ideal de educação da época estava em consonância com os ideais e aspirações da sociedade. Para os gregos, a palavra escola – *scholé* – significa inicialmente ‘lugar do ócio’. “O ócio digno significa a disponibilidade de gozar o tempo livre, privilégio daqueles que não precisam se ocupar da própria subsistência” (ARANHA: 1998; p.50).



A Grécia clássica pode ser considerada o berço da pedagogia, pois, ao discutir os fins da paideia, esboçaram as primeiras linhas conscientes da ação pedagógica, influenciando por séculos a cultura ocidental. Questões como: o que é melhor ensinar? Como é melhor ensinar? Para que ensinar? enriquecem as reflexões filosóficas e marcam as tendências no mundo grego. Na história da educação grega, Luzuriaga distingue quatro

períodos essenciais:

Saiba mais

Pedagogia origina-se da palavra *paidagogos* que significa aquele que conduz a criança (*agogós* - que conduz), no caso o escravo que acompanha a criança à escola. “[...] Com o tempo, o sentido da palavra se amplia para designar toda teoria da educação” (ARANHA: 1998; p.41).

1) A educação heróica, cavalheiresca, representada pelos poemas homéricos.2) A educação cívica, representada por Atenas e Esparta. A educação clássica, humanista, representada por Sócrates, Platão e Aristóteles.4) A educação helenística, enciclopédica, representada pela cultura Alexandrina (LUZURIAGA: 2001; p.34).

No período da educação heróica ou cavalheiresca, visava-se à formação cortês do nobre, com base nos valores aristocráticos: força, coragem, lealdade, prudência, glória e desafio à morte. A educação, nessa fase, é aristocrática e de incumbência da família. O traço essencial é o desejo de ser superior – ‘ser o melhor e distinguir-se dos demais’ e de educar integralmente - ‘pronunciar discursos e realizar ações’. Nessa época, a educação era recebida nos palácios ou castelos dos nobres, através de preceptores e mentores. Os poemas homéricos serviram de fundamentos para a educação grega, tanto no período arcaico quanto no período clássico. Os seus textos ofereciam os temas básicos para toda a educação escolar.

Após a fase heróica, a educação de Esparta, cidade-estado

importante na época, ao contrário das demais cidades gregas, continuava a valorizar as atividades guerreiras e a educação severa; voltada para a formação militar. Esse Estado é o que mais se aproxima aos Estados totalitários modernos, como o nazismo e o fascismo. “Ao contrário dos atenienses, os espartanos não são educados para os refinamentos intelectuais, nem apreciam os debates e discursos longos” (ARANHA: 1998; p.51). No entanto, além da formação militar que era predominante, ela era musical e esportiva. A educação espartana clássica estava inteiramente nas mãos do Estado. Era nas cidades espartanas que as mulheres tinham maior atenção, participando das atividades físicas. Os cuidados com o corpo tinham sua razão de ser: fortalecer as mulheres para gerar filhos robustos e sadios. Na época era recomendado abandonar as crianças deficientes e frágeis (ARANHA: 1998; LUZURIAGA: 2001).

Enquanto Esparta se deteve na fase guerreira e autoritária, Atenas chegou ao estágio superior – o da vida política democrática. Atenas é tida com a ‘escola de toda a Grécia’. Ao lado dos cuidados com a educação física, destacava-se a formação intelectual. Essa formação tinha uma razão de ser: a participação dos atenienses na vida da cidade (pólis).

Saiba Mais



A educação em Atenas contrastava acentuadamente com aquela que era adotada em Esparta. Eles acreditavam que sua cidade-estado tornar-se-ia a mais forte se cada menino desenvolvesse integralmente as suas melhores aptidões individuais. O governo não controlava os alunos e as escolas. Um garoto ateniense entrava na escola aos 06 anos e ficava confiado a um pedagogo. Ele estudava aritmética, literatura, música, escrita e educação física; além disso, decorava muitos poemas e aprendia a tomar parte nos cortejos públicos e religiosos. A educação era intelectual.

Em Esparta, os homens viviam em aldeias e em Atenas surgiu a vida urbana, daí decorria a importância da pólis. A concepção ateniense de Estado permite o aparecimento da figura do cidadão da pólis, já que a política precisa de cidadãos que saibam convencer pela palavra e intervir nas assembleias. Assim surgiram os sofistas que, mediante contribuições elevadas, preparavam a juventude para a oratória. Nesse sentido, cidadania na Grécia, conforme explicitamos anteriormente, era exercida somente pelos homens livres, portanto, a educação formal

atendia somente aos filhos da elite, excluindo os demais. Conforme LUZURIAGA: (2001):

“Uma outra novidade na educação ateniense da nova era é a formação de comunidades ou fundações de cultura superior, como a Academia de PLATÃO e o Liceu de ARISTÓTELES, aos quais se há de juntar a escola de “SÓCRATES” (LUZURIAGA: 2001; p.42).

Saiba mais

“A palavra sofista vem de sophos, que significa sábio, ou melhor, professor de sabedoria” (ARANHA, 1998, p.43). (coluna de indexação)

Sócrates, mestre de Platão, realizou atividades educativas por meio da conversação, sendo que a sua educação não tinha caráter prático, mas sim do tipo espiritual e moral. Divergente dos sofistas, não fazia da educação profissão remunerada e utilitária. Uma das suas contribuições foi o método socrático: a primeira parte chama-se ironia - "perguntar, fingindo ignorar", processo negativo e destrutivo de descoberta da própria ignorância; e a segunda a maiêutica - "relativo ao parto", é construtiva e consiste em dar à luz novas ideias.

Platão, mestre de Aristóteles, no livro VII de A República, expõe o mito da caverna, alegoria usada para melhor explicar sua teoria: na caverna há homens acorrentados que só conseguem ver as sombras projetadas das coisas que passam às suas costas; se um desses homens conseguisse sair e contemplar a luz do dia, ao regressar não era acreditado pelos seus companheiros. A conclusão que se tira é que Platão é idealista, o que significa, em sua teoria, que as ideias são mais reais que as próprias coisas.

Sócrates, contemporâneo de Platão e discípulo dos sofistas, utiliza-se da retórica, a "arte do bem dizer" e centra sua atenção na linguagem, descobrindo as formas que facilitassem a aprendizagem do discurso.

Aristóteles, discípulo de Platão, elabora um sistema filosófico original e critica o idealismo do mestre, desenvolvendo uma teoria realista. Para Aristóteles, toda educação deve levar em conta que o homem está em constante devir – levar o homem a "tornar-se o que deve ser".

Embora Platão e Aristóteles não tendo influenciado a educação de seu tempo, sua contribuição para a pedagogia se encontra na concepção da natureza humana, cuja característica primordial é a racionalidade, que servirá de base para a orientação da tendência essencialista da pedagogia.

Com o enfraquecimento das cidades-estado e o fortalecimento

do Império Alexandrino, surge a última fase da educação grega – a helenística. Nesta fase, “[...] perde a intensidade da época clássica de SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES. Ganha também em conteúdo: a paideia se converte em enkyklospaideia, enciclopédica” (LUZURIAGA: 2001; p.42). Ou seja, educação geral, que consiste numa ampla gama de conhecimentos exigidos para a formação do homem culto - aumentando os estudos teóricos, de saber erudito, distanciados do cotidiano - e diminuindo o tempo dedicado aos exercícios físicos. As questões metafísicas são substituídas pelas questões éticas.

O conteúdo estabelecido com sua enciclopédia abrange duas áreas: 1) Humanísticas: gramática, retórica e dialética ou filosofia; 2) Científicas: aritmética, geometria, música e astronomia. Posteriormente, seguirá por muitos séculos, com o trivium e o quadrivium. Essa divisão, em matérias humanistas e científicas perdurou no mundo. É nesse período que a educação deixa de ser iniciativa privada e passa a ser pública.

Dos tempos heróicos até o helenismo, o ideal grego de educação sofreu significativas mudanças: da ênfase ao desenvolvimento da habilidade militar do guerreiro, passando pela educação na pólis e, finalmente, pela formação do homem culto. Os gregos desvalorizavam a formação profissional e o trabalho manual, destinado aos escravos. Assim, “[...] a Grécia é o berço das primeiras teorias educacionais, fecundadas pelo embate de tendências pluralistas” (ARANHA: 1998; p.54).

Saiba mais

É um ramo da filosofia que estuda a essência do mundo. Ciência ou conjunto das ciências que estudam a essência das coisas, os primeiros princípios e a causa do que existe. (coluna de indexação)

A educação em Roma – a humanitas

O império romano conquistou a Grécia e absorveu sua filosofia de educação. Os romanos, assim como os gregos, não valorizavam o trabalho manual: “[...] Seus estudos são essencialmente humanistas, entendendo-se a humanitas (tradução de paideia) como aquela cultura geral que transcende os interesses locais e nacionais” (GADOTTI: 2001; p.42). Tratava-se de uma educação nacional, mas de ensino do tipo universal, humanístico, diríamos hoje, baseado em cultura alheia superior, a servir de inspiração.

De acordo com Luzuriaga (2001) e Aranha (1998), podemos dividir a história da cultura e a história da educação romana em três períodos: 1) Realeza, referente à educação da época heróico-patrícia, do século V ao século III a.C.; 2) República, época de influência helênica, do século

III ao século I a.C; 3) Imperial, época do século I a.C ao século V da era cristã.

A primeira fase, chamada realza, tem início na fundação de Roma e termina na queda do último rei etrusco. Nesta fase, “[...] a economia ultrapassa a condição de pastoreio, desenvolvendo a cultura de cereais. Com o desenvolvimento do comércio, Roma começa a se transformar em urbs, "cidade". [...] Surge então a divisão de classes” (ARANHA: 1998; p.59). De um lado, a aristocracia – proprietários rurais e plebeus, representada pelos patrícios, e do outro, os plebeus, constituída pela maioria da população, geralmente homens livres – camponeses, artesãos, comerciantes; mas sem direitos políticos. Dentre os plebeus, havia os clientes, que se colocavam na dependência de uma família patrícia. O número de escravos na época era reduzido.

Não temos notícias referentes à educação na época monárquica, mas a educação da primeira República tinha caráter eminentemente aristocrático e somente mais tarde começaram a participar dela os plebeus. A educação destinada aos aristocráticos visava perpetuar os valores de sangue e cultura dos ancestrais. Nessa época, a influência da família era poderosa. O pai – *pater familias*, exercia a autoridade máxima. A mulher ocupava uma posição mais elevada que na Grécia, principalmente na educação dos filhos, que estava aos seus cuidados na infância. A partir dos sete anos, as meninas continuavam no lar aprendendo os serviços domésticos e os meninos, dos sete aos quinze anos, acompanhavam os pais nas festas para ouvir relatos das histórias de heróis e dos antepassados, e nas atividades de comércio. Após os dezesseis anos, eram encaminhados para uma função militar ou política, desenvolvendo então a consciência histórica, o civismo e o patriotismo.

Para Luzuriaga, a educação romana era eminentemente moral, mais que intelectual: “[...] Os ideais, tomava-os da história e dos heróis da própria pátria, e não da poesia épica, como foi na Grécia; nesses ideais se acentuava o sentido do patriotismo” (2001; p.60). Assim, a educação destinada aos romanos era uma educação pela ação, para a vida, pela vida, e sem escolas, já que era exercida por professores particulares.

A segunda fase, chamada República, tem início com a queda do último rei etrusco. Nessa fase, os únicos a exercerem cargos políticos eram os patrícios: “[...] o poder executivo é representado por dois cônsules eleitos. O Senado, composto por membros vitalícios, é o principal órgão da República” (ARANHA: 1998; p.60).

Prevalece, então, a luta entre os patrícios e os plebeus. Com o

enriquecimento de algumas camadas da plebe, principalmente as que se dedicam ao comércio, conquistam alguns direitos, dentre eles a publicação da Lei das Doze Tábuas, de grande importância para a constituição do primeiro código escrito romano. Surge, então, uma nova aristocracia, não mais determinada pelo nascimento, mas pela riqueza. Posteriormente, ocorre o expansionismo militar, “[...] ampliando consideravelmente a escravidão, que se torna uma instituição importante na evolução da economia e das relações sociais na Roma Antiga” (idem). Os prisioneiros de guerra, assim com os plebeus endividados, eram transformados em escravos, que trabalhavam, quando instruídos, na função de preceptores.

Com o desenvolvimento do comércio, o enriquecimento de uma certa camada de plebeus e início da expansão romana tornam mais complexa a sociedade emergente, o que exige um novo modo de educar, sendo criadas escolas elementares particulares, *ludi magister*, nas quais se aprende a ler, a escrever e a contar, dos sete aos doze anos; a escola dos gramáticos, para jovens de doze a dezesseis anos, ampliando os conhecimentos literários – clássicos gregos, e os de geografia, geometria, aritmética e astronomia; e as escolas superiores – escolas de retórica, que preparavam para a vida pública, assembleias e tribunais, acentuando-se o valor jurídico-político desta sociedade. (ARANHA: 1998). Ainda de acordo com Aranha:

Por volta dos séculos III e II a.C., as incursões militares e o comércio colocam os romanos em contato com os povos helênicos e o esplendor de sua cultura. Inúmeros professores gregos ensinam sua língua, dando início à formação bilíngue dos romanos (ARANHA: 1998; p.65).

Segundo a tradição helênica, o homem livre deve ter uma educação encíclica, isto é, enciclopédica. São desse período o *ludi magister*, a escola dos gramáticos e as escolas superiores. Diferentemente dos *ludi magister* e dos gramáticos, os retores, professores de retórica, são os professores mais bem pagos e respeitados. Conforme explicitado, continua forte e predominante a educação aristocrática, interessada nas atividades intelectuais, consideradas mais dignas, excluindo as manuais.

Na terceira fase, chamada de Império, “As manobras de César em busca do poder absoluto demonstram a fragilidade da República. Em 27 a.C., Augusto implanta o Império [...]” (ARANHA: 1998; p.61). Nesta

Saiba mais

Ludi Magister
– Ludi significa
‘jogo, divertimento’
e Magister
significa ‘mestre’
(ARANHA, 1998,
p.65). (Coluna de
indexação)

época, há a expansão de Roma, tanto na cultura quanto na urbanização. No processo de expansão, os grandes latifúndios se desenvolvem e se especializam, e o escravismo continua sendo a base do processo econômico.

O surgimento do cristianismo foi um fato marcante. Eles não se rendiam ao culto ao imperador, além de ter como adeptos principais os pobres e escravos. Cristo nasceu na época de Augusto e suas ideias se propagaram além da Palestina. “A perseguição aos cristãos se inicia com Nero (ano 64), repetindo-se periodicamente até que Constantino permite a liberdade de culto em 313, e no final do século IV o cristianismo se torna religião oficial” (idem). A queda do Império Romano dá-se com o enfraquecimento da máquina burocrática, corrupção e a invasão dos bárbaros. Com o declínio do comércio e do artesanato, ocorre a ruralização da economia.

A educação nesta fase não é muito diferente da oferecida na fase anterior, a não ser por sua organização. A educação deixa de ser assunto particular, privado, para converter-se em educação pública. Crescente é a intervenção do Estado nos assuntos educacionais, devido ao crescimento da máquina burocrática para a administração do Império, estimulando a criação de escolas municipais em todo o Império.

As escolas romanas foram veículos de universalização de sua cultura. Alguns benefícios foram concedidos aos professores do ensino médio e superior, um deles a isenção no pagamento de impostos; e para estudantes, de bolsas sob forma de ‘instituições alimentícias’. Inúmeras bibliotecas foram criadas e os romanos se apropriavam dos manuscritos nas regiões conquistadas. Continuavam florescendo o Museu de Alexandria, o Círculo de Pentágono e a Universidade de Atenas. Em Roma, Adriano fundou o Ateneu, espaço para discussão e cultura.

Essas fases servem para nos ajudar a compreender o processo educativo no contexto romano, já que eles queriam universalizar a sua humanitas, o que conseguiram através do cristianismo. “Através das conquistas, os romanos impuseram o latim a numerosas províncias” (GADOTTI: 2001; p.43). Roma desenvolveu a concepção de império formado de vários povos, diferente da Grécia, que nunca se constituiu numa nação, por estar dividida em inúmeras cidades.

O Império Romano, com uma máquina burocrática poderosa, necessitava de escolas que preparassem administradores. Pela primeira vez na história, o Estado se ocupa diretamente da educação, formando seus próprios quadros. Para vigiar as escolas, foram treinados

os supervisores-professores, cujo regimento parecia muito com a dos militares. (GADOTTI: 2001; p.44). A educação romana era utilitarista e militarista, organizada pela disciplina e justiça. A orientação educacional se adequou ao modelo da elite dirigente.

No processo de conquista das cidades gregas, os romanos em vez de impor o latim aos gregos, incorporaram o seu idioma e os seus padrões culturais, que se tornam herança da humanidade.

A cultura universalizada pode ser expressa na palavra *humanitas* – no sentido literal de humanidade e, mais propriamente, de educação, cultura de espírito – equivalente à *paideia* grega. Distingui-se desta, no entanto, por se tratar de uma cultura predominantemente humanística e, sobretudo, cosmopolita e universal, buscando aquilo que caracteriza o homem, em todos os tempos e lugares [...] se estende à formação do homem virtuoso, como ser moral, político e literário (ARANHA: 1998; p.62).

Os romanos em relação aos gregos “[...] adotam uma postura mais pragmática, voltada para o cotidiano, para a ação política e não para a contemplação e teorização do mundo. Daí prevalecer a retórica sobre a filosofia” (ARANHA, 1998, p.62). Com o tempo, houve um desleixo na formação artística e cultural, prevalecendo uma cultura de letrados com ênfase aos aspectos gramaticais, nas questões filológicas e nos artifícios eruditos nas conversações. Nesse momento, começa a degenerar-se a *humanitas*.

Saiba Mais



Retórica refere-se à arte do bem falar, argumentar. (Coluna de indexação)

Filologia é a ciência que estuda uma língua, literatura, cultura ou civilização sob uma visão histórica, a partir de documentos escritos. (Coluna de indexação)

Erudição é uma instrução vasta e variada, adquirida sobretudo pela leitura e pelo estudo, notadamente direcionada a um conhecimento de cunho acadêmico. Pode-se chamar de sábia uma pessoa erudita, embora a rigor o conceito de sabedoria deva incluir também competências mais amplas, como prudência, moral e experiência de vida.

Em relação aos teóricos da educação romana, temos Catão, Varrão, Cícero, Sêneca, Plutarco e Quintiliano, que se destacaram neste contexto histórico. Suas teorias têm caráter mais pragmático que idealista, mais retórico que filosófico, e surgiram tardiamente, por volta de século I a.C. Apresentaremos, de maneira sucinta, os teóricos citados acima, de acordo com Luzuriaga (2001):

Catão foi o primeiro romano a escrever sobre educação. Seus dois livros – Da educação das crianças e Preceitos para o filho – desapareceram. Conhece-se, porém, sua atuação na educação do filho por Plutarco. Defensor dos costumes antigos, o decisivo, para ele, era a formação do caráter segundo a tradição. Opunha-se à corrente helenística, intelectualista de sua época e acentuava o valor da agricultura na vida e na educação.

Varrão representa bem a transição pela qual os romanos terminam por aceitar a contribuição grega, helenística. Autor da obra *Disciplina em nove livros*, espécie de enciclopédia didática, tratou especialmente de gramática e de seu ensino de modo científico; sua obra serviu de base para trabalhos posteriores.

Cícero se destaca entre os grandes pensadores romanos e exerceu grande influência na educação. Dotado de grande cultura clássica, reconheceu todo o valor da cultura e da filosofia gregas para a cultura e a educação romanas. Era um grande orador e valorizava a fundamentação filosófica do discurso, o que o diferenciava de seus contemporâneos, tornando-o um dos mais claros representantes da *humanitas romana*. Escreveu diversas obras: *O Orador*, *República*, assim como *Platão*, e *As Leis*.

Sêneca foi um grande filósofo estoíco, além de educador e preceptor de Nero. Esse representante da pedagogia romana via a filosofia como instrumento capaz de orientar o homem para o bem viver. A finalidade da educação então estava no domínio de si mesmo, das paixões e dos apetites pessoais, ideal de vida estoíco. A educação tinha, assim, caráter ativo, e por isso, devia ser prática e vivificada pelo exemplo.

Plutarco, de origem grega e formação filosófica eclética, ensinou muito tempo em Roma. Em geral, seu ideal de educação tratava de conciliar os fins helênicos e os romanos, reconhecendo o valor da música e da beleza, bem como a formação do caráter. Por último, dava preferência à educação doméstica sobre a educação escolar e afirmava a necessidades de se reconhecer as peculiaridades individuais. Dentre suas obras, destaca-se *Vidas Paralelas*.

Quintiliano, nascido na Espanha, foi um dos mais respeitados pedagogos romanos. Foi o primeiro reitor a receber pagamento diretamente do governo do Imperador Vespasiano. Sua grande obra foi *Institutio Oratória*, em 12 livros. A pedagogia de Quintiliano assinalava o reconhecimento do estudo psicológico do aluno, a acentuação do valor humanístico, espiritual, da educação, a finura em matéria de letras, o reconhecimento do valor da pessoa do educador, do qual fez o primeiro estudo de caráter psicológico que se conhece na história da pedagogia.

Em todos os momentos da antiguidade romana, da educação inicialmente rural, militar e rude até os requintes da formação enciclopédica, já imbricada com a cultura grega, estava presente certa lentidão no processo de aprendizagem, levado a efeito com métodos penosos de memorização e de castigos. Dos pressupostos antropológicos que embasam a pedagogia, os romanos assim como os gregos representam a tendência essencialista, que atribui à educação a função de realizar "o que o homem deve ser", a partir de um modelo, por isso os modelos são tão importantes para os antigos. "Esse laço entre o herói e a criança, entre o exemplo e o futuro cidadão, é o mestre que tece" (ARANHA: 1998; p.67).

A educação medieval – a formação do homem de fé

Mil anos é o período que perdurou a Idade Média, desde a queda do Império Romano (476) até a tomada de Constantinopla (1453), marco que determina o limite da influência da cultura greco-romana. Com a insegurança provocada pelas invasões bárbaras e a expansão muçumana, há o despovoamento das cidades, culminando com o processo de ruralização. Uma nova ordem se estabelece sob a égide de suserania e vassalagem. O Rei tem o poder enfraquecido com a divisão dos territórios. No alto da pirâmide, estão a nobreza e o clero. A condição social dos homens é determinada pela sua relação com a terra, por isso a nobreza e o clero (proprietários de terra) têm poder e liberdade. Do outro lado, estão os servos, que são obrigados a prestar serviços para os detentores da terra.

O cristianismo surge, nesse contexto, como elemento agregador. Uma nova força espiritual se sucedeu à cultura antiga, preservando-a, mas submetendo-a a seu crivo ideológico – a igreja cristã. Com o aparecimento do cristianismo, muda o rumo da história ocidental. No que tange à educação, o significado do cristianismo historicamente, pode reduzir-se:

1) Reconhecimento do valor do indivíduo como obra da divindade; 2) Superação dos limites de nação e Estado e criação da consciência universal humana; 3) Fundamentação das relações humanas no amor e na caridade; 4) Igualdade essencial de todos os homens, seja qual for a posição econômica ou classe social; 5) Valorização da vida emotiva e sentimental sobre a puramente intelectual; 6) Consideração da família como a mais imediata comunidade pessoal e educativa; 7) Desvalorização da vida terrena presente ante o além e, portanto, subordinação da educação à vida futura; 8) Reconhecimento da igreja como órgão de fé cristã e, logo, como orientadora da educação (LUZURIAGA: 2001; p. 70).

Saiba mais

Didáscalos eram professores que instruíam os catecúmenos, alunos de catecismo (GADOTTI, 2001).

A educação cristã, desde os primeiros tempos, realizou-se direta e pessoalmente. Os educadores foram o próprio Jesus, os apóstolos, os evangelistas e os seus discípulos. É uma educação sem escolas, como foram as religiões em seus primeiros tempos: judaica, budista. Nesse contexto, surge pouco a pouco uma forma de ensino baseada no caráter religioso e não pedagógico, de preparação para a vida ultraterrena e para o batismo. Anuncia-se então a instrumentação catequista e a instrução fica por conta dos didáscalos .

Posteriormente, surgem as escolas propriamente ditas, que tinham a seu cargo os sacerdotes. Assim, há a necessidade de contar com professores preparados para esse novo modelo de educação, no qual emergem as escolas de catequistas, a escola episcopal e a escola paroquial ou presbiterial. O horizonte dessas escolas era limitado – formação de eclesiásticos. A maioria da população ficava sem instrução. A minoria que conseguia ter acesso à educação era através dos mosteiros, únicos mantenedores da educação e da cultura: “[...] toda essa educação, como a anterior, continuava reservada a certa minoria; naquela, de eclesiásticos; nesta, de monges” (LUZURIAGA: 2001; p.73).

Ao lado do clero, a nobreza realizava sua própria educação: seu ideal era o perfeito cavaleiro com formação musical e guerreira. As classes trabalhadoras nascentes não tinham senão a educação oral, transmitida de pai para filho. As mulheres, consideradas pecadoras pela Igreja, só poderiam ter educação se fossem ‘vacionadas’ para ingressar nos conventos femininos. A Igreja não considerava a educação física, pois considerava o corpo pecaminoso. Os jogos ficavam por conta da educação do cavaleiro (GADOTTI: 2001).

Os estudos medievais têm como base o estudo clássico das sete artes liberais, cujas disciplinas começam a ser delineadas desde os tempos dos sofistas gregos. Os conteúdos de ensino compreendiam: o *trivium* e o *quadrivium*. “No *trivium* constam as disciplinas de gramática, retórica e dialética, correspondentes ao ensino médio. O *Quadrivium*, formado por geometria, aritmética, astronomia e música, é de nível superior [...]” (ARANHA: 2001; p.77). No século IX, sob inspiração de Carlos Magno, o sistema de ensino compreendia: a) a educação elementar, ministrada em escolas paroquiais por sacerdotes; b) a educação secundária, ministrada em escolas monásticas, ou seja, conventos; c) a educação superior, ministrada nas escolas imperiais, onde eram preparados os funcionários do Império (GADOTTI: 2001).

A Igreja cristã exerce não só o controle da educação, como também a fundamentação dos princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval. Através da adaptação do pensamento grego ao novo modelo de homem – cristão, impõe uma sistematização, conhecida como filosofia cristã, caracterizada, segundo Aranha (1998), por dois grandes períodos: Patrística e Escolástica.

A Patrística, filosofia dos padres da Igreja, do século II até o V; caracteriza-se pela defesa da fé e conversão dos não-cristãos. Conciliou a fé cristã com as doutrinas greco-romanas e difundiu as escolas catequéticas por todo Império. Os copistas, monges, reproduziam as obras clássicas nos conventos. A partir de Constantino (século IV), o Império adotou o cristianismo como religião oficial, surgindo um novo tipo histórico de educação, uma nova visão de mundo e da vida. “As culturas precedentes fundadas no heroísmo, no aristocratismo e na existência terrena, foram substituídas pelo poder de Cristo, critério de vida e verdade” (GADOTTI: 2001; p.52).

A Escolástica, filosofia das escolas cristãs ou dos doutores da Igreja, do século IX até o XIV, é a mais alta expressão da filosofia cristã medieval. Chama-se Escolástica por ser uma filosofia ensinada nas escolas. “[...] o método escolástico é constituído por várias etapas: a leitura (*lectio*), o comentário (*glossa*), as questões (*quaestio*) e a discussão (*disputation*)” (ARANHA: 1998; p.73).

Essa perspectiva visava conter as heresias, não apenas impondo a crença, mas utilizando o trabalho da argumentação, sustentado nos fundamentos Aristotélicos, sobretudo o silogismo, submetendo então a razão à fé. No apogeu da Escolástica, o principal expoente foi São Tomás de Aquino, que continuou a divulgar e comentar a obra de Aristóteles,

adaptando-a à verdade revelada, que é Deus. A educação nada mais é que um meio para atingir o ideal da verdade e do bem, superando as tentações do pecado. A ideia do princípio ordenador do mundo é o cerne do pensamento tomista .



Saiba Mais

Scholasticus “[...] é o professor das artes liberais e mais tarde também o professor de filosofia e teologia, oficialmente chamado magister” (ARANHA, 1998, p. 73). (Coluna de indexação)

Tomismo refere-se à valorização da experiência e da observação no estudo das ciências da natureza.

Na Idade Média não houve grandes teóricos da educação, mas em compensação houve muitos educadores, geralmente monges e eclesiásticos. Dentre os Patrísticos, destacam-se: Clemente de Alexandria, Orígenes, São Basílio, São Jerônimo, São Bento (fundador da ordem dos beneditinos) e Santo Agostinho. Em relação a Santo Agostinho, nascido na África romanizada e educado na tradição helênica, foi um dos pensadores mais importantes de todos os tempos e o maior dos padres da Igreja. Escreveu várias obras, dentre elas: Confissões, A cidade de Deus, O Mestre e Tratado da Ordem (em que explica sua concepção de educação integral humanística). Esses padres impuseram a necessidade de um corpo de doutrinas, dogmas, culto e disciplina da nova religião. Dentre os enciclopedistas, que retomam a cultura antiga e continuam o trabalho de adequação às verdades teológicas, destacam-se: Marciano Capella, Boécio, Cassiodoro, Isidoro de Servilha, Beda e Alcuíno. Conhecem e lêem as obras clássicas, selecionam, traduzem, copiam textos e adaptam à fé cristã (ARANHA: 1998).

Por volta do século X e XI, com o fim das incursões, invasões bárbaras, as cruzadas liberam as navegações no Mediterrâneo, reiniciando o desenvolvimento do comércio. A principal consequência é o renascimento das cidades e o surgimento de uma nova classe, a burguesia. Aos poucos, vilas se libertam e transformam-se em comunas ou cidades livres. Onde

só existia o poder do nobre e do clero, contrapõe-se o do burguês. Essas mudanças repercutem em todos os setores da sociedade.

As modificações no sistema de educação fazem surgir as escolas seculares. “[...] Se até então educação era privilégio dos clérigos ou, no caso dos leigos, se restringia à instrução religiosa, o desenvolvimento do comércio faz reaparecer a necessidade de se aprender a ler, escrever e calcular” (ARANHA: 1998; p.77). As escolas burguesas contestam o ensino religioso distante dos interesses da classe em ascensão. A sociedade se torna mais complexa e surge a universidade dos mestres e estudantes, visando ampliar os estudos para além das sete artes liberais, incluindo filosofia, teologia, leis e medicina. As universidades, centros que buscavam a universalização do saber, tornam-se espaços de fermentação intelectual: Paris, Bolonha, Salerno, Oxford, Viena, Heidelberg.

Para muitos historiadores atuais, a Idade Média não foi a Idade das Trevas, da ignorância e do obscurantismo, como os ideólogos do Renascimento pregaram. Ao contrário foi fecunda em lutas pela autonomia, com greves e grandes debates livres (GADOTTI: 2001; p.56).

No retrospecto do pensamento medieval não encontramos propriamente pedagogos, no sentido restrito da palavra. A educação, neste contexto, surge como instrumento para um fim maior, a salvação da alma e a vida eterna. “[...] Predomina a visão teocêntrica, a de Deus como fundamento de toda ação pedagógica e finalidade da formação do cristão. Há, portanto, um modelo de homem, uma essência a ser atingida [...]” (ARANHA: 1998; p. 82). No final da idade média, com a expansão do comércio por influência da burguesia, há uma nova orientação nos rumos da ciência, da literatura, da educação.

Saiba Mais



Seculares significa do século, do mundo, e, portanto, qualquer atividade não-religiosa (ARANHA: 1998; p.77).

“[...] o Renascimento valorizava as humanidades, entendendo-se por isso os conhecimentos ligados diretamente aos interesses humanos, que formam e desenvolvem o homem, que respeitam sua personalidade. Era clara a reação ao Estado-Igreja medieval” (GADOTTI: 2001; p.64).

O renascimento – humanismo e reforma: uma nova visão de homem

Com a Renascença começa, no século XV, uma nova fase na constituição da educação moderna. A Renascença leva esse nome por representar a retomada dos valores greco-romanos, que “[...] é antes de tudo criação, geração de algo novo. [...] A Renascença rompe com a visão ascética e triste da vida, característica da Idade Média, e dá lugar a uma nova concepção humana, risonha, prazerosa e prazenteira da existência” (LUZURIAGA: 2001; p.93). O movimento gerado nesta época, conhecido como humanismo, buscava formar uma nova imagem do homem e da cultura, em contraposição às concepções dominantes na Idade Média. Para Aranha:

Durante o Renascimento prevaleceu a tendência um tanto exagerada, e até injusta, de considerar a Idade Média, na totalidade, como "idade das trevas" ou "a grande noite de mil anos". [...] O retorno às fontes da cultura greco-latina, sem a intermediação dos comendadores medievais, é um procedimento que visa também à secularização do saber, isto é, a desvesti-lo da parcialidade religiosa, para torná-lo mais propriamente humano. Procura-se com isso formar o espírito do homem culto mundano, o gentil-homem (1998, p.86).

O olhar do homem desvia-se do céu para a terra. Com a descoberta de Nicolau Copérnico, da teoria heliocêntrica, que contrapõe à visão geocêntrica elaborada na Idade Média, uma nova imagem de mundo é construída. A Itália se destaca como centro irradiador do novo ideário. Acentua-se a busca da individualidade, baseada na razão de cada um para estabelecer seus próprios caminhos. (ARANHA: 1998; GADOTTI, 2001; LUZURIAGA: 2001).

O Renascimento está ligado a alguns fatores como: as grandes navegações do século XIV, que deram origem ao capitalismo comercial; a invenção da imprensa, realizada por Gutenberg, que difundiu o saber e a revolta; a invenção da bússola, que propiciou as grandes navegações e as descobertas de novos territórios. A Revolução Comercial foi fundamental para a ascensão da burguesia, consolidando os Estados Nacionais e fortalecendo as monarquias absolutistas.

O espírito inovador se manifestou também na religião, através da Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero, filho de mineiro, no século XVI, com críticas à estrutura autoritária da Igreja, centrada no poder do Papa. Desde o século XII, muitas heresias se disseminavam pela

Europa, momento em que é organizada a Inquisição, através do Concílio de Trento, que criou o *Index Librorum Prohibitorium* (índice de Livros Proibidos), e da Companhia de Jesus, como instrumento de combate aos desvios da fé, que se tornou mais atuante na Contra-Reforma, século XVI, momento em que a Igreja Católica reage prontamente, defendendo seus ideais e combatendo o protestantismo. A educação desenvolvida pelos protestantes sofreu ainda a influência de Calvino, seu representante em Genebra.

A principal consequência da Reforma foi a transferência da escola para o controle do Estado, nos países protestantes. Mas não consistia ainda em uma escola pública, leiga, obrigatória, universal e gratuita, como a entendemos hoje. (GADOTTI: 2001; p.64). Vale ressaltar que a educação pública destinava-se em primeiro lugar às classes superiores burguesas e, de forma secundária, às classes populares, às quais deveria ser ensinada, especialmente, a doutrina cristã reformada.

Em relação à educação proposta pelos jesuítas, organizaram, para orientar suas práticas, o *Ratio Institutio Studiorum*, publicado em 1599 pelo padre Arquaviva, que continha os planos, programas e métodos da educação católica. A educação jesuíta encaminhou-se para a formação do homem burguês. O método proposto no *Ratio* predominava o verbalismo e compreendia cinco momentos, de acordo com Luzuriaga (2001) e Gadotti (2001), a preleção, a contenda ou emulação, a memorização, a expressão e a imitação. A educação jesuítica direcionou-se também para a formação do homem burguês, descuidando-se da formação das classes populares. Seu fundador foi Inácio de Loyola, filho de burguês. Por força das circunstâncias, em virtude das descobertas de novos territórios, tiveram que atuar nos dois lados: primeiro, a formação burguesa e, segundo, a formação catequética das populações indígenas. Isso significa: autonomia para uns e obediência para outros.

No contexto turbulento que marca a renascença, a educação procura bases naturais, não-religiosas, a fim de se tornar instrumento adequado para a difusão dos valores burgueses. A educação renascentista centrou-se na formação do homem burguês, não chegando às massas populares, “[...] Caracterizava-se pelo elitismo, pelo aristocratismo e pelo individualismo liberal. Atingia, principalmente, o clero, a nobreza e a burguesia nascente” (ARANHA: 1998; p.62). Para o povo sobrou apenas o ensino da religião cristã.

Embora seja grande a produção intelectual na Renascença,

Saiba mais

“[...] giocosa é a palavra italiana que significa alegre e vem do latim jocus, ou seja, divertimento, gracejo, e, daí, jogo” (ARANHA, 1998, p.91).

Saiba mais

“[...] giocosa é a palavra italiana que significa alegre e vem do latim *jocus*, ou seja, divertimento, gracejo, e, daí, jogo” (ARANHA: 1998; p.91).

ainda não há propriamente uma filosofia da educação como sistema de pensamento coerente e organizado [...]. O que há são muitos esboços sobre teoria da educação (ARANHA: 1998; p. 88). Os principais educadores renascentistas foram: 1) Vittorino da Feltre, na obra *Casa de Gioconda*, propunha uma educação individualizada, o autogoverno dos alunos – teria sido a primeira ‘escola nova’, a se desenvolver no século XIX; 2) Erasmo Desidério, natural de Rotterdam, na obra *Elogio da loucura*, de fundo satírico, investiu sobre o obscurantismo conservador da pseudo-religião e da cultura medieval; 3) Juan Luis Vives realizou sistemáticos estudos sobre educação, cujo principal trabalho é o *Tratado de ensino*, chamou a atenção dos cientistas para a ‘responsabilidade social’ da ciência, o reconhecimento do desenvolvimento infantil e os aspectos psicológicos no ensino, dentre outras questões; 4) François Rabelais representa a corrente enciclopédica da Renascença, em sua obra *Gargantua e Pantagruel*, transparecem suas ideias a respeito da educação; 5) Michael de Montaigne critica o ensino livresco e o pedantismo dos falsos sábios, valoriza a educação integral do homem e enfatiza que a finalidade da educação é formar o gentil-homem, culto e polido.

Na Renascença, há um grande interesse pela educação, especialmente, se comparado à Idade Média, principalmente pela proliferação de colégios e manuais para alunos e professores. “Educar torna-se questão de moda e uma exigência, segundo a nova concepção de homem” (ARANHA: 1998; p.90). Com o aparecimento dos colégios, surge uma nova imagem de infância e de família, há a preocupação de não misturar alunos de diversas idades numa mesma classe, mas separá-los de acordo com a idade. Essa postura começa a ser assumida a partir do século XVII, época em que está ocorrendo o Renascimento Científico. Os programas continuam a se basear nos clássicos *trivium* e *quadrivium*, como na Idade Média. Embora presente o ideal de secularização do humanismo renascentista, não há sua implantação da forma desejada, já que a maioria dos colégios fica por conta das ordens religiosas.

O período da Renascença é marcado por contradições, típico das épocas de transição. A burguesia enriquecida aspira uma educação que permita formar o homem de negócios e ao mesmo tempo formar o homem culto, conhecedor das letras greco-latinas.

Essa nova sociedade rejeita a estrutura medieval, mas mantém-se

ainda fortemente hierarquizada, excluindo a grande massa popular dos propósitos educacionais, com exceção dos reformadores protestantes, que agem por interesses religiosos. No Renascimento, continua a perspectiva essencialista, que só mudará com Rousseau, no século XVIII, “[...] já se tem a percepção mais aguda de problemas que, hoje, chamaríamos de existenciais, numa recusa à submissão aos valores eternos e aos dogmas tradicionais” (ARANHA: 1998; p.94).

A pedagogia moderna: a pedagogia realista

No século XVII, século do método, “O homem lançou-se ao domínio da natureza, desenvolvendo técnicas, artes, estudos – matemática, astronomia, medicina [...]. Tudo o que fora ensinado até então era considerado suspeito” (GADOTTI: 2001; p.76). Neste contexto, ainda persistem as contradições entre o Humanismo e a Reforma do século XVI, decorrentes do processo de ascensão da burguesia e a implantação do capitalismo, que se consolida com o mercantilismo .

Politicamente, o século XVII é absolutista , não mais fundamentado no "direito divino dos reis", mas sim no contrato, pacto social. À medida que a burguesia se fortalece, surgem as sementes do liberalismo, que questiona a legitimidade do poder real. O liberalismo opõe-se ao absolutismo dos reis, restringindo a interferência do Estado na vida dos cidadãos e defendendo o direito da iniciativa privada. Apesar do liberalismo se apresentar como democrático, encontra-se na sua raiz o elitismo que defende os interesses da burguesia. Essa mesma perspectiva elitista fundamenta a reflexão sobre a educação.

A modernidade marca o abandono das explicações religiosas e busca a autonomia da razão. O pensamento moderno é marcado pela tendência antropocêntrica, ou seja, o resgate da dimensão humana sob todos os aspectos:

Um deles é compreender o sujeito do conhecimento, questão dominante na Idade Moderna. Filósofos como Descartes, Bacon, Locke, Hume, Spinoza discutem a teoria do conhecimento e ocupam-se com o problema do método, isto é, com os procedimentos da razão na investigação da verdade. Método significa direção, caminho para um fim, instrumento que permite a construção do conhecimento (ARANHA: 1998; p. 105).

Descartes, o pai do racionalismo (da filosofia moderna), conhecido pelo pensamento: ‘penso, logo existo’ (*cogito, ergo sum*), inicia sua

reflexão pela dúvida, ao analisar o processo pelo qual a razão atinge a verdade. Uma de suas obras chama-se o Discurso do método.



Saiba Mais

“Mercantilismo, sistema que supõe o controle da economia pelo Estado e que resultou da aliança entre reis e burgueses” (ARANHA: 1998; p.104).

Absolutismo é uma teoria política que defende que uma pessoa (em geral, um monarca) deve deter um poder absoluto, isto é, independente de outro órgão, seja ele judicial, legislativo, religioso ou eleitoral. Esta ideia tem sido algumas vezes confundida com a doutrina protestante do "Direito Divino dos Reis", que defende que a autoridade do governante emana diretamente de Deus.

O liberalismo clássico é uma doutrina ou corrente do pensamento político que defende a maximização da liberdade individual mediante o exercício dos direitos e da lei.

O Racionalismo pode consistir em considerar a razão como essência do real, tanto natural quanto histórico. Sustenta a primazia da razão, da capacidade de pensar, de raciocinar, em relação ao sentimento e à vontade, pressupondo uma hierarquia de valores entre as faculdades psíquicas.

“A palavra empirismo vem do grego empeiria, que significa experiência [...] enfatiza o papel da experiência, subordinando-lhe ao trabalho posterior da razão” (ARANHA: 1998; p.106).

Enquanto o Racionalismo de Descartes prioriza a razão como ponto de partida de todo conhecimento, Locke desenvolve uma concepção empirista, afirmando a importância da experiência sensível no processo de conhecimento, subordinando a razão à experiência. Pertencente também à linha empirista, Francis Bacon, que insistia na necessidade da experiência, criou o método indutivo de investigação, opondo-se ao método aristotélico dedutivo; como também Galileu Galilei, cujo método resulta no encontro da experimentação com a matemática, da ciência com a técnica, no qual vai influenciar a revolução científica. Assim, há uma ruptura com a tradição decorrente de uma nova linguagem científica:

Tanto na Antiguidade como na Idade Média, predominou a concepção de ciência puramente contemplativa,

desligada das aplicações do saber, mantendo-se separadas ciência e técnica. [...] O burguês reverte essa tendência ao fundar o seu prestígio na capacidade do trabalho, que não despreza o concurso da técnica. Dessa forma, o método científico precisa da técnica, que por sua vez se aperfeiçoa com o avanço das ciências. Como resultado dessa interdependência, a ação do homem sobre a natureza é ampliada: 'saber é poder' (ARANHA: 1998; p.106).

No Renascimento científico, marca do século XVII, a ciência deixa de ser contemplativa para se ligar à técnica, servindo à ascensão da nova classe, a burguesia. São sinais de outros tempos em que o novo tenta se impor ao velho. Essa tempestade de ideias, advindas do racionalismo e do empirismo, influenciam os pedagogos, cada vez mais interessados pelo método e realismo em educação. Essas ideias repercutem fortemente na educação. Há a busca por diferentes métodos no sentido de tornar a educação mais agradável e eficaz na vida prática (GADOTTI: 2001; LUZURIAGA, 2001; ARANHA, 1998).

A pedagogia realista prefere o rigor das ciências da natureza e tenta superar a tendência literária e estética do humanismo renascentista, por considerar que a educação deve partir das coisas e não das palavras. A pedagogia moderna exigirá então uma nova didática. De acordo com Aranha: A escola moderna, em consonância com seu tempo, propõe-se uma tarefa: se há método para conhecer corretamente, deverá haver para ensinar de forma mais rápida e mais segura (ARANHA: 1998, p.108).

Nessa perspectiva, João Amos Comênio, pastor protestante, escreveu a obra Didática Magna (1657), considerada como método pedagógico para ensinar com rapidez e eficiência. Sua grande contribuição foi no tocante ao método. Comênio elaborou vários manuais para os mestres, uma novidade na época, detalhando minuciosamente os procedimentos de ensino. Para ele, a escola deveria ser unificada e ensinar o conhecimento das coisas ao invés de ensinar palavras, "[...] o que representa viva oposição ao ensino retórico dos escolásticos. O ensino deve ser feito pela ação e estar voltado para a ação: "só fazendo, aprendemos a fazer" (ARANHA: 1998; p.108).

Saiba mais

"Ser realista (do latim res, 'coisa') significa privilegiar a experiência, as coisas do mundo e dar atenção aos problemas da época" (ARANHA: 1998; p.106).
(Coluna de indexação)

Nesse sentido, a escola deve então estar vinculada à vida. Vivendo intensamente sua época, Comênio quer ‘ensinar tudo a todos’, inserido um caráter inovador na educação, “[...] sendo o fundador da didática e, em parte, da pedagogia moderna. [...] A pedagogia de COMENIUS é conjunção de ideias religiosas e realistas. A parte religiosa se refere mais aos fins da educação e a realista, aos meios” (LUZURIAGA: 2001; p.139). Para Comênio, o homem não pode chegar a ser homem se não for educado, então, a escola é ‘uma fábrica de homens’, devendo a educação aplicar-se a todos e perdurar por toda a vida.

Um outro teórico que exerceu grande influência no século XVII foi John Locke, considerado o pai do liberalismo. Uma das suas grandes obras, na qual expressa sua teoria pedagógica, chama-se Pensamentos sobre educação. Locke propõe para a educação o tríplice desenvolvimento físico, moral e intelectual, característico do *gentleman*, o gentil-homem, cortesão, modelo de uma nobreza aburguesada.

Ao contrário de Comênus, Locke não defende a universalização da educação. Para ele, a formação dos que irão governar e a formação daqueles que serão governados devem ser diferenciadas; configurando o aspecto elitista de sua pedagogia. Em relação à criança, Locke a concebia como uma tábua rasa, como uma tábua lisa, sem nada escrito, a qual deveria ser modelada. Locke é um dos primeiros representantes da educação ativa e vai influenciar posteriormente a corrente naturalista em educação, representada principalmente por Rousseau.

Vale enfatizar, já que a discussão remete sobre a liberdade individual e o papel da educação para alcançá-la, a questão da educação feminina. Para Aranha (1998; p.109), “[...] Erasmo já tinha aconselhado maior cuidado com a educação feminina, que merece Vives, uma obra especial. [...] Comênio também trata do assunto, mas é o bispo Fénelon que o retoma em A Educação das Jovens”. Fénelon recomenda uma educação alegre e a apropriação, pelas moças, dos conhecimentos da gramática, poesia, história e leitura. De forma geral, a formação intelectual da mulher ficou restrita às ‘moças excepcionais’ e para as demais é reservada a educação moral e religiosa.

Em relação à institucionalização da escola, iniciada no século XVI, aperfeiçoou-se com a legislação referente à obrigatoriedade, aos programas, níveis e métodos de ensino. Nasce, nesse contexto, a escola tradicional, que passaremos a conhecer no século XIX, especificamente com Hebart, aparecendo a sua base nas preocupações de Comênio com o método. Por outro lado, o monopólio do ensino ainda é dos Jesuítas, que

representam o ensino tradicional mais conservador, no qual desprezam as ciências e a filosofia moderna. No século XVII ainda persiste o ideal de universalização do ensino e, apesar dos avanços ocorridos, a educação das classes populares e a democratização do ensino ainda não se tornaram questão central; contradição que vai caracterizar claramente o século XVIII.

O século das luzes - a educação racionalista e naturalista: o ideal liberal de educação

De acordo com Gadotti (2001), a Idade Moderna compreende o período de 1453 a 1789, no qual predominou o regime absolutista, concentração do poder no clero e na nobreza. Esse regime findou com a Revolução Francesa, que defendia os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, contra os privilégios hereditários da nobreza, visando, assim, a ascensão dos burgueses que propõe a igualdade de direitos e oportunidades, fundamentados no liberalismo. A Revolução Francesa baseou-se também nas exigências populares de um sistema educacional. Antes da Revolução Francesa, muitas foram as revoluções que eclodiram no século XVIII e colaboraram para a queda do absolutismo, dentre elas: Revolução Industrial, Revolução Gloriosa e Revoluções Burguesas.

O século XVIII é conhecido como o século das luzes, do Iluminismo e da Ilustração, pelo apego à racionalidade e à luta em favor das liberdades individuais. “[...] Nesse movimento, aparecem mescladas as ideias do sensualismo e do idealismo, do empirismo e do racionalismo de séculos anteriores” (LUZURIAGA: 2001, p.149). É o século da razão, anunciado desde o Renascimento. E a luz da razão dissiparia a grande sombra da qual estava coberta a terra, o homem agora queria conhecer e dominar a natureza.

O Iluminismo é um período muito rico em reflexões pedagógicas e um de seus aspectos marcantes está na pedagogia política, centrada no esforço para tornar a escola laica e função do Estado [...] (ARANHA: 1998; p.120). Pela primeira vez, um Estado instituiu a obrigatoriedade escolar, a Prússia em 1717. Nunca se tinha discutido tanto a formação do cidadão através das escolas como no período da Revolução Francesa, em que se reivindicava uma educação laica, gratuita e para todos. A escola pública é filha da revolução burguesa. Tem início a ideia de unificação do ensino público, mas ainda é elitista, só os mais ‘capazes’ conseguem prosseguir até a universidade (ARANHA,

Saiba mais

O uso do termo Iluminismo na forma singular justifica-se, contudo, dadas certas tendências gerais comuns a todos os iluminismos, nomeadamente, a ênfase nas ideias de progresso e perfectibilidade humana, assim como a defesa do conhecimento racional como meio para a superação.

2001; GADOTTI, 2001; LUZURIAGA, 2001).

Com o acentuado movimento pela liberdade individual, procurou-se libertar o pensamento da repressão exercida pelo sobrenatural, pelo obscurantismo religioso, nascem então as correntes de pensamento que fundamentam a pedagogia da ilustração: os enciclopedistas, o naturalismo e a pedagogia idealista. Apresentaremos de forma sucinta cada corrente de pensamento e seus respectivos representantes.

Numa primeira fase, predominam as ideias intelectualistas e sensorialistas, representada pelos enciclopedistas Helvetius, Condillac, Voltaire, Diderot, D’Alembert e, apesar das divergências, também Rousseau. “Alguns deles possuem um viés aristocrático, isto é, acreditam na capacidade de bem usar a razão como atributo de uma elite intelectual” (ARANHA: 1998; p.121). A burguesia temia que a educação das massas provocasse o desequilíbrio na ordem que então se estabelecia. Diderot, organizador ativo da obra *A enciclopédia*, é um dos que defendem a educação democrática, aconselhando a universalização da instrução, já que, para ele, é mais difícil explorar um camponês que sabe ler do que um analfabeto.

Saiba mais

Preconceitos e ideologias tradicionais. Iluminismo é, para sintetizar, uma atitude geral de pensamento e de ação.

Numa segunda fase, predominam as ideias naturalistas de Jean Jacques Rousseau, o qual apesar de conviver com os enciclopedistas, tornando-se muito amigo de Diderot, diverge dos outros em muitos pontos. Dentre suas obras, destacam-se: *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, *Do contrato social* e *Emílio ou Da Educação* (1762). “Costuma-se dizer que Rousseau provocou uma revolução copernicana na pedagogia [...] Rousseau centraliza os interesses pedagógicos no aluno, não mais no professor, [...] que não deve ser encarado como um adulto em miniatura”. Ele critica a educação intelectualista, formal, livresca, e valoriza a experiência, a educação ativa voltada para a vida, para a ação – esse é o sentido que ele dá para a educação natural.

Para Rousseau, o importante é levar a criança a pensar, não como um processo que vem de fora para dentro, mas como desenvolvimento interno e natural. Para ele o “homem em estado de natureza é bom, mas se corrompe na sociedade, que destrói sua liberdade”. O seu pensamento pedagógico não se separa de sua concepção política. Apesar de ser criticado por defender uma educação elitista e individualista, já que *Emílio* é acompanhado por um preceptor, procedimento próprio dos ricos; não podemos esquecer que Rousseau se opõe à educação

de seu tempo, extremamente autoritária, e inaugura uma nova era na história da educação. Ele constituiu o marco que divide a velha e a nova escola, sendo o percussor da escola nova, que se inicia no século XIX. A pedagogia de Rousseau foi a primeira tentativa radical de oposição fundamental à pedagogia da essência e de criação de perspectivas para a pedagogia da existência.

Numa terceira fase, predominam o idealismo de Kant, que, influenciado por Rousseau, acreditava que o homem é o que a educação faz dele, destacando os aspectos morais sobre os intelectuais na formação dos jovens. Nessa influência, defendia o princípio da atividade na educação. Kant escreveu as obras: Sobre pedagogia, resultados de anotações de aulas ministradas, Crítica da razão pura, na qual desenvolve a crítica do conhecimento, e Crítica da razão prática, que faz a análise da moralidade. Assim, retomou o debate entre os racionalistas, Descartes, e os empiristas, Bacon e Locke:

Ao examinar a insuficiência das duas posições, elabora uma teoria que investiga o valor dos nossos conhecimentos a partir da crítica das possibilidades e limites da razão” (ARANHA: 1998; p.123). Para Kant, o conhecimento humano é a síntese dos conteúdos dados pela experiência e da estrutura universal da razão.

Assim, Kant afirma que o fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz. Por perfeição entende-se, muitas vezes, o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades humanas. Assim, a educação teria por objeto fazer do indivíduo um instrumento de felicidade para si mesmo e para os seus semelhantes. Tal definição sobre educação parte da ideia de que há uma educação ideal, perfeita, apropriada a todos os homens indistintamente. Kant exercerá grande influência no século XX e seus princípios serão reexaminados por autores como Piaget, Kohlberg e Habermas.

O século XVIII realiza a transição do controle da educação da Igreja para o Estado; apesar de haver ainda a influência dos jesuítas, com os colégios espalhados por todo mundo, avolumam-se críticas acerca de sua educação dogmática, sendo a Companhia extinta em 1773, pelo papa Clemente XIV. Com esse acontecimento, há uma desestabilização do sistema escolar. No contexto Iluminista, não fazia sentido atrelar a educação à religião, a escola deveria ser laica (não-religiosa) e livre (independente de privilégios de classe como ocorria com a aristocracia).

Nesse aspecto, a burguesia não media esforço para estabelecer o controle da educação através das instituições do ensino público nacional:

Apesar dos projetos de estender a educação a todos os cidadãos, prevalecia a diferença de ensino, ou seja, uma escola para o povo e outra para a burguesia. [...] Afinal, para a doutrina liberal, o talento e a capacidade não são iguais e, portanto, os homens não são também iguais em riqueza... (ARANHA: 1998; p. 126).

Essa realidade se torna um pouco diferente nos estados da Alemanha, onde o governo reconhece a necessidade de investimentos em educação. Ainda na Alemanha, Basedow, admirador de Rousseau, põe em prática suas ideias e começa um importante movimento conhecido como filantropismo. Em Dessau, funda sua escola, o Philantropinum, na qual muitas ideias iluministas são postas em prática. Nela se educavam meninos de famílias abastadas e de famílias humildes, numa espécie de escola unificada. A nova classe mostrou, contudo, muito cedo – ao apagar das "luzes" da Revolução de 1789 –, que não estava de todo em seu projeto a igualdade dos homens na sociedade e na educação. Uns acabaram recebendo mais educação que outros (GADOTTI: 2001; p.93). Os ideais de educação universal reaparecerão com mais força no século XIX.

Saiba mais

Filantropismo significa amor à humanidade (philos, 'amigos', antropos, 'homens')" (ARANHA: 1998; p. 126).

A educação nacional – século XIX

Até o século XVIII, a educação tinha caráter geral. No século XIX, se afirma o aspecto nacional, de caráter cívico ao ensino de cada país, em forma de educação patriótica e nacionalista. Assim como em todas as épocas anteriores, no século XIX, a educação esteve ligada aos acontecimentos políticos e sociais. O impacto da Revolução Industrial neste século origina a concentração de grandes massas de população e a necessidade de cuidar de sua educação. Assim, houve um contínuo esforço para efetivar a educação do ponto de vista nacional, do qual procedem os sistemas nacionais de educação e as grandes leis de instrução pública de todos países europeus e americanos.

Várias são as transformações ocorridas no século XIX, como: mudanças nas relações de produção com o sistema fabril; aplicação de conhecimentos científicos e técnicos na agricultura, ampliando a produtividade; introdução de novas fontes de energia como a eletricidade

e o petróleo; acentuado o deslocamento da população do campo para as cidades. Esse período representa a consolidação do poder dos burgueses que, em 1848, se instalam no poder em toda a Europa (ARANHA: 1998; GADOTTI, 2001). O contraste entre pobreza e riqueza é cruel nesse século e, para enfrentar as dificuldades, nasce como classe revolucionária o proletariado, que se opõe aos interesses da burguesia. Nesse contexto:

O pensamento pedagógico positivista consolidou a concepção burguesa de educação. No interior do iluminismo e da sociedade burguesa duas forças antagônicas tomaram forma desde o final do século XVIII. De um lado, o movimento popular e socialista; de outro, o movimento elitista burguês. Essas duas correntes opostas chegam ao século XIX sob os nomes de marxismo e de positivismo, representadas por seus dois expoentes máximos: AUGUSTO COMTE (1798-1857) e KARL MARX (1818-1883) (GADOTTI: 2001; p.107).

Augusto Comte, francês, iniciador da corrente positivista, “[...] parte do pressuposto de que a humanidade (e o próprio homem, na sua trajetória pessoal) passa por diversos estágios até alcançar o estado positivo, que se caracteriza pela maturidade do espírito humano” (ARANHA: 1998; p.139). São três os estados: 1) teológico; 2) metafísico; 3) positivo. Esse ideário foi levado para o sistema educacional. A principal obra de Comte é o Curso de Filosofia Positiva, publicado em 1830 e 1842. Para ele, a derrota do iluminismo devia-se à ausência de concepções científicas, e a política tinha que ser uma ciência exata. Assim, considerava que uma verdadeira ciência deveria analisar todos os fenômenos, até os humanos, como fatos. A ciência precisava ser neutra, despojada de subjetividade e distante do homem. Nesse sentido, Comte depositava toda a confiança do homem no conhecimento científico, considerado o único capaz de descobrir as leis do universo.

Da perspectiva positivista, Comte constitui a sociologia, definindo-a como física social. Explica a organização social, partindo de modelos da biologia, com um organismo coletivo. Um dos principais expoentes da sociologia da educação positivista foi Émile Durkheim, que, ao desenvolver o método sociológico, recomenda que os fatos sejam tratados como coisas. Essa recomendação está explícita em sua obra Regras do Método Sociológico. Ele considerava a educação como imagem

Saiba mais

“O termo positivo designa o real, em oposição às formas teológicas ou metafísicas de explicação do mundo” (ARANHA, 1998, p.139).

da sociedade, opondo-se à concepção de Rousseau, considerando que o homem nasce egoísta e só a sociedade, através da educação, pode torná-lo solidário.

Esse conjunto de ideias pedagógicas e sociais revela o caráter conservador e reacionário da tendência positivista da educação (GADOTTI: 2001; p.109). O positivismo influencia de maneira eficaz a pedagogia, atuando na luta em favor do ensino laico das ciências e contra a escola humanista religiosa, permanecendo viva no século XX. Dentre seus seguidores, temos Herbert Spencer e John Stuart Mill.

Pode-se dizer que, enquanto na primeira metade do século XIX predomina a corrente idealista, na segunda metade, predomina a realista e positivista, conforme já foi evidenciado. Assim, para melhor esclarecermos a influência idealista, apresentaremos seu maior expoente, Hegel que, apesar de não ter escrito especialmente sobre pedagogia, exprimiu ideias sobre educação em seus trabalhos.

Hegel não utiliza a lógica tradicional, aristotélica, e estabelece os princípios de outra lógica: a dialética, que tem três momentos, a tese, a síntese e a antítese. Hegel atribui ao Estado uma importância muito grande: “[...] a educação é um meio de espiritualização do homem, cabendo ao Estado a iniciativa nesse sentido” (ARANHA: 1998; p.141). Contemporâneo de Hegel, o idealista Fichte valoriza sobremaneira a educação e continua a corrente idealista iniciada por Kant. Para ele, é tarefa do Estado instaurar a escola nacional e unificada.

Como Hegel, Marx e Engels, estabelecem as bases do socialismo científico, partindo da concepção histórica e dialética do real, “[...] mas não consideram o mundo material a encarnação da ‘ideia absoluta’, da “consciência”, como os idealistas. [...] Marx e Engels invertem a perspectiva idealista” (ARANHA: 1998; p.141). Eles não negam que o homem tenha ideias, mas as explica a partir de uma estrutura material da sociedade em que vive.

A concepção socialista de educação se opõe à concepção burguesa, já que se forma no seio do movimento popular pela democratização do ensino, e defende a escola gratuita e de acesso para todas as crianças, provocando grandes alterações na concepção pedagógica: 1) do ponto de vista epistemológico, rejeita o idealismo e ao materialismo tradicional contrapõe a dialética; 2) do ponto de vista da política, denuncia a exploração de uma classe sobre a outra e defende a escola socialista como única ou unitária, na qual todas as crianças deviam passar pelo mesmo tipo de educação, com direitos iguais de alcançarem os graus

mais elevados de ensino.

Imbuídos dos ideais do século XIX, os pedagogos Pestalozzi, Froebel e Herbat, dentre outros, atuaram de maneira significativa no cenário educacional. O mais importante nesse contexto é a consideração da Pedagogia como ciência, iniciando os primeiros ensaios de aplicação da Psicologia à educação. Explicitaremos a seguir algumas ideias dos pedagogos acima citados.

Iniciaremos por Johann Heinrich Pestalozzi, suíço, estudioso de Rousseau e Basedow, sempre se interessou pela educação elementar, sobretudo das crianças pobres. É tido como fundador da escola do povo, da escola popular. “Em 1774, funda em Neuhof uma escola em que recolhe órfãos, mendigos e pequenos ladrões. [...] Em 1799, em um castelo perto de Berna funda um internato [...]” (ARANHA: 1998; p.143). Foi educador por excelência e fundador da escola primária popular. Pestalozzi viu na educação o melhor meio de aperfeiçoar a condição do povo, tendo como finalidade a humanização do homem: “A educação verdadeira e natural conduz à perfeição, à plenitude das capacidades humanas” (LUZURIAGA: 2001; p.176).

Nesse sentido, o método para educar deve seguir a natureza, sendo a instrução ministrada de acordo com o desenvolvimento da criança. Em relação à família, ele considera a base de toda educação, sendo a escola sua extensão. Além das contribuições positivas, algumas críticas foram delegadas a Pestalozzi: “[...] a excessiva importância do método como agente supremo e universal de educação; falta de uma concepção de escola pública nacional e certa limitação de suas ideias sobre as classes sociais e sua educação separada” (LUZURIAGA, 2001, p.179). Suas obras principais são Leonardo e Gertrudes, e Gertrudes instrui seus filhos, atraindo a atenção de pensadores da Europa e dos Estados Unidos interessados em educação, como Herbat.

Antecipando concepções do movimento da Escola Nova, que só surgiria na virada do século XIX para o XX, afirmava que a função principal do ensino é levar as crianças a desenvolverem suas habilidades naturais e inatas. Para Pestalozzi, o desenvolvimento é orgânico, sendo que a criança se desenvolve por leis definidas. Os poderes infantis brotam de dentro para fora; os poderes inatos, uma vez despertados, lutam para se desenvolver até a maturidade. Por esse motivo, a gradação deve ser respeitada e o método deve seguir a natureza. O professor é comparado ao jardineiro que providencia as condições para a planta crescer. A educação sensorial é fundamental e os sentidos devem estar em contato

direto com os objetos. A mente, portanto, é ativa.

Wilhelm August Froebel, alemão, aprendeu com os filósofos idealistas e, no campo da pedagogia, seguia muitas ideias de Pestalozzi. Sua principal contribuição pedagógica refere-se à preocupação com a educação das crianças na fase anterior ao ensino elementar, a educação da primeira infância, acreditando que os primeiros anos de vida são fundamentais para sua formação; essa foi sua grande criação, exercendo influência na psicologia contemporânea. Por isso, afirma a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento da criança nesta fase, como o jogo e o brinquedo. As suas ideias são expostas na obra *A educação do homem*.

Assim como Comênius e Pestalozzi, predomina em Froebel uma visão mística e humanitária, que serve de inspiração em toda sua obra. Assim como Pestalozzi, seus princípios filosófico-teológicos foram influenciados pelo protestantismo. Por isso, a sua postura exibiu um espírito profundamente religioso que desejava manifestar ao exterior o que lhe acontecia interiormente: sua união com Deus. Esses princípios e sua crença determinaram alguns de seus postulados, tais como o educando tem que ser tratado de acordo com sua dignidade de filho de Deus, dentro de um clima de compreensão e liberdade. Ele não deve ser considerado apenas como um guia, mas também sujeito ativo da educação: dá e recebe, orienta, mas deixa em liberdade, é firme, mas concede. O educador, portanto, deve conhecer os diversos graus de desenvolvimento do homem para realizar sua tarefa com êxito; sendo três as fases de desenvolvimento, as quais vão desde que o homem nasce até a adolescência.

Uma outra contribuição foi de Johann F. Herbart, alemão, podendo-se dizer que: “[...] é o precursor de uma psicologia experimental aplicada à pedagogia [...]” (ARANHA: 1998; p.144). Trouxe fundamental contribuição para a pedagogia como ciência, buscando maior rigor do método, elemento fundamental para a instrução. Ele propõe cinco passos formais que ajudam o desenvolvimento do aluno: 1) preparação, o mestre recorda o já sabido pelo aluno; 2) apresentação, o conhecimento novo é apresentado e deve partir do concreto; 3) assimilação, comparação do conhecimento novo com o velho; 4) generalização, sistematização do conhecido, chegando às concepções gerais; 5) aplicação, aplicar os conhecimentos por meios de exercícios (ARANHA, 1998).

Esses cinco passos marcam o ensino expositivo da escola tradicional, fundamentados na concepção que o ensino vem de fora para

dentro e que só posteriormente o aluno o aplica à experiência vivida. Sua filosofia é de caráter realista e sua pedagogia caracteriza-se sobretudo pelo aspecto intelectualista e individualista, sendo, posteriormente, criticado pelos escolanovistas. “Finalmente, apesar de sua concepção individualista, a pedagogia de Herbart, sustenta a necessidade da intervenção do estado na educação, porém não a do monopólio” (LUZURIAGA: 2001; p.207).

Todas as mudanças desencadeadas no século XIX criam fortes expectativas em relação à educação, pois com o capitalismo industrial a complexidade do trabalho exige qualificação da mão-de-obra, a atenção é dada às escolas elementares. Apesar das tentativas de universalização do ensino serem desencadeadas no século XVIII, somente no século XIX é que se concretizam com a intervenção cada vez maior do Estado na implementação da escola elementar universal, laica, gratuita e obrigatória. Em relação às escolas secundárias e às universidades, continuaram as dicotomias, de um lado a elite burguesa tem a escola clássica e propedêutica e, do outro lado, é reservada aos trabalhadores a instrução técnica, que atendem às necessidades do avanço tecnológico. “Ao lado da expansão da rede escolar, outro objetivo [...] é formar a consciência nacional e patriótica do cidadão. [...] ênfase ao aspecto cívico, certamente devido às tendências nacionalistas da época” (ARANHA: 1998; p.146). Continua no século seguinte a busca pela efetivação da democratização do ensino.

A educação para a democracia – século XX

O século XX é fervoroso em acontecimentos que provocam mudanças em todas as áreas. Dentre os acontecimentos temos: a primeira guerra mundial (1914-1918), a revolução Russa (1917), a crise gerada pela Bolsa de Nova Iorque (1929), o fascismo (1922), o nazismo (1933), a segunda guerra mundial (1939-1945), a ruptura dos blocos comunistas (segunda metade do século XX), a revolução de maio em Paris (1968), dentre outros. Todos esses acontecimentos, longe de atrasar, fortaleceram nos países democráticos desenvolvidos o movimento de democratização do ensino, além de acrescentar o caráter de universalização da educação (ARANHA: 1998; LUZURIAGA, 2001).

Este século oferece riquíssimas produções pedagógicas, mas em função do pouco espaço que dispomos, faremos algumas simplificações. Iniciaremos enfatizando que as propostas educacionais do século anterior reafirmam neste século a urgência da escola pública, laica, gratuita e

obrigatória; demandadas do intenso movimento de urbanização e de industrialização. “[...] Apesar da efetiva extensão dos programas de atendimento, as medidas educacionais tomadas pelos governos ainda são insuficientes, principalmente nos países em desenvolvimento” (ARANHA: 1998; p. 163).

Nesse contexto, a luta não se restringe somente à escola elementar, mas também à escola secundária e superior. “Desde o final do século XIX até a década de 40, aumentam a oportunidade de estudos. Daí decorrem mobilidade social e ascensão social, sobretudo para a classe média” (ARANHA: 2001; p.164). Essa realidade gera uma política de contenção na demanda da educação, pressionada pelo número reduzido de empregos oferecidos a diplomados. Mesmo assim continua a ilusão de que a educação pudesse ser a garantia de mobilidade social e de sucesso, ideário fortalecido pelo movimento da escola nova, o qual explicitaremos mais adiante.

Ainda, neste contexto, há influência marcante do desenvolvimento industrial na escola, o que exige sua reorganização, em função da introdução das novas tecnologias, tornando obsoleta e ineficaz a velha aula tradicional de saliva e giz, como: "a máquina de ensinar" (Skinner – a aprendizagem é realizada por meio de reflexos condicionados), recursos audiovisuais – retroprojetor, filmes, televisão, computador... Cabe evidenciar então que o uso dos recursos da técnica aplicada ao ensino não é bem explorado e nem sempre tem sido regular em grande parte das escolas. A nova sociedade exige de seus membros uma formação, em termos técnicos, especializada; como também uma organização do trabalho direcionada à produtividade, eficiência e eficácia. Começa então a ser esboçada a tendência tecnicista, de influência norte-americana.

A pedagogia do século XX, além de ser tributária da psicologia, da sociologia e de outras, [...] como a economia, tem acentuado a exigência que vem desde a Idade Moderna, qual seja, a inclusão da cultura científica como parte do conteúdo ensinado (ARANHA: 1998; p.166).

Como vimos anteriormente, o positivismo, adaptado aos novos tempos, interfere na nova concepção de mundo, constituindo-se pressupostos filosóficos das ciências humanas de tendências naturalistas, influenciando a sociologia de Durkheim e a psicologia behaviorista de Skinner. A sociologia de Durkheim contribui para a análise das relações

entre escola e sociedade, como também à melhor compreensão dos problemas educacionais. A psicologia behaviorista que privilegia a exterioridade do comportamento, considerado o único capaz de ser submetido a controle e experimentação de objetivos. Esta perspectiva incide diretamente na orientação tecnicista da educação.

Saiba Mais



“Behavior, em inglês, significa conduta, comportamento. O behaviorismo é tributário das descobertas do russo Pavlov (1849-1936) sobre o mecanismo do reflexo condicionado. Suas experiências são ampliadas e aplicadas nos EUA por Watson (1878-1958) e posteriormente por Skinner. [...] Baseado na teoria do reforço (positivo e negativo), Skinner desenvolve a técnica da instrução programada.” (ARANHA: 1998; p. 167).

É neste século que a corrente positivista sofre veementes críticas, pelos filósofos da linha fenomenológica (frankfurtianos) e muitos outros, ao enfatizar a ciência como redentora da humanidade, colocando à margem, da influência social e política, as pesquisas científicas. O cientista sem se envolver com juízos de valor se ocupa meramente das descrições dos fenômenos sociais. Incorrem nessa concepção: o reducionismo, quando propõe que o conhecimento verdadeiro é somente aquele que pode ser provado, experimentado e objetivo; o mito da neutralidade científica, onde as pesquisas científicas estariam isentas da influência política e social; o mito do especialista, devido à fragmentação do saber em que o especialista investigará rigorosamente uma pequena parte da realidade – relação entre saber e poder; mito da tecnocracia, cuja palavra é sempre dada por técnicos e aos administradores competentes; e o mito do progresso, subsistindo a ilusão de que a ciência e a tecnologia produziram uma sociedade mais igualitária, na qual tivemos consequências desastrosas: a urbanização destrói a natureza e torna a vida mais solitária, as fábricas poluem o ar, a modernização da agricultura não produz alimentos para todos...

Em oposição aos positivistas, os fenomenologistas afirmam que toda consciência é intencional, não se restringindo ao mero conhecimento intelectual, mas geradora de intencionalidade não só cognitivas como afetivas e práticas. Ao contrário dos racionalistas, significa não existir pura

consciência separada do mundo, pois toda consciência é consciência de alguma coisa. Ao contrário dos empiristas, significa que não há objeto em si, já que o objeto é sempre para um sujeito que lhe confere significado. A fenomenologia critica também a tendência naturalista que orienta o método nas ciências humanas, não considerando os fatos como objetividade pretendida pelo behaviorismo.

Assim, a fenomenologia propõe a retomada da ‘humanização’ da ciência, com nova relação entre sujeito e objeto, homem e mundo, considerados polos inseparáveis. Ela está também na base do existencialismo francês, cuja expressão maior está em Sartre, que afirma, “a existência precede a essência”, o que quer dizer que primeiro o homem existe e só depois se define (ARANHA, 1998; LUZURIAGA, 2001). A fenomenologia serviu de fundamento também para gestalt ou psicologia da forma, que tem como representantes Köhler e Kofka, os quais divergem do associacionismo dos empiristas, e consideram que o objeto se apresenta primeiro na sua totalidade, na sua forma, na sua configuração (gestalt, em alemão), e só depois são percebidos pelos detalhes.

Na educação, essas descobertas são importantes por recusarem



Saiba Mais

“Fenomenologia é uma filosofia e um método que têm como precursor Franz Bretano (final do século XIX). Foi Edmund Husserl (1859-1938), no entanto, quem formulou suas principais linhas abrindo caminho para filósofos como Heidegger, Jaspers, Sartre, Merleau-Ponty e Martin Buber. O conceito básico da fenomenologia é o da intencionalidade, que pretende superar as tendências racionalistas e empiristas surgidas no século XVII. [...] fenômeno, que em grego significa ‘o que aparece’, compreendemos melhor que a fenomenologia trata dos objetos do conhecimento como aparecem, isto é, como se apresentam à consciência” (ARANHA, 1998, p.168).

Pragmatismo: “o termo deriva da mesma palavra grega, prágma, que significa ação, do qual vêm nossas palavras ‘prática’ e ‘prático” (ARANHA: 1998; p.170)

o exercício mecânico no processo da aprendizagem, reconhecendo o educando como criador de sua própria essência, cabendo ao educador despertá-lo para assumir sua liberdade. O método fenomenológico e a filosofia existencialista auxiliarão a discussão contemporânea sobre a metodologia das ciências humanas.

Uma outra concepção emerge no contexto do século XX, a corrente do pragmatismo, que se opõe a toda filosofia idealista. Essa corrente desenvolve-se nos EUA e na Grã-Bretanha. É antiintelectualista, privilegiando a prática e a experiência. O principal representante é William James. O pragmatismo foi introduzido pela primeira vez por Charles Pierce, em 1878.

“O filósofo Dewey (1859-1952), influenciado pelo pragmatismo de William James, prefere usar as expressões instrumentalismo ou funcionalismo para identificar sua teoria” (ARANHA, 1998, p.170). Dewey contribuiu de forma marcante para a divulgação dos princípios da escola nova: iniciativa, originalidade e cooperação, e foi defensor da Escola Ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal dos alunos. Seus precursores foram Feltre, Basedow e Pestalozzi. Para Dewey:

“[...] o conhecimento é uma atividade dirigida que não tem um fim em si mesmo, mas está voltada para a experiência. As ideias são hipóteses de ação e são verdadeiras à medida que funcionam como orientadoras da ação. Portanto, tem valor instrumental para resolver os problemas colocados pela experiência humana”. (ARANHA, 1998, p.170)

Nessa perspectiva, rejeita a educação pela instrução defendida por Herbart, fazendo severas críticas à educação tradicional, intelectualista e memorística. Ele considera que a escola é a própria vida e não espaço de preparação para a vida. Nessa acepção, vida-experiência-aprendizagem não se separam, por isso, é considerada uma educação progressiva.

A pedagogia de Dewey é rica em elementos inovadores, mas é criticado por dar ênfase aos métodos e técnicas em detrimento dos conteúdos; e por não questionar a sociedade da época e seus valores. Trata-se de uma teoria que defende plenamente os ideais do liberalismo (ARANHA: 1998; GADOTTI, 2001; LUZURIAGA: 2001). Marcado pelo feito da Revolução Industrial e pelo ideal de democracia, vê a escola como instrumento de democratização de oportunidades, que se caracteriza

posteriormente como otimismo pedagógico da escola nova.

A escola nova representa o movimento mais vigoroso de renovação da educação depois da criação da escola pública burguesa. Por educação nova entendemos a corrente que trata de mudar o rumo da educação tradicional, intelectualista e livresca, dando-lhe sentido vivo e ativo (LUZURIAGA: 2001; p.227). Por isso, esse movimento é também chamado de escola ativa. Essas escolas valorizam a educação integral, a educação prática, a vida no campo, a coeducação, a educação individualizada. Estimula o espírito de iniciativa e independência, que leva à autonomia e ao autogoverno, virtudes de uma sociedade democrática. Também se volta para a compreensão psicológica da natureza da criança.

Com base nesses ideais foram organizadas muitas escolas, dentre elas: 1) as escolas de métodos ativos, em que se destaca Maria Montessori, empenhada em desenvolver o processo de individualização do ensino, enfatizando a autoeducação; e Ovide Decroly, que parte da ideia de que o indivíduo aprende como uma totalidade, mantendo afinidade com a teoria da gestalt; 2) as escolas de trabalho, já que uma de suas características da escola nova é a preparação para o trabalho, em que se destaca Georg Kerschensteiner, sofre influência de Pestalozzi e Dewey; que se sustenta nos pilares: educação profissional, moralização da profissão e moralização da sociedade; e Célestin Freinet, que valoriza o trabalho manual e em grupo, estimula a cooperação, a iniciativa e a participação.

Muitas críticas foram feitas à escola nova, especialmente pelos teóricos crítico-reprodutivistas, que revelam demais o caráter otimista de seu projeto. Resta lembrar outros riscos, como o puerilismo ou pedocentrismo: supervalorização da criança, ausência de disciplina, descuido da transmissão do conteúdo, centralidade no psicológico, intensificação do individualismo. Porém, é preciso reconhecer que os estudos da medicina neurológica, psicologia, biologia, realizados pelos escolanovistas, contribuíram para uma outra visão sobre a educação. Para Gadotti:

O movimento da Escola Nova foi se construindo junto com a própria escola moderna, científica e pública. Os escolanovistas não puderam negar as contribuições do positivismo e do marxismo. Daí constituir-se um movimento complexo e contraditório. Não podemos confundir-lo apenas como um movimento liberal. Seus desdobramentos foram inevitáveis. Mesmo alguns

educadores socialistas foram influenciados pela escola nova (2001, p.148).

Uma outra perspectiva emergente são as teorias socialistas, que de acordo com Gadotti, “[...] superam, sem anular, as conquistas anteriores, quer da Escola Tradicional, quer da Escola Nova, [...] apontam para uma perspectiva integradora dessas correntes”. Como vimos anteriormente, com o antagonismo de classes, que culmina no fim do século XIX, há a mobilização de proletários e de intelectuais que, em oposição ao liberalismo, desenvolvem concepções socialistas. Uma das garantias do movimento socialista é a prioridade da educação popular e a universalização da escola elementar, gratuita e obrigatória. Um de seus defensores é Antonio Gramsci, que apoia a escola única – clássica, intelectual e profissional – que deve substituir a escola classista burguesa, oferecendo assim a mesma educação para todas as crianças. Para ele, o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o trabalho intelectual e trabalho industrial, não apenas no contexto escolar, mas em toda vida social.

Dentre as correntes sustentadoras das teorias socialistas, temos: a teoria crítica, os crítico-reprodutivistas e os progressistas. A teoria crítica surge na Alemanha, na escola de Frankfurt, responsável pela formulação da teoria crítica da sociedade que gera impacto na educação e na escola, e tem como representantes Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Erich Fromm. A teoria crítico-reprodutivista faz uma crítica radical em relação à escola e à sociedade, mostrando o quanto a educação reproduz as relações de desigualdades da sociedade burguesa, sendo a escola o seu principal meio; e dentre seus representantes temos: Althusser, que enfatiza a teoria da escola como aparelho ideológico do Estado; Bordieu e Passeron revelam a escola enquanto veículo de violência simbólica; e Baudelot e Establet condenam a escola dualista. A teoria progressista reforça a necessidade de transmissão da cultura dominante, convencida de que a emancipação das crianças do povo passa pela apropriação do saber do dominante - burguês, tendo como representantes Gramsci, Makarenko, Pristrak, George Snyders, Suchodolski, Bernard Charlot, Henry Giroux, Manacorda e Lobrot, dentre outros.

Influenciado também pelos acontecimentos políticos da Revolução Russa e pelo pensamento marxista, Lev Semenovich Vygotsky concebe

sua teoria, tomando como base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo histórico, elabora uma nova concepção de educação, na qual enfatiza o papel da linguagem e da aprendizagem. Essa teoria ficou conhecida como histórico-social, por tomar como referência a aquisição do conhecimento pelo indivíduo, que não se faz de forma direta, mas por meio da mediação dos sistemas simbólicos. Seu projeto aspirava à superação das dicotomias indivíduo x sociedade, objetividade x subjetividade, pois considerava que o homem é construído socialmente, sendo produtor de sua própria existência.

Para Vygotsky, o processo de aprendizagem se dá por meio da internalização. O ser humano organiza as informações que internaliza para garantir a sua sobrevivência e sua permanência no grupo social. Para tanto, o homem vê o mundo e o compreende através dos conceitos, inicialmente com conceitos espontâneos, os quais vão cedendo lugar aos conceitos científicos.

Nesse sentido, para compreender a capacidade de aprendizagem do aluno é preciso determinar pelo menos dois tipos de desenvolvimento, os quais ele denomina de nível real e de nível potencial.

O nível de desenvolvimento proximal se refere à distância entre o que a criança é capaz de realizar sozinha e o que ela é capaz de fazer a partir da intervenção de um adulto. Em outras palavras, é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial. Nesse contexto, encontram-se as interações sociais como centro.

Vygotsky avança em relação a Piaget. O segundo explica o conhecimento como resultado de uma construção contínua entremeada pela invenção e descoberta, e exerce influência na psicologia genética. Os quatro estágios: sensório-motor, intuitivo, das operações concretas e das operações abstratas; representam o desenvolvimento mental (inteligência e afetividade) desde o nascimento até a adolescência. Enquanto Piaget não aceita em suas provas 'ajudas externas', por considerá-las inviáveis para detectar e possibilitar a evolução mental do sujeito, Vygotsky não só as aceita, como as considera fundamentais para o processo evolutivo.

Na tentativa de se opor aos vícios da escola tradicional, as teorias antiautoritárias, sejam liberais ou anarquistas, criticam também o caráter autoritário da educação. Nos Estados Unidos, destaca-se Carl Rogers, pai da pedagogia não-diretiva, atribuindo grande importância ao educador, ou facilitador da aprendizagem, tendo a educação o objetivo de ajudar os alunos a terem iniciativa própria para a ação. Na Inglaterra, destaca-se

Alexander S. Neill, representante também da perspectiva liberal, não-progressista, baseia-se no princípio da afirmação da liberdade sobre a autoridade.

Entre os anarquistas, temos Michael Lobrot, Fernand Oury, Aínda Vasquez e Francisco Ferrer, assumindo que a única via para resolver os problemas da sociedade é a revolução. Esta é a principal diferença entre os liberais e os anarquistas. Críticas são lançadas a essas teorias, por descuidar intencionalmente da transmissão da cultura, colocando as crianças, especialmente das classes populares, à mercê de sua própria sorte.

As mudanças significativas ocorridas no início do século XX vão influenciar novas concepções sobre a educação durante todo o seu decorrer, acenando para novas compreensões acerca da natureza humana, do sentido da educação, do ensino e da aprendizagem. As críticas à escola tradicional perduraram todo o século. No entanto, as promessas feitas no século XIX para o oferecimento de uma escola pública, única e universal, não se cumprem de fato. A sociedade está em crise e, com ela, a escola também. Essa crise perdura até os dias atuais.

A educação no terceiro milênio

Os acontecimentos ocorridos, especificamente na segunda metade do século XX, como a automação, a comunicação eletrônica, a cultura da informação, a mundialização da cultura e da economia, a explosão demográfica; desenvolvimento extraordinário da ciência e da tecnologia; “[...] têm deixado o homem contemporâneo perplexo a respeito de seus valores e das categorias que utiliza para compreender o mundo e a si mesmo, alterando-lhe de forma contundente as maneiras de pensar, sentir e agir” (ARANHA: 1998; p.235).

Saiba Mais



“Paradigma é um modelo, um conjunto de ideias e valores capaz de situar os membros de uma comunidade em determinado contexto, de maneira a possibilitar a compreensão da realidade e a atuação a partir de valores comuns [...] Thomas Kuhn: ‘Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma’ (ARANHA: 1998; p.235).

Portanto, o modelo da escola tradicional mostra-se anacrônico e não responde mais às necessidades do contexto atual.

Estamos em meio a uma crise de paradigmas, que suscita novos modelos para responder aos desafios propostos na nova era. Pensar na educação do terceiro milênio é vislumbrar a criação de novos paradigmas, novas visões de mundo, que irão fundamentar a sociedade e a escola do futuro. Várias transformações já foram anunciadas, especificamente nos séculos XIX e XX.

Os desafios da educação para o terceiro milênio devem levar em consideração o impacto da imagem e a importância da mídia. A sociedade informatizada se caracteriza pela abundância da informação e esta tem que estar a favor da libertação do homem, em todos os sentidos. Uma das possibilidades de acesso às novas tecnologias, à informação e ao conhecimento; é através da educação permanente, pois não basta conhecer as primeiras letras, mas ter condições de continuar até o fim.

A invasão da tecnologia eletrônica, da automação e da informação causa certa perda de identidade nos indivíduos; uma educação no terceiro milênio deve levar em conta a diversidade cultural, uma educação multicultural, como concepção geral que “[...] defende uma educação para todos, que respeite a diversidade, as minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas, os direitos humanos, eliminando os estereótipos, ampliando o horizonte de conhecimentos e de visões de mundo [...]” (GADOTTI: 2001; p.311). A educação no terceiro milênio tem de ser crítica, democrática e resgatar a unidade entre história e sujeito. Isso é um grande desafio.



Exercícios Propostos

Explique a natureza da educação tribal usando as seguintes expressões: mítica, espontânea, difusa e integral.

Escriba, Mago, Mandarins, Brâmane: quais são as equivalências entre eles? Quais as consequências para a educação popular?

De que forma o aparecimento da escrita, da moeda, da lei escrita e o nascimento da pólis contribuem para a superação do mundo mítico?

“No processo de conquista das cidades gregas, os romanos em vez de impor o latim aos gregos, incorporaram-lhe o seu idioma, os seus padrões culturais, que se tornam herança da humanidade”. Explique essa afirmação.

Justifique porque tanto a pedagogia grego-latina como a medieval são essencialistas?

Por que protestantes e católicos, no século XVI, passaram a se interessar pela ação pedagógica?

Que diferenças existem entre a pedagogia do Renascimento e a da Idade Moderna?

Relacione Iluminismo, burguesia e educação.

Quais são as necessidades da educação decorrentes do fenômeno de urbanização e crescimento industrial no século XIX?

Quais as críticas feitas pela escola nova à escola tradicional?

Questão para ser discutida no fórum – De acordo com as leituras realizadas durante esta unidade, comente a seguinte citação: “Por educação entendemos, antes de mais, a influência intencional e sistemática sobre o ser juvenil, com o propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. Mas significa também a ação genérica, ampla, de uma sociedade sobre as gerações jovens, com o fim de conservar e transmitir a existência coletiva. A educação é, assim parte integrante, essencial, da vida do homem e da sociedade, e existe desde quando há seres humanos sobre a terra” (LUZURIAGA: 2001; p. 1-2).

UNIDADE 3

**Visão Histórica da
Educação Brasileira**



3

A educação na Colônia: dos jesuítas a Pombal

A partir de 1500, o Brasil participa da história da civilização ocidental, sendo sua história vinculada aos acontecimentos da Europa, já que a sua colonização resultou da necessidade de expansão comercial da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial. A História da Educação no Brasil evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. Evidenciaremos então o estudo da evolução da Educação e a Pedagogia no Brasil, nas perspectivas de Aranha (1998) e Ghiraldelli Jr. (2006), no contexto da Colônia, do Império e da República.

A educação na colônia: dos Jesuítas a Pombal

O Brasil foi colônia de Portugal entre 1500 a 1822. Os portugueses se restringiram à exploração do pau-brasil até 1530, quando tem início a colonização com sistemas de capitanias hereditárias e a monocultura da cana-de-açúcar. Sendo colônia, os lucros advindos da produção brasileira retornavam para os comerciantes das metrópoles, o que caracteriza uma economia de modelo agrário-exportador dependente.

Nesse contexto, a educação não era meta prioritária, já que não havia demanda por uma formação especializada. A educação brasileira tem início propriamente dito com o fim das capitanias hereditárias, que perdurou até 1549, e a chegada dos jesuítas, com liderança do Padre Manoel da Nóbrega. A experiência pedagógica dos jesuítas sintetizou-se em um conjunto de normas e estratégias chamado de *Ratio Studiorum* (Ordem de Estudos), conforme explicitado anteriormente.

O objetivo da ordem era de formação integral do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura de seu tempo, sendo todas as escolas regulamentadas pelo documento, escrito por Inácio de Loyola e inspirado na escolástica (filosofia cristã medieval), que significa organização e planos de estudos. Essa concepção pedagógica tradicional se caracteriza

Saiba mais

Monocultura é o sistema de exploração do solo com especialização de uma só cultura.

por uma visão essencialista de homem. Nessa visão, a educação precisa moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano, tendo como meta a formação do homem perfeito, bom cristão.

Em território brasileiro, os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Porém, perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. Passaram, então, a fundar missões e aldeamentos com esse objetivo. Além da educação e catequese dos índios, promoveram ação maciça na formação dos filhos dos colonos, na formação de novos sacerdotes e da elite intelectual. A elite colonial se preparava de forma predominantemente intelectualista e universalista, portando distanciada das principais conquistas científicas da Idade Média. Assim, o catolicismo foi o cimento da nossa unidade, neutralizando os efeitos de culturas tão heterogêneas.

Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além de curso elementar, mantinham cursos de filosofia, considerados secundários, e o curso de teologia e ciências sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de letras, estudava-se gramática latina, humanidades e retórica, e, no curso de filosofia, estudava-se lógica, metafísica, moral, matemática e ciências físicas e naturais. O currículo baseava-se na educação literária e humanista voltado para a elite colonial, alheia à revolução intelectual representada pelo renascimento científico.

Os jesuítas edificaram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, estendendo-se para o sul e, em 1759, tínhamos em nosso país mais de cem estabelecimentos. A gratuidade do ensino da Companhia favoreceu a expansão de seus colégios, que imprimiram de forma marcante o ideário católico na concepção de mundo dos brasileiros.

O método utilizado pelos jesuítas predominou durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional. Com eles levaram também a organização monolítica baseada no Ratio Studiorum. Os jesuítas foram expulsos das colônias em função de radicais diferenças de objetivos com os dos interesses da Corte.

No século XVIII, o governo português começou a temer o poder da Igreja, exercido por meio da educação. Em 1759, os jesuítas foram expulsos, quando o Marquês de Pombal, então Ministro de Estado em

Portugal, empreendeu uma série de reformas, instituindo o ensino laico e público, influenciado pelas ideias próximas do Iluminismo, passando o comando da educação para as mãos do Estado. Nascia, de certo modo, a educação pública no Brasil, levadas a efeito somente a partir de 1722, quando foi implantado o ensino público oficial.

O Marquês de Pombal só iniciou a reconstrução do ensino uma década mais tarde, provocando um retrocesso de todo sistema educacional brasileiro. Ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de disciplinas isoladas de latim, grego, filosofia e retórica. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras. A educação estava à deriva.

Porém, os professores geralmente não tinham preparação para a função, já que eram improvisados e mal pagos. O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo dele foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação. Durante o longo período do Brasil colônia, aumentou o fosso entre letrados e a maioria da população analfabeta.

Em 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, que passou a ser sede do reino português; o ensino realmente começou a se alterar mais profundamente.

Educação no Império

A chegada da família portuguesa no Brasil

Quando a família real chegou ao Brasil, existiam apenas as insuficientes aulas régias, o que obrigou Dom João VI a criar escolas, principalmente superiores, a fim de atender às necessidades do momento: formar oficiais da marinha e do exército para a defesa da colônia, engenheiros, médicos, bem como abrir cursos de caráter pragmático. Foi recriada, em outros moldes, a academia militar que havia. Além disso, ele criou duas escolas de medicina, uma no Rio de Janeiro e outra em Salvador. Criou também, em 1827, após a Independência do Brasil, duas faculdades de Direito, as atuais Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Além das mudanças citadas, houve a abertura dos portos para o comércio com os países amigos, iniciando a consolidação do modelo

agrário-comercial-exportador-dependente ao lado do modelo agrário-exportador-dependente, resultantes da lenta passagem de uma sociedade rural-agrícola para urbano-comercial. Em relação às transformações culturais, houve inovações, como a Imprensa Régia (primeira imprensa oficial que criou o primeiro jornal impresso do Brasil), Biblioteca (futura Biblioteca Nacional), Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Museu Real e Museu Nacional. Essas inovações geraram impactos nas perspectivas educacionais futuras no contexto brasileiro.

Logo após a independência, na Assembleia Constituinte de 1823, houve a vitória dos liberais sobre os conservadores. Inspirados nos ideais da Revolução Francesa, eles aspiravam um sistema educacional de instrução pública que resultou em lei nunca cumprida.

Em 1824, houve referências a um 'sistema nacional de educação', quando foi outorgada a primeira Constituição brasileira, que no Art. 179, dizia: "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos". Porém, não houve mudanças reais que dessem essa garantia para todos. A educação continuou sendo privilégio de uma seleta elite.

Em 1827, determinou-se a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades. Os resultados dessa lei também fracassaram. Somente em 1834 houve uma reforma que descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto as províncias ficavam responsáveis pelas escolas elementar e secundária. Tais medidas reforçavam o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, impedindo ainda a organização do sistema educacional. O "sistema" de ensino brasileiro no Império foi "estruturado" em três níveis: elementar, secundário e superior.

A situação do ensino elementar era caótica. Além do mais, houve a tentativa fracassada de implantação do método Lancaster, método de ensino mútuo que tinha o objetivo de instruir o maior número de alunos com o menor gasto possível, que se arrastou de 1823 a 1838. "Sem exigência de conclusão do curso primário para acesso a outros níveis de ensino, a elite educa seus filhos em casa com preceptores [...] apenas 10% da população em idade escolar se acha matriculada nas escolas primárias" (ARANHA: 19998; p.155). Para os demais segmentos da sociedade, o nível elementar restringia-se a ensinar a ler, escrever e contar.

Entre o ensino primário e secundário não havia pontes de articulação, cada um se orientava na sua direção. Enquanto todos os países do mundo caminhavam em direção oposta, promovendo a

educação nacional, o Brasil perdia ainda mais sua unidade de ação. O currículo era desarticulado, em função da introdução das aulas régias, escolhas aleatórias de disciplinas, sem qualquer exigência de articulação entre os níveis de ensino.

Eram os parâmetros do ensino superior que determinavam a escolha das disciplinas do ensino secundário, obrigando-o a ser mais propedêutico, destinado a preparar jovens para a faculdade diante do exame final. As escolas eram aconselhadas então a fazer rigorosos exames. O ensino secundário é predominantemente ministrado por professores particulares, em aulas avulsas. com o tempo, criaram-se os Liceus provinciais. “No período de 1860 a 1890, a iniciativa particular se organiza, e são fundados importantes colégios, sobretudo católicos [...]” (ARANHA: 1998; p.154).

Os protestantes também criaram escolas, trazendo inovações da educação americana. Enquanto no resto do mundo preocupavam-se com a laicização das escolas, no Brasil a tendência era criar escolas religiosas. Havia ainda importantes iniciativas laicas, com pressupostos de inspiração positivista, que ofereciam estudos de ciências, menosprezado pela tradição humanística. Os colégios laicas da época eram os mais renovadores e progressistas.

Conforme explicitamos anteriormente, havia preferência da Coroa pelo ensino superior. Este permanecia isolado em institutos, sem que houvesse interesse em formar universidades. Tais empreendimentos no ensino superior foram motivados por uma questão prática: não seria mais necessário deslocar-se para a Europa, Universidade de Coimbra na época colonial, pois estava assegurada a formação dos advogados, médicos e administradores públicos do nascente Império Brasileiro. A educação se restringia à formação das elites, sendo a preocupação educacional dirigida aos governantes e à formação dos quadros militares. Havia um desinteresse pela educação popular e pelo ensino técnico e voltava-se para as profissões liberais destinadas à minoria privilegiada.

Em referência à formação de professores, foram fundadas as primeiras escolas normais em Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845) e São Paulo (1846), para melhorar a formação dos mestres. Essas escolas inicialmente destinavam-se somente a rapazes e, mais tarde, tiveram uma clientela predominantemente feminina. O ensino formal estava distante das questões teóricas, técnicas e metodológicas relacionadas com a atuação do professor. O descaso com a formação de educadores retratava, sem sombra de dúvida, o não-comprometimento de toda a sociedade da época para com a educação.

No final do século XIX, diversos fatos ocorreram na história do Brasil: abolição da escravidão, surto industrial, o fortalecimento da burguesia urbano-industrial, a política imigratória; encaminhando para a queda da monarquia e a proclamação da República. No campo educacional, o pensamento positivista intensificou a luta pela escola laicas, gratuita e pública, bem como pelo fortalecimento do ensino de ciências.

Ainda no Império (1879), Leôncio de Carvalho estabeleceu normas para o ensino primário, secundário e superior; determinando o fim da proibição de matrículas aos escravos, a criação de escolas normais, a liberdade de ensino, de frequência, de credo religioso. Estimulou a criação de colégios com tendências positivistas, que, valorizando as ciências, pudessem superar o ensino acadêmico e humanista da tradição colonial. Porém, nem todas as propostas se efetivaram.

Saiba mais

Oligarquia significa um governo de poucos, de maneira não democrática e controlada pela elite, e dependendo da situação ou do lugar, prevalece a influência dos coronéis, dos fazendeiros de café e criadores de gado (ARANHA, 1998).

O Conselheiro Rodolfo Dantas, em 1882, apresentou ao parlamento um projeto de reforma que nem chegou a ser discutido, mas foi estudado por uma comissão nomeada por Rui Barbosa. Resultou daí “um plano ideal e teórico”, distante da realidade brasileira, portanto incapaz de soluções eficazes. Essa perspectiva alimentou por muito tempo as esperanças de transformação da sociedade através da educação universal, que mais tarde foi desencadeado no otimismo pedagógico, proposto pela escola nova, confiante no caráter de democratização da escola. No entanto, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim.

A educação na primeira República: em busca de novos horizontes

Com a queda da monarquia em 1889, começou a Primeira República, designada também como República Velha, República Oligárquica, República dos Coronéis e República do Café. Após a Primeira Guerra Mundial, teve início no Brasil uma lenta mudança no modelo econômico agrário-exportador para o urbano-industrial, com o surgimento de uma pequena burguesia nacional e o início da nacionalização da economia. O operariado, formado por imigrantes italianos e espanhóis, organizou sindicatos sob influência anarquista.

A década de 1920 foi fortemente marcada por movimentos de contestação: fundação do partido comunista do Brasil (1922); as revoltas tenentistas (1927), das quais originou-se a Coluna Prestes, sob comando

de Luís Carlos Prestes, descontentes com a oligarquia dominante; a Semana de Arte Moderna (1922), movimento cultural que marcou a ruptura dos antigos modelos estéticos e uma crítica à velha ordem social e política; a queda da bolsa de Nova York (1929), que afetou a economia do mundo inteiro, desencadeando a crise do café no Brasil; a Revolução de 1930, que aglutinou grupos de diversos segmentos sociais e econômicos e de diferentes correntes ideológicas, dessa situação, Getúlio Vargas se tornou governo provisório.

As mudanças ocorridas até esse momento, influenciadas pelas ideias liberais, adentram o campo educacional. As ideias positivistas obtiveram simpatia das gerações mais novas de oficiais formados pela Escola Militar. Não por acaso, os dizeres de nossa bandeira republicana, “Ordem e Progresso”, representam nítida inspiração positivista. Benjamin Constant, um dos professores ilustres da Escola Militar, é escolhido Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, empreendendo, em 1890, a reforma educacional. Esse ministério durou apenas dois anos. Somente em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde.

A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira. Uma das intenções era substituir a predominância literária pela científica. No entanto, esta Reforma foi bastante criticada pelos intelectuais, como Rui Barbosa, que acusavam os positivistas de conhecerem superficialmente as doutrinas pedagógicas de Comte; e pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas, tornando o ensino enciclopédico nos cursos secundários, com o sacrifício dos estudos de línguas e literatura antigas e modernas.

A Constituição republicana de 1891 reafirmava a descentralização do ensino, atribuindo à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Tal procedimento reforçava o caráter elitista da educação, confirmando o sistema dual de ensino. O secundário continuava com seu caráter acadêmico e propedêutico, voltado para a preparação ao curso superior e humanístico. A educação elementar continuava a receber menor atenção.

As reformas não se implantaram de fato, devido à falta de infraestrutura e de apoio das elites, avessas a qualquer inovação cultural. Por outro lado, a igreja católica reagia de forma negativa às novidades positivistas atribuídas ao governo republicano, considerado ateu, e que

na Constituição estabelecera a separação entre Estado e Igreja e a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos.

A pedagogia nova – o manifesto dos pioneiros da educação

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 diversos estados empreenderam reformas pedagógicas. Graças à crise do modelo agroexportador e à perspectiva de industrialização, o novo modelo nacional-desenvolvimentista exigia uma melhor escolarização para os segmentos urbanos, para a nova burguesia e estratos emergentes de uma pequena burguesia. Esses segmentos aspiravam à educação acadêmica e elitista, desprezando a formação técnica, considerada inferior. A educação passou a despertar um interesse maior. Criou-se, então, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde para possibilitar uma maior organização da educação brasileira, sendo Francisco Campos seu primeiro Ministro.

“Antes mesmo que o novo ideário da escola nova fosse bem conhecido, diversos estados empreenderam reformas pedagógicas calcadas nas propostas daqueles que seriam os expoentes do movimento escolanovista da década seguinte” (ARANHA, 1998, p. 200). Várias foram as reformas empreendidas, dentre elas as implementadas por Lourenço Filho no Ceará (1923), Anísio Teixeira na Bahia (1925), Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1928), Carneiro Leão em Pernambuco (1928) e Mário Cassandra e Francisco Campos em Minas Gerais (1927). Este último, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, recém-criado pelo governo provisório de Vargas, imprime uma tendência renovadora nos decretos de 1931 e 1932, organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”.

Os decretos que efetivam a reforma de Francisco Campos, além dos que dispõem sobre o regime universitário, tratam da organização da Universidade do Rio de Janeiro, Criação do Conselho Nacional de Educação, do ensino secundário e do comercial (ARANHA: 1998; p.201). O ensino secundário passou a ter dois ciclos, visando à preparação para o curso superior. Apesar dos avanços, havia total descaso com a educação fundamental.

Mesmo com todas as dificuldades, foram implantadas, na década de 30, importantes universidades, dentre elas: Universidade de São Paulo (1934), organizada com a aglutinação das faculdades, sendo convidados professores estrangeiros; Universidade do Distrito Federal

no Rio de Janeiro (1935), naquela época capital federal do país, com uma Faculdade de Educação, na qual se situava o Instituto de Educação; e a Faculdade de Filosofia de São Bento (1936). Registrou-se um impulso no campo da formação do magistério, com reorganização de algumas escolas secundárias. Em 1937, diplomaram-se os primeiros professores licenciados para o ensino secundário, cujos quadros docentes constituídos até então por autodidatas, egressos de outras profissões. Os alunos que se formavam obtinham complementação pedagógica no Instituto de Educação. No entanto, a formação de professores não se concretizou de fato.

Após a primeira Grande Guerra, o índice de analfabetismo girava em torno de 80%. De um lado, a burguesia exigia acesso à educação. De outro lado, o operariado requeria o mínimo de escolaridade, ampliando as pressões pela expansão da oferta no ensino.

A década de 1920 foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Isso se repercutiu na configuração apresentada pelo sistema educacional da época.

Para muitos teóricos da educação brasileira, a década de 20 teve como características o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Foi um momento em que se empreenderam debates e planos de reforma para recuperar o atraso brasileiro. A tendência escolanovista costuma ser identificada com a expressão otimismo pedagógico, já que tinha a escola como espaço de transformação da sociedade, vista como redentora da humanidade.

Em 1924, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que realizou diversas conferências nacionais. Todo esse contexto trouxe à tona o pensamento liberal democrático, em defesa da escola pública para todos, representado pelos educadores da escola nova. De acordo com Aranha (1996), os Educadores da escola nova introduziram o pensamento liberal democrático, mas faltava uma análise mais profunda da realidade brasileira, havendo dependência da produção das ideias estrangeiras. Entre os diversos escolanovistas, é notável a contribuição do filósofo Anísio Teixeira, influenciado por Dewey, disseminando as ideias pragmatistas no Brasil; o sociólogo Fernando Azevedo, influenciado pelas ideias de Durkheim e Lourenço Filho, influenciado pelas ideias de Piaget.

O escolanovismo combatia a escola elitista e acadêmica tradicional, especialmente a que se encontrava sob monopólio da igreja,

defendendo a laicização e a coeducação, o que incitou a reação dos católicos conservadores. Em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, liderado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. “O documento defende a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantado em âmbito nacional” (ARANHA: 1998; p.198). Tal manifesto é importantíssimo para a história da educação brasileira, pois representa a conscientização da defasagem existente entre a educação ofertada e as demandas da nova sociedade.

Há uma controvérsia entre católicos e escolanovistas, iniciada na década de 20 e retomada em 50. Os pensadores católicos, conservadores, se opõem à política de laicização da escola pública e reintrodução do ensino religioso nas escolas. Politicamente comprometida com a antiga oligarquia, daí seu viés reacionário. Uma outra característica que marca a atuação dos católicos é um ferrenho anticomunismo.

Embora as ideias escolanovistas tenham se difundido, não houve a sua devida efetivação. A concepção da escola defendia ideias novas: a educação pública, obrigatória e laica; a educação como instrumento nacional e a educação adaptada às necessidades da criança. As suas experiências se restringiram a alguns lugares. Por outro lado, apesar das vantagens, se ocupava mais da renovação das técnicas, o que ajudava a desviar do debate educacional seu tema mais importante, a educação popular.

Na década de 50, a concepção dos pedagogos da escola nova adquiriu novas nuances. Ao lado de outros escolanovistas, Florestan Fernandes, sociólogo, lutava pela escola pública. Existiam ainda teóricos comprometidos com as doutrinas socialistas e anarquistas, que defendiam a escola pública e universal.

O Estado Novo – a educação liberal e a ditadura

A Constituição de 1934 durou pouco tempo. Em 1937 Getúlio Vargas [...] tornou-se ditador através de um golpe militar (GHIRALDELLI: 2006; p.77). Apresentando tendências fascistas, foi outorgada uma nova Constituição em 1937. Em 1945, o Estado Novo terminou com a deposição de Vargas. Esse momento também chamado de populismo se estendeu até 1964. Ele apareceu na América Latina, onde aos poucos se dava a substituição do modelo agrário-exportador para o nacional-desenvolvimentista. Essa atuação foi marcante no Estado Novo. Vargas passou a controlar a estrutura sindical e a manipular a opinião pública pela

propaganda e pela censura, enquanto a oposição política era reprimida com prisões, torturas e exílio. O forte controle estatal imprimiu crescimento à indústria nacional e o governo criou vários grupos industriais.

No contexto político, o estabelecimento do Estado Novo fez com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrassem “numa espécie de hibernação”. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Vale ressaltar a existência de uma enfática distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, centrado no ensino profissional, para as classes mais desfavorecidas.

De 1942 a 1946, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, foram reformados alguns ramos do ensino. Essas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino e foram compostas por Decretos-lei que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (1946), os quais valorizavam o ensino profissionalizante. Um deles era mantido pelo sistema oficial e o outro, paralelo, pelas empresas. Houve a organização do ensino secundário, primário, normal (formação de professores) e agrícola. A ênfase do ensino foi deslocada para a sugestão da iniciativa privada, mesmo o Estado ‘assumindo’ o dever de educar, conquistado com a Constituição de 1937.

Mesmo com os avanços obtidos em função da expansão do ensino, persistiam ainda o sistema dual de ensino e o descuido com o ensino fundamental, que só foi regulamentado após o Estado Novo. Para a classe mais favorecida economicamente, a formação encaminhava para o ensino superior. Para a classe trabalhadora, restava o ensino profissionalizante, com formação para o trabalho. O crescimento da educação profissional ‘solucionava’, ainda, o problema de uma demanda do ensino superior que começava a surgir.

A Luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os movimentos de educação populares

Com o fim do Estado Novo, iniciou-se um novo cenário nacional com eleições diretas, de vereadores a presidente, e a atuação mais livre de organizações representativas de diversos setores sociais. É considerado o espaço de momentos democráticos que perduraram de 1945 até a Ditadura Militar (1964). O país vivia a exaltação política da redemocratização. Configurou-se, nesse contexto, a educação

influenciada pelos movimentos sociais que reivindicavam a educação do povo, inclusive a educação de adultos.

O Brasil buscava retomar a normalidade democrática com a promulgação da Constituição de 1946, que restabeleceu o regime democrático no país. Em oposição à Constituição de 1937, os pioneiros da educação retomaram a luta em favor dos valores defendidos em 1934. Apesar da mudança de regime e da nova Constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961. Esta nova Constituição fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios proclamados pelos escolanovistas. No entanto, com maior ou menor grau de abrangência e constantemente marcadas pela ideologia da época, todas as Constituições brasileiras deram relevância ao tema educação.

Em 1948, o ministro Clemente Mariani, apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, como determinava a Constituição, à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. A comissão de elaboração do anteprojeto era presidida pelo educador Lourenço Filho e organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior.

Num primeiro momento, as divergências quanto a LDB estavam voltadas à questão da descentralização do ensino. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, representante dos interesses conservadores, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação e a participação da iniciativa privada. Os educadores católicos assumiram o debate, defendendo a liberdade das famílias em optar pela educação dos filhos, posicionando-se contra a democratização do ensino. Em oposição aos católicos, os pioneiros da educação nova, apoiados por intelectuais, estudantes e líderes sindicais; tinham como bandeira a defesa da escola pública. O movimento culminou com o Manifesto dos Educadores em 1959.

Depois de 13 anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem apresentar, entretanto a eficácia do anteprojeto original. A Lei 4.024/61 já se encontrava ultrapassada no período de sua promulgação. A renovação educacional poderia ter ocorrido na Constituição de 1946, mas acabou frustrada com a demora na votação da LDB.

Embora fosse uma proposta avançada na época da apresentação

do anteprojeto, envelheceu no correr dos debates e do confronto de interesses. Apesar das pressões para que o Estado destinasse recursos apenas para a educação pública, a lei atendeu também aos interesses das escolas privadas. Alguns aspectos eram relevantes na lei 4.024/61: a equivalência dos cursos, a quebra de rigidez do sistema e o ensino secundário menos enciclopédico.

São inúmeras as desvantagens dessa lei para as classes populares, pois destinava recursos às escolas privadas. O ensino técnico continuava a não merecer atenção. Todos esses desencontros aumentaram o descompasso entre o sistema econômico e a estrutura educacional. A lei continuava refletindo os interesses das classes representadas no poder.

Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foram o fato marcante, por outro lado muitas iniciativas marcaram este período, para alguns, tido como o mais fértil da História da Educação no Brasil. A intensa produção teórica repercutiu em diversos movimentos pedagógicos da época. Uma ação de movimentos populares aflorou na década de 60. O Movimento de Cultura Popular em Recife, liderado por Paulo Freire, foi um marco importante. Ele participou de uma das tendências da moderna concepção progressista, segundo a qual, descoberto o caráter político da educação, é necessário torná-la acessível às camadas populares. Ainda mais, torná-la espaço da discussão e da problematização que visa transformar a realidade social. Os principais movimentos de educação popular foram: os Centros Populares de Educação – CPC (1961), Movimento de Cultura Popular – MCP (1960) e os Movimentos de Educação de Bases – MEB (1961).

Para Paulo Freire, a educação deveria ter início com um trabalho de conscientização e politização dos indivíduos. Ele rejeitava a concepção bancária de educação, que, para ele, fundamentava a concepção da pedagogia dominante, na qual o professor é o detentor do saber; e defendia uma concepção problematizadora da educação, que, ao contrário, baseia-se na compreensão da consciência do mundo. Em suas obras, apresenta os conceitos de democratização da sociedade e da educação, afirmando que a educação não é neutra. Dentre sua imensa produção, citaremos: *Pedagogia do oprimido*, *A importância do ato de ler*, *Educação como prática da liberdade*, *Cartas à Guiné-Bissau*, *Educação e mudança*, *Pedagogia da autonomia*.

Em 1961, teve início uma campanha de alfabetização, cuja

Saiba mais

Paulo Freire nasceu em Recife em 1921, e suas primeiras experiências educacionais foram efetuadas em 1962 em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde 300 trabalhadores do campo foram alfabetizados em 45 dias” (ARANHA: 1998; p.206).

didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos. Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação que substituiu o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação e, finalmente, ainda em 1962, foram criados o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, criado em 1953, inspirado no Método Paulo Freire. Nesse período, houve importantes projetos de renovação do ensino público. No entanto, permaneceram como ações pontuais. O golpe militar exercido em 1964 sufocou os movimentos de conscientização popular, considerados subversivos.

A ditadura militar – o ideal autoritário de educação

Com o golpe militar de 1964, é destruído o estado de direito (ARANHA: 1998; p.196). O Presidente da República João Goulart (Jango) foi deposto. O golpe militar teve seu final com as eleições indiretas de Tancredo Neves e José Sarney, em 1985. O golpe eliminou todas as iniciativas que poderiam revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram de tendência comunista e, portanto, repletas de ideias subversivas. Atribuiu à educação um caráter antidemocrático, cujo objetivo era reprimir qualquer manifestação que viesse a contestar a implantação do regime ditatorial que foi imposto.

Foi uma nova fase da história que prejudicou a vida cultural e o ensino no Brasil. Ela é caracterizada como pessimismo pedagógico. Perderam força os grupos que antes buscavam se fazer ouvir, operários, camponeses e estudantes. Professores e estudantes foram presos e feridos nos confronto com a polícia, alguns foram mortos e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar. Universidades foram invadidas. O Decreto-Lei 477 silenciou alunos e professores.

O governo militar foi marcado por influências externas, principalmente do Estados Unidos. Essa fase é marcada por uma séria contradição entre a ideologia política e o modelo econômico. Na economia, acentua-se o processo de desnacionalização e conseqüente ligação ao capitalismo internacional, liquidando de vez o nacional-desenvolvimentismo. O modelo é conhecido como industrialização excludente, com perversa concentração de renda. Na política, é sufocada qualquer manifestação contrária aos ideais dos militares.

A ampliação do mercado de trabalho, devido à implantação das empresas multinacionais, é acompanhada por uma demanda de escolarização. A organização universitária antiga não atendia aos

interesses emergentes. Para acabar com os “excedentes”, aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar; foi criado o vestibular classificatório.

Neste período, a tendência predominante na educação é a tecnicista taylorista, que resulta da tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, que se fundamenta na racionalização própria do sistema de produção capitalista, com base na organização, eficiência e objetividade. Um dos objetivos é adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica. Um de seus princípios é a busca de mudança de comportamento do aluno mediante treinamento, a fim de desenvolver suas habilidades. Nessa orientação, o professor é um técnico e, intermediado por recursos técnicos, transmite o conhecimento técnico e objetivo. Os valores de eficiência e de produtividade se sobrepõem aos pedagógicos.

Para implementar o "novo" projeto de educação, o governo militar faz alterações na LDB de 1961 e impõe as Leis 5.540/68, que altera o ensino superior, e 5.692/71, que altera o ensino fundamental e médio. Diversos acordos são realizados desde o golpe de 1964, que só se tornam públicos em 1966. Um dos acordos foi o MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), pelos quais o Brasil recebia assistência técnica e cooperação financeira para implementação das reformas.

“A partir daí, desenvolve-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que visa atrelar o sistema educacional ao modelo econômico dependente imposto pela política norte-americana para a América Latina” (ARANHA: 1998; p.213).

A Lei 5.540/68 visa promover a reforma do ensino superior brasileiro, ajustando também a educação universitária ao controle político-ideológico dos militares. A reforma extingue a cátedra, unifica o vestibular e aglutina as faculdades em universidades, tendo em vista a maior eficácia e produtividade. Institui o curso básico para suprir as carências do ensino médio e, no ciclo profissional, estabelece os cursos de curta e longa duração. Desenvolve também um programa de pós-graduação. Nesta época, as universidades federais ampliaram suas faculdades, aumentaram o número de professores e introduziram o regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores. São introduzidos também nos currículos a matrícula por disciplina e o regime

de créditos.

Na verdade, as medidas tomadas no período refletiam a intenção mascarada de criar um instrumento de controle e disciplina sobre a comunidade universitária, que era forte opositora do regime militar, com a intenção de ampliar a gestão de capital da classe hegemônica que constituía a base aliada ao golpe. Numa análise geral, a universidade brasileira foi fragilizada, com o afastamento de seus grandes pensadores, por motivo de exílio, repressão, aposentadorias forçadas e mortes. Além do mais, o regime de créditos possibilitou a desmobilização dos estudantes.

A reforma do ensino fundamental e médio foi realizada durante o período mais violento da ditadura, no governo Médici. Com a aprovação da Lei 5.692/71, o país ganhou uma nova organização para a educação básica. Ampliou-se a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutinaram-se as quatro séries do primário às quatro séries do ginásial. Criou-se a escola única profissionalizante, secundária e técnica. Estruturou-se o curso supletivo para aqueles que não conseguiam concluir os estudos regulares.

Com as alterações curriculares, "por falta de espaço" disciplinas desapareceram como Filosofia e Sociologia, ou foram aglutinadas, como História e Geografia, que passaram a constituir o bloco de Estudos Sociais, causando prejuízos inestimáveis à formação do cidadão.

Foram incluídas as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC),



Saiba Mais

“Os pressupostos teóricos da tendência tecnicista em educação podem ser encontrados na filosofia positivista e na psicologia behaviorista. Estas teorias valorizam a ciência como uma forma de conhecimento objetivo, isto é, passível de verificação rigorosa por meio da observação e da experimentação. Aplicadas à educação, voltam-se para o comportamento, nos seus aspectos observáveis e mensuráveis” (ARANHA: 1998; p.213).

“Igualmente inspirado no positivismo [...] o processo taylorista separa a concepção da execução do trabalho, criando o setor de planejamento e submetendo o operário ao parcelamento de tarefas” (ARANHA: 1998; p.213).

Organização Social e Política Brasileira (OSPB). No ensino superior, foi introduzida a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Introduzir as disciplinas sobre civismo significava impor a ideologia da ditadura, exercendo a função de diminuir o senso crítico e a consciência política da situação. Um outro prejuízo era a desativação da escola normal, destinada à formação de professores para o ensino fundamental.

A lei estabelecia a obrigatoriedade da formação profissional, mesmo no caso de escolas públicas sem as mínimas condições para atender ao ensino profissionalizante. Os estabelecimentos particulares de ensino, que preparavam a elite para ingressar nas universidades renomadas, criaram uma forma de burlar a lei em relação à profissionalização. Nos seus currículos e programas, estavam presentes os elementos exigidos na lei para a profissionalização, mas na prática trabalhavam os conteúdos que atendiam às exigências de formação geral e de preparação para o vestibular, continuando propedêutica. Na realidade a profissionalização não se efetivava. A obrigatoriedade dos oito anos torna-se letra morta.

Em referência ao índice de analfabetismo que gira em torno de 33%, na faixa de pessoas acima de quinze anos, foi criado em 1967 o MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, redimensionando, em sua didática, o Método Paulo Freire, esvaziado de seu conteúdo ideológico considerado subversivo. O MOBRAL se propunha a erradicar o analfabetismo no Brasil: não conseguiu. Posteriormente, por denúncias de corrupção, acabou por ser extinto e, no seu lugar, foi criada a Fundação Educar.

Nesta fase da história do Brasil, a preocupação estava voltada ao aperfeiçoamento técnico, aos aspectos quantitativos, à formação profissional, adaptando-se às necessidades e demandas da produção industrial. O aspecto da profissionalização era marcante na referida lei. A ideia era de estabelecer uma interação direta entre formação educacional e mercado de trabalho para o futuro profissional.

No início da década de 1980, o regime militar dava sinais de enfraquecimento, entrando num lento processo de democratização. Exilados políticos começaram a retornar ao Brasil. Nessa década reconheceu-se o fracasso da implantação da reforma da LDB, e a Lei 7.044/82 dispensava as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, sendo retomada a ênfase para a formação geral.

A nova República – o ideal democrático de sociedade e de educação

Em 1985 terminou o governo militar e começou a Nova República, ainda que por eleição indireta de Tancredo Neves. Com sua morte, o vice-presidente José Sarney assumiu, sendo o primeiro presidente civil desde 1964. Mesmo após a queda do regime militar, a sua herança era forte. A solução da crise política e econômica estava longe, consequência do processo de internacionalização da economia, projeto neoliberal, que gerou enorme endividamento, sob controle do FMI, alta da inflação, arrocho salarial, crescente pauperização da classe média, aumento dos bolsões de pobreza e recrudescimento da violência no campo e nas cidades.

Saiba mais

Fundo Monetário de Desenvolvimento Internacional.

União Nacional dos Estudantes. (Coluna de indexação)

Com a abertura política, os partidos extintos voltam à legalidade, bem como os organismos de representação estudantil – UNE, EEE, dentre outros. Em 1978, os professores intensificaram a mobilização da categoria, a situação pedia não só urgente valorização do magistério, mas a necessária recuperação da escola pública, aviltada e empobrecida nesses anos todos. O debate foi reativado em cinco Conferências de Educação, pela circulação de revistas especializadas e por uma fecunda produção de teses universitárias.

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição. No processo de organização, acirraram-se os debates em torno da educação pública, inclusive a escola particular, desejosa de manter o acesso às verbas públicas garantidas pela Constituição anterior. A partir desta Constituição vai se estabelecer a nova LDB, que propõe os níveis de educação: da educação básica ao ensino superior; modalidades de educação e ensino: infantil, fundamental, médio, superior, jovens e adultos, profissional, especial, indígena e a distância.

O Projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elísio, em 1988. No ano seguinte, o deputado Jorge Hage enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto, o qual foi aprovado em 1993, tendo como relator Cid Sabóia. Este projeto resultou em um amplo debate nas esferas da Câmara Federal, da sociedade civil e no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresentou um novo Projeto que não levava em conta o projeto original, o qual acabou por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elísio. Em 1995, o Ministério da Educação encontrava-se empenhado na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs) – temas transversais.

No ano de 1990, foi realizada a Conferência de Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, onde foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que estabelecia as diretrizes para os planos decenais de educação. No Brasil, são organizados debates em todo o país, sob a coordenação do MEC, realizando-se em maio de 1993 a Semana Nacional de Educação para Todos, em Brasília. Saiu, então, o Plano Decenal de Educação, com diretrizes para o período de 1993-2003, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzissem à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Até os dias de hoje, muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é mais de manter o *status*, para aqueles que frequentam os bancos escolares, e menos de oferecer conhecimentos básicos, para serem aproveitados pelos estudantes em suas vidas práticas.

Na realidade, estamos vivendo uma profunda crise de valores e, nesse contexto, podemos incluir a educação. Mas, esse momento de transição que estamos vivenciando pode gerar propostas e ações futuras capazes de desvincular a educação brasileira do modelo europeu de educação, criando soluções novas em respeito às características brasileiras.

A educação no século XXI – uma nova perspectiva

A chegada do século XXI vem marcada com algumas características: o mundo globalizado e a emergência de uma nova sociedade que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento. Tal cenário traz inúmeras transformações em todos os setores da vida humana. O progresso tecnológico é evidente e a importância dada à informação é incontestável. Trata-se de uma revolução que agrega novas capacidades à inteligência humana e muda o modo de trabalharmos juntos e vivermos juntos.

No atual contexto de globalização das relações econômicas, políticas e culturais e de acelerada mudança da base tecnológica e do processo produtivo, a educação tornou-se um vetor estratégico para o

desenvolvimento sustentável e equitativo.

Para tanto, não basta apenas assegurar a expansão do sistema educativo. É preciso promover a melhoria da qualidade do ensino ofertado, em todos os níveis, sem o que será impossível atender à demanda de recursos humanos cada vez mais qualificados para acompanhar as mudanças em curso.

Os constrangimentos, os desafios e os dilemas da Educação do século XXI devem-se aos diferentes tipos de configuração que o ensino foi assumindo nos últimos 75 anos: aos impasses e ambiguidades do processo legislativo educacional, às crises nos cursos de formação de professores e no sistema educativo, às reorganizações curriculares do ensino e à escolaridade obrigatória básica.

Discute-se o novo enfoque das políticas educacionais na década de 90, centrado na busca da qualidade e na promoção da equidade. Na continuação, busca-se a eficácia da avaliação educacional como indutor do esforço para a melhoria da qualidade.

Examinam-se hoje as perspectivas de definição de padrões nacionais, ensaiando algumas respostas possíveis frente a esta problemática que hoje ocupa o debate internacional sobre as estratégias de melhoria da qualidade do ensino.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação contemporânea sofre influências de três contextos distintos; o contexto político, no qual diferentes correntes de pensamento se debatem; o econômico, que diz respeito às transformações da sociedade, de seus modos de produção material e simbólico; e o ideológico, local onde ocorrem as disputas mais silenciosas, em que a tendência predominante procura manter seu espaço e defender seus interesses contra as outras correntes.

No contexto político, o debate ocorre entre diversas tendências educacionais, porém duas delas merecem destaque neste texto, tanto pelo caráter amplo de suas concepções, quanto pelos seus posicionamentos claros em defesa de ideais distintos de modelos de sociedade, essas são a progressista e a conservadora.

O conflito dos interesses defendidos por essas duas correntes teve como cenário político contemporâneo as discussões acerca da elaboração da constituição de 1988, na qual os princípios gerais eram a defesa do ensino público, laico e gratuito em todos os níveis, sem nenhum tipo de discriminação econômica, política ou religiosa; a democratização do acesso, da permanência e a gestão da educação, a qualidade do ensino e o pluralismo de escolas públicas e particulares, com exclusividade de

destinação de recursos governamentais para as primeiras.

Para concretizar os pressupostos encaminhados pela Constituição Cidadã, foi implementada a LDB que tem viabilizado, dentro do processo que lhe é peculiar, a concretização dos princípios que defendem um ensino de qualidade e gratuito. Porém, ainda existe um longo caminho a percorrer. Estamos caminhando rapidamente para uma sociedade muito diferente que em parte vislumbramos, mas que ainda nos reserva inúmeras surpresas.

Pela prevalência das novas tecnologias, é possível afirmar que será uma sociedade conectada, com possibilidades de comunicação, interação e de aprendizagem inimagináveis hoje. Os processos de educação que serão implantados serão profundamente diferentes dos atuais.

Todas as sociedades educam, transmitem seus valores e a tradição. Não podemos prever o que essas mudanças irão propiciar. No entanto, sabemos que a aprendizagem será a essência da nova sociedade: aprender a conhecer, a sentir, a comunicar-se, a equilibrar o individual e o social. Será uma sociedade de maior participação direta, que decidirá as principais questões, sem tantos intermediários.

E o que podemos esperar da tecnologia no contexto da aprendizagem? Será uma aprendizagem mais tutorial, de apoio, ajuda. Será uma aprendizagem entre pares, entre colegas, e entre mestres e discípulos conectados, em rede, trocando informações, experiências, vivências. Aprenderemos em qualquer lugar, a qualquer hora, com tecnologias móveis poderosas, instantâneas, integradas, acessíveis. Não precisaremos ir a lugares específicos, o tempo todo. Iremos para alguns contatos iniciais e para a avaliação final. O restante do tempo estaremos conectados audiovisual e interativamente, quando o quisermos, com quem quisermos.

Em poucas décadas, os modelos atuais nossos de ensinar e de aprender comporão um capítulo específico da História da Educação e mais adiante da pré-história dela. Nossos prédios e organização em salas de aula, de acesso diário, de tempos fixos e atividades iguais para todos serão considerados modelos totalmente antipedagógicos e antieconômicos, analisados como a organização possível numa sociedade industrial do passado, já então totalmente superados e esquecidos.

Uma educação inovadora se apoia em um conjunto de propostas com alguns grandes eixos que lhe servem de guia e de base: o conhecimento integrador e inovador; o desenvolvimento da autoestima/

autoconhecimento (valorização de todos); a formação de alunos-empresendedores (criativos, com iniciativa) e a construção de alunos-cidadãos (com valores individuais e sociais). Aos poucos, a escola se tornará mais flexível, aberta, inovadora. Será mais criativa e menos cheia de imposições e obrigações. Diminuirá sensivelmente a obrigação de todos terem que aprender as mesmas coisas no mesmo espaço, ao mesmo tempo e da mesma forma. Mas a quem atenderá essa nova concepção de educação?

A educação, apesar das mudanças empreendidas, não poderá jamais esquecer de que deve expressar a importância de estar voltada aos valores humanos, à democratização de oportunidades e à democratização da sociedade.



Exercícios Propostos

Por que a educação não é assunto prioritário no Brasil colonial?

Que influências os jesuítas exerceram sobre os colonos?

Quais os problemas decorrentes da expulsão dos jesuítas no Brasil?

Faça um breve resumo comentado sobre a educação primária, secundária e superior no Brasil imperial.

Faça um breve texto, sintetizando as reformas ocorridas na educação durante a República e a relação em prol de sua democratização. (máximo de duas laudas)

Na sua concepção, quais seriam as medidas que poderiam ser tomadas rumo a uma educação de qualidade no contexto atual da educação brasileira?

Questão para ser discutida no fórum

Em relação à educação no Brasil, discuta sobre: Que modelo de educação foi implantado no Brasil colônia e quais as consequências desse modelo para o contexto atual? O que precisa ser modificado na educação brasileira para atender às exigências da atualidade?



UNIDADE 4

**Visão Histórica da
Educação Piauiense**



4

Educação no Piauí: do período colonial ao início do período republicano

Da Bahia, partiram os primeiros desbravadores do Piauí. Uma expedição chefiada pelos fazendeiros da Casa da Torre foi organizada com a intenção de combater os índios, que constantemente atacavam suas fazendas, penetrando nas terras piauienses pela parte sul no final do século XVII. Dos componentes dessa expedição, Domingos Afonso Mafrense e seu irmão Julião Afonso, ao verem que a região era propícia para a criação de gado, trataram logo de instalar suas fazendas, dando início ao processo de colonização deste Estado. O Piauí, portanto, nasceu sob o signo da pecuária, tendo o vaqueiro como a figura típica dos primórdios de sua história.

A educação formal não teve pressa em acontecer no Piauí. Dentre os empecilhos apontados por Ferro (1996) para este atraso, destacam-se a rarefação da população situada em fazendas distantes umas das outras e o desinteresse dos habitantes que não viam na educação uma necessidade para sua vida, por ser o ensino dissociado da realidade. Além desses fatores, Reis (2006; p.80) acrescentou que a dificuldade de se encontrar pessoas com conhecimentos mínimos para o exercício da profissão de professor e da falta de estímulo salarial foram entraves constantes para que a educação se firmasse no Piauí.

Educação no Piauí colonial

No Período Colonial, poucas foram as manifestações da corte portuguesa no sentido de organizar uma educação formal na Capitania do Piauí. As escolas criadas na forma da lei muitas vezes não se concretizavam de fato e, se saíam do “papel”, não passavam de tentativas frustradas, fechando logo suas portas pelos motivos acima mencionados.

Os jesuítas ficaram conhecidos na história do Brasil pela sua dedicação à educação dessa terra. Porém, não se pode dizer que, no Piauí, eles tiveram esse mesmo empenho. Segundo Nunes (1975; p.275), em suas atividades na Capitania do Piauí, eles se apresentam mais como

curráleos que educadores propriamente. O interesse maior da fixação dos jesuítas no Piauí foi administrar as fazendas de gado deixadas em testamento por Mafrense, em 1711, para a Companhia de Jesus.

A atividade dos jesuítas no Piauí foi mais evangelizadora do que educadora, e de administradores das fazendas que mantinham financeiramente os colégios da Bahia, onde se desenvolvia uma educação de maior qualidade (FERRO: 1996). Esta foi uma das grandes fragilidades da nascente colônia.

Apesar da lacuna deixada pelos jesuítas no ensino de primeiras letras no Piauí, Ferro (1996) informa que eles tomaram providências de criar, em Oeiras, na época ainda denominada de Vila da Mocha, em 1749, o Seminário do Rio Parnaíba para formação de sacerdotes, denominado também de Seminário da Sambaíba, essa que seria a primeira escola de nível secundário do Piauí não entrou em atividade, sendo transferida para Aldeias Altas, hoje Caxias (MA).

Através do Alvará de 3 de maio de 1757, foram criadas duas escolas de instrução primária no Piauí, na Vila da Mocha, sendo uma para meninos e outra para meninas, apresentando um conteúdo curricular diferenciado. Sobre o que se ensinava nessas escolas, Costa (1974; p.126) diz que os meninos deveriam aprender a doutrina cristã, ler escrever e contar; enquanto que às meninas “Ihes deveria ensinar, além da doutrina cristã, a ler, escrever e contar, cozer, fiar, fazer rendas etc.”. Tudo isso, porém, não se tem notícias que chegou a se concretizar. Essa realidade do Piauí sem escola vai perdurar por bastante tempo.

Embora tenham sido constantes as reclamações sobre o estado de abandono em que se encontrava a educação, a Coroa portuguesa permanecia indiferente aos apelos dos governantes da distante Capitania do Piauí, obrigando o seu povo a permanecer na ignorância.

No início do século XIX, ter acesso a uma cultura letrada era privilégio de uma minoria que podia pagar um professor particular para ensinar seus filhos, pois não havia, nesta época, uma só escola pública em funcionamento no Piauí.

Em 1815, foram criadas três escolas públicas de primeiras letras no Piauí que deveriam ser instaladas na cidade de Oeiras e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior, com ordenados marcados para seus professores de 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis) anuais para o professor de Oeiras, por ser a capital, e de 60\$000 (sessenta mil réis) anuais para os professores das duas outras vilas. Estas escolas, para alguns historiadores, só entraram em funcionamento alguns anos após

sua criação e logo fecharam; para outros, porém, elas não chegaram a funcionar. Provavelmente tais ordenados não atraíram as pessoas para o cargo de professor, se sujeitando a trabalhar por tão baixa quantia, inferior até mesmo ao que recebia um feitor de escravo na época que era de 200\$000 (duzentos mil réis) (REIS: 2006).

Em 1818, uma resolução real mandou criar em Oeiras uma cadeira de Latim que permaneceu vaga até 15 de janeiro de 1822, quando foi nomeado, provisoriamente, José Lobo Fróis que veio da Bahia para assumir o cargo de professor.

Essa se constituiu a realidade educacional do Piauí Colônia. Podemos afirmar que neste período o ensino público não se estruturou formalmente e que quase a totalidade da população era analfabeta.

Educação no Piauí Imperial

O Piauí entrou no Período Imperial apresentando um quadro desalentador em relação à educação. Diante de tal situação merece destaque a atuação do Padre Marcos de Araújo Costa que mantinha, em regime de internato, uma escola que trazia o mesmo nome de sua fazenda, Boa Esperança, localizada em terras que hoje pertencem ao município de Jaicós. Esta escola funcionou de 1820 até 1850, fechando suas portas com a morte de seu idealizador. Segundo Ferro (1996; p.63), este colégio pode “ser considerado como a primeira escola a existir de fato e o Padre é considerado por muitos dos seus coestaduanos como o primeiro mestre-escola do Piauí”.

Com a proclamação da Independência, em 07 de setembro de 1822, o Brasil deixou a condição de colônia e entrou em uma nova fase de sua história – o Período Imperial. Dom Pedro I, o Imperador do Brasil, outorgou a primeira Constituição brasileira, em 1824 e nela, o art. 179, item 32, tratava sobre a educação, estabelecendo os princípios da gratuidade do ensino e universalidade da instrução pública, que veio a ser regulamentada pela Lei de 15 de outubro de 1827, que ficou conhecida como Lei Geral do Ensino.

A Lei Geral do Ensino trouxe algumas inovações, dentre elas a disseminação do ensino, determinando que fossem criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do país; estabelecendo os ordenados dos professores que, conforme a população e a carestia do local em que fossem lotados, poderiam variar entre 200\$000 a 500\$000 anuais; com

Saiba mais

Ou Método Lancaster “Adotado no Brasil no início do Império, foi uma tentativa simplista de solução para o problema complexo da educação. Tratava-se de um professor atingir grande quantidade de alunos, através de alunos com melhor desempenho, que orientariam colegas mais fracos como monitores de aulas” (FERRO: 1996; p. 61).

equivalência salarial para ambos os sexos; decidindo também sobre os conteúdos a serem ensinados, recomendando que fossem distintos para meninos e meninas; indicando a adoção do método mútuo e exames para admissão de professores.

O Piauí, no cumprimento desta lei, iniciou um processo de criação de escolas. No curto mandato do Presidente da Província, João José Guimarães e Silva - 15/02/1829 a 17/02/1831, foram criadas escolas de primeiras letras em Oeiras, capital da Província, e em outras localidades como Jaicós, São Gonçalo, Poti, Campo Maior, Barras, Jerumenha, Valença, Parnaguá, Parnaíba, Piracuruca, Marvão e Piranhas. Foram também criadas cadeiras de Latim em Oeiras, e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior.

O ensino no Piauí começou a tomar corpo, pelo menos no que diz respeito à criação de escolas, porém, na mesma proporção, aumentaram as preocupações em encontrar professores com condições mínimas para regê-las. As escolas da Província, desta época, eram ministradas por:

"[...] inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não queriam se sujeitar à sorte precária do magistério – com o que a instrução corria à revelia, árida e improfícua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que aceitavam, ou não eram habilitados, ou mal cumpriam com seus deveres". (ALENCASTRE: 1981; p.90).

Por recomendação da Lei Geral do Ensino, de 1827, as escolas deveriam adotar o método de ensino mútuo ou monitorial. A opção pela adoção oficial desse método pedagógico nas escolas brasileiras tinha como finalidade levar a instrução primária a um grande número de pessoas sem a necessidade de muitos mestres.

Esse método pedagógico, ao ser escolhido no Brasil, já era conhecido popularmente em vários países do mundo, como Portugal, Itália, França, Alemanha, Austrália, Índia, México, Argentina e outros. Era também conhecido pelo nome de método de Lancaster, denominação extraída do sobrenome de Joseph Lancaster, professor de uma escola para crianças pobres de Londres que, em 1798, fez uso com sucesso desse método pedagógico em sua escola, tornando-o popular.

No Piauí, como em muitas escolas brasileiras, a adoção desse método não logrou êxito, principalmente pela falta de conhecimento e domínio em sua aplicação. Este método é caracterizado por Azevedo (1976, p.72) da seguinte forma:

"[...] cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), mestre da turma, por ser menos ignorante, ou se o quiserem, mais habilitado. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos" (AZEVEDO: 1976; p.72).

Das 14 escolas que existiam no Piauí em 1830, apenas duas estavam providas – a de Oeiras e a de Jaicós. Em 1834, o número de escolas permanecia o mesmo, no entanto, somente sete contavam com professores. Destas, apenas as duas de Oeiras adotavam o método de Lancaster e as outras cinco adotavam o método simples. Sobre esse método, informa Reis (2006; p. 90):

O método simples ou individual era o mais utilizado nas escolas do Piauí, à revelia da lei de 15 de outubro de 1827. Através deste método o professor, numa mesma classe, atendia alunos em estágios diferentes, ensinando-os individualmente de acordo com o ritmo de cada um. Sua preferência se dava pelo fato de já ser uma prática comum bastante conhecida dos professores, mesmo tendo o inconveniente de causar indisciplina, exigir maior esforço e dedicação dos professores e demandar mais tempo com o atendimento individual. Por outro lado, este método proporcionava um estreito relacionamento entre professor e aluno.

O Piauí sentiu dificuldades em executar a Lei Imperial de 1827 no que diz respeito à adoção do método de Lancaster, e isso levou à aprovação da Lei Provincial nº 86, de 20 de setembro de 1838, permitindo que as cadeiras de primeiras letras funcionassem interinamente utilizando o método simples.

O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 alterou a Constituição Imperial, responsabilizando as províncias pelo ensino primário e secundário. Essa decisão, no campo educacional, conforme opinião de Tobias (1986; p.156), levou “ao extremismo de uma descentralização desagregadora da unidade nacional e pulverizadora do ensino brasileiro”. O ensino ficou desmembrado em dois níveis, federal e provincial, dificultando a unidade do ensino público no âmbito nacional, gerando uma desorganização e desarticulação que perduraram por todo o Período Imperial. Sobre essa questão, afirma Azevedo (1976; p.75):

A descentralização do ensino fundamental, instituída pelo Ato Adicional e mantida pela República quanto ao ensino primário, atingindo um dos pontos essenciais da estrutura do sistema escolar, não permitiu durante um século edificar, sobre a base sólida e larga da educação comum, a superestrutura do ensino superior, nem reduzir a distância intelectual entre as camadas sociais inferiores e as elites do país [...] Nem as províncias, sob cuja alçada ficaram apenas o ensino primário e secundário, podiam completar os seus sistemas e erguê-los ao nível das escolas superiores.

O Ato Adicional veio complicar a situação de precariedade da educação no Piauí, pois sendo uma província pobre não tinha condições de responsabilizar-se sozinha pela promoção da instrução pública, como outras províncias que apresentavam melhores condições econômicas.

Nas primeiras duas décadas do Período Imperial, “a instrução secundária no Piauí estava reduzida às aulas avulsas de latim em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba, com funcionamento precário e inconstante, por falta de professores habilitados ou de alunos interessados” (REIS, 2006, p.91). Afirma esta autora que os jovens piauienses viam-se obrigado a parar com sua carreira de estudante ainda muito cedo; porém, na tentativa de sanar essas deficiências, foi aprovada pela “Assembleia Legislativa Provincial do Piauí [...] a Lei provincial de nº 74 de 1837 que tratava do envio de estudantes e funcionários públicos como pensionistas da província para cursar o ensino superior nas outras províncias que possuíssem escolas superiores promovidas e regulamentadas pela Coroa Imperial”.

As escolas, nessa época, eram submetidas a um regime disciplinar rígido, sendo comum o uso da palmatória. Para Souza (2004), citada por Reis (2006; p.95):

O castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal; a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias. Era uma forma de impor uma disciplina rígida e, para o professor, a maneira mais rudimentar, e também a mais espetacular e fácil, de colocar sua autoridade em prática.

Nas escolas públicas do Piauí, os castigos corporais foram proibidos em 1864; no entanto essa prática permaneceu por todo período Imperial, ainda se fazendo presente no início do período republicano, pelo menos em algumas escolas particulares. Para Reis (2006: p.95), o uso da palmatória era comum no ambiente familiar e sua utilização na escola, como instrumento disciplinador, contava com o apoio dos pais, uma vez que esta era tida como a extensão do lar.

As escolas piauienses passavam por grandes privações de materiais. Segundo Reis (2006: p.97): o desenvolvimento das aulas dependia da criatividade e improvisação do professor. Acrescenta esta autora que, no Brasil, os livros eram raros até mesmo nas províncias mais adiantadas, devido às dificuldades de aquisição, por serem geralmente impressos ou importados da Europa. Ela afirma que livros no Piauí, nesta época, eram difíceis de ser adquiridos, “[...] exigia o esforço de vencer os obstáculos de comunicação que praticamente isolava a província, sem contar que poucos eram os homens de letras nesta época e menos ainda eram os que se interessavam em tê-los” (REIS: 2006; p. 97).

Em 28 de julho de 1845, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu o comando da Província do Piauí imbuído do propósito de melhorar a situação do ensino público. Havia, naquele ano, 21 cadeiras de primeiras letras, 18 para o sexo masculino e 3 para o sexo feminino; no entanto, apenas algumas escolas para meninos encontravam-se funcionando de forma irregular e com uma frequência muito baixa e as escolas femininas não estavam providas de professoras. No que diz respeito ao ensino secundário, existiam apenas três cadeiras de Latim, na cidade de Oeiras e nas vilas de Príncipe Imperial e Parnaguá.

Saiba Mais



“Através deste método, a ação pedagógica era focada no professor que deveria separar seus alunos em grupos menores, conforme o grau de desenvolvimento de cada um. Este método tinha a vantagem de assegurar aos alunos a aquisição de um conhecimento de melhor nível, pois os grupos homogêneos de alunos eram atendidos diretamente pelo professor e não por monitores como no método mútuo, além de apresentar maior racionalização do tempo em comparação com o método individual, porque o atendimento era dado de uma só vez a vários alunos” (REIS: 2006; p.100).

Das mudanças educacionais promovidas, além da substituição do método simples e do método Lancaster, por Zacarias de Góis, introduzindo o método simultâneo, Reis (2006: p.100) destaca as seguintes:

Uma alternativa para tentar solucionar o problema do baixo número de frequência e do alto índice de evasão escolar foi determinar a obrigatoriedade do ensino. Pela Lei 198, aos pais era imposta a obrigação de mandar seus filhos de 7 anos até 10 anos se meninas e até 14 anos se meninos a frequentarem as escolas de instrução primária e delas não os retirarem sem a aprovação dos mesmos nos exames finais, sob pena de serem multados em 10\$000 (dez mil réis anuais) por cada um (REIS:2006; p.100).

Um dos feitos de destaque na educação durante o governo de Zacarias de Góis foi a fundação do Liceu Provincial. Essa foi a primeira instituição de ensino secundário do Piauí criada, em 4 de outubro de 1845, em Oeiras, capital da Província. Iniciou seu funcionamento de forma precária, apenas com a cadeira de Latim em atividade. Somente à medida que foram surgindo pessoas habilitadas é que as demais cadeiras do currículo iam sendo ocupadas. As cadeiras que formavam o currículo inicial do Liceu eram Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral.

Em 1852, a capital do Piauí foi transferida para Teresina e para a nova capital também foi o Liceu. De acordo com Ferro (1996; p. 69):

A situação na nova capital foi tão difícil no início que, até 1854, o Liceu funcionou em casa de alguns professores, transferindo-se dois anos depois para um prédio público [...] Passou ainda por vários endereços como o do Arquivo Público, o prédio onde hoje [1996] funciona a AGROVETE, na esquina das ruas Rui Barbosa com Desembargador Freitas e no prédio onde atualmente está instalada a Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho na Praça Demóstenes Avelino até chegar já à época do Estado Novo a instalar-se definitivamente no seu atual endereço na Praça Landri Sales.

Foi também ideia de Zacarias de Góis a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices; porém este ato só se concretizou em 24 de setembro de 1847, no governo de Marco Antônio de Macedo, após aprovação da Lei Provincial nº 220. Essa escola teve que aguardar ainda

dois anos para entrar em funcionamento, o que só ocorreu em 1º de dezembro de 1849, no governo de Anselmo Peretti (REIS: 2006; p.120).

Sobre esta escola afirma Ferro:

As atividades eram exercidas através das oficinas de carpina, marcenaria, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro. Foi transferida para a nova capital à época da sua fundação, tendo os seus alunos sido úteis nos trabalhos de construção e instalação dos vários serviços que se iniciavam em Teresina. Este Colégio também passou por situações várias de fechamento e reabertura, sob a alegação de que onerava os cofres públicos. Entretanto, era um tipo de instituição que, mesmo sendo pública, funcionava, em parte, de modo autossustentável, pois os trabalhos realizados pelos alunos rendiam algum dinheiro, e uma parcela considerável destes recursos era aproveitada para manutenção (FERRO: 1996; 69-70).

Nos discursos dos governantes, os professores, por sua inabilidade, eram constantemente responsabilizados pelo atraso do ensino na Província; no entanto, como ressalta Reis (2006), ser professor no Piauí, no Período Imperial, era muito difícil, exigindo que os mesmos se esforçassem para superar as “precárias condições de trabalho, [...] baixa remuneração recebida, [...] a ausência de espaços físicos apropriados e a carência de material básico de ensino”, sem contar com a inexistência de instituições próprias para sua formação, pois, no Período Imperial, houve apenas algumas iniciativas, sem êxito, de instalação da Escola Normal.

Um estudo realizado por Soares (2004) diz que a Escola Normal, no Piauí, foi criada em 1864, entrando em funcionamento no dia 3 de fevereiro de 1865, até ser extinta em 1867. Sobre os percalços vividos por essa instituição de ensino, Ferro (1996, p.71) relata que:

O ensino normal também passou por sucessivas extinções. Foi extinto em 1867, pela Lei Provincial nº 599 de 9 de outubro de 1867. Outra Lei Provincial, a de nº 753 de 29 de agosto de 1871, cria um curso normal de três anos anexo ao Liceu, que tem vida efêmera e é extinto pela Lei Provincial nº 858 de 11 de junho de 1874. Com a denominação de Escola Normal, é novamente recriado pela Lei nº 1062 de 11 de junho de 1882, com um curso de dois anos de duração. O currículo oferecia, ao lado de disciplinas como Gramática, Geografia, Pedagogia, Metodologia, etc..., outras disciplinas como

Costura, Trabalhos de Agulha, Corte de Roupa Branca e Bordados Brancos de Lã que bem demonstravam o tipo de formação para os mestres, direcionada especificamente para as mulheres. Observa-se também a influência religiosa, em disciplinas como Instrução Religiosa, Doutrina e História Sagrada, Antigo e Novo Testamento. Esta escola foi extinta através da Lei nº 1197 de 10 de outubro de 1888 (FERRO: 1996; p.71).

Reis (2006), tomando como referência o Regulamento Interno para as aulas de primeiras letras, de 23 de dezembro de 1861, relata o cotidiano das escolas de primeiras letras, pela sua importância para o conhecimento da cultura escolar da época. A autora afirma que as aulas tinham início no turno da manhã, às 8h, e no turno da tarde, às 14h. Os alunos eram agrupados em cinco turmas, conforme adiantamentos nos estudos. A disciplina era rigorosa e o silêncio reinava na sala, em respeito ao professor. Era proibida qualquer conversação entre os alunos, e ao aluno que não obedecesse às determinações do professor eram aplicadas reprimendas morais verbais ou castigos físicos moderados com a palmatória, podendo até mesmo ser expulso da escola. Ao término da aula:

"[...] o decurião arrecadava, anotava e guardava todos os objetos que pertenciam à aula, prestando conta dos mesmos ao professor. Podiam os alunos, com o consentimento do professor, levar por empréstimo livros ou outro material para complementarem seus estudos em casa. Na hora da saída, 11 horas e 17 horas, o professor despachava os grupos de alunos, uma turma de cada vez, mantendo a ordem até o fim" (REIS: 2006; p. 138-139).

A educação no Piauí chegou ao final do Império sem conhecer grandes avanços. A situação era de abandono. O ensino seguia o modelo de aulas avulsas, com frequência irregular, carência de professores habilitados, falta de materiais didáticos e outros obstáculos que permaneceram intransponíveis. O Piauí entrou em 1889, ano da Proclamação da República, com somente 61 escolas atendendo apenas 1.928 alunos, quantidade insignificante se for levado em consideração que mais de dez mil piauienses eram analfabetos (NUNES: 1975; p. 298).

Educação no Piauí Republicano

O final do século XIX foi marcado por um acontecimento importante para a vida política do país – a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. O país precisava assumir uma nova identidade e à educação coube a

tarefa de moldar os contornos da nova sociedade nascente.

No Brasil, muitas reformas ocorreram no período da Primeira República no setor educacional, acompanhando o clima de reformas que vinha acontecendo no país, o Piauí também estruturou as suas escolas. Segundo Ferro (1996, p.87), “se a Primeira República a nível nacional teve a educação caracterizada por reformas, no Piauí também elas se apresentam, de forma consecutiva e desconexa”. Algumas delas não passaram de tentativas frustradas de mudar o quadro de precariedade educacional herdado do Império, as mudanças pretendidas muitas vezes não se concretizavam por se chocarem com o jogo de interesses políticos partidários. De acordo com Reis (2000), a política partidária imperava no interior da sociedade piauiense, trazendo consequências negativas para a educação no Estado; como prova dessa assertiva, cita um trecho do relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Pedro Sampaio (1889):

Aqui no Piauí, onde o pensamento está coacto por uma política tacanha e chata, que infiltra em todos os corações o orgulho e o egoísmo, e onde ela penetra até no seio das famílias, perturbando-lhes a paz e o sossego doméstico, a instrução pública primária é uma utopia, ou antes o viveiro do filhotismo dos partidos políticos (apud REIS: 2006; p.157)

Quanto à interferência do poder político partidário no campo educacional, Ferro (1996, p.89) diz que: “a influência na contratação de professores na rede pública acontecia rotineiramente. A indicação era feita por uma pessoa de prestígio político, sem levar-se em conta a aptidão, o preparo ou a capacidade para o exercício da profissão”.

Nos primeiros anos de regime republicano, as iniciativas legais foram inócuas, não conseguindo sanar os problemas educacionais. Continua a mesma penúria do regime imperial. Era grande a quantidade de analfabetos no Estado e mesmo tendo aumentado para 89 o número de escolas, em 1901, 12 anos após a Proclamação da República, isso era insignificante para o atendimento da demanda.

HABITANTES	ESCOLAS	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	ALUNO/HAB
300:000	89	2.963	2.324	1 / 129

Quadro 01: Situação do ensino público no Piauí em 1901.

Fonte: Reis (2006, p. 162), baseado na mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado, em 1º de junho de 1901. Arquivo Público do Estado.

Somente em 1910, com a Lei nº 548, é que a educação piauiense começou a dar sinais de avanços. Dentre outros aspectos, essa lei tratava:

Da laicidade, gratuidade e liberdade do ensino; divisão do ensino em primário, normal e profissional; do ensino secundário mantendo o funcionamento do Liceu, enquanto não existissem no Estado escolas particulares equiparadas do Ginásio Nacional com a finalidade maior de preparar os alunos para os cursos superiores da República; do incentivo às escolas particulares concedendo-lhes prêmios em dinheiro pelo atendimento de determinado número de alunos pelo programa oficial; da introdução dos grupos escolares e da figura do diretor ou diretora com funções administrativas e técnicas; da adoção do método intuitivo e atenção especial à instrução moral e cívica; da Escola Normal destinada exclusivamente para mulheres; do incentivo à formação de professoras oriundas dos municípios do Estado pela Escola Normal e sua imediata nomeação como efetivas, casos alcançados pelas interinas somente mediante exames na referida escola independentemente de frequência; e dos vencimentos, gratificações por tempo de serviço e licenças. (REIS: 2006; p. 156)

Com base na Lei nº 548/1910 foram criados, no Piauí, a Escola Normal Oficial e os Grupos Escolares. A Escola Normal tinha a função de formar as professoras que seriam encaminhadas para os Grupos Escolares. Lopes (2001; p.68) diz que “não podemos falar em grupo escolar sem referência a professora normalista. O grupo escolar foi o lugar tomado como natural para a ação dessa docente, que já detinha o direito exclusivo à efetividade do cargo” (LOPES: 2001; p.68).

Convém lembrar que antes do governo criar oficialmente a Escola Normal, a Sociedade Auxiliadora da Instrução, instituição não governamental, formada por intelectuais preocupados com a situação educacional do Estado, fundou a Escola Normal Livre. Segundo informações de Soares (2004; p.76):

A Escola Normal Livre funcionou inicialmente em um dos salões da Assembléia Legislativa Estadual, destinando-se exclusivamente ao sexo feminino e matriculou 17 alunas no primeiro ano. O curso de caráter laico foi programado para dois anos de duração, pela urgente necessidade de diplomar normalistas (SORAES: 2004; p.76)

A Escola Normal Oficial criada em 1910 apresentava uma proposta de conclusão do curso em três anos e funcionava em regime de externato. Era frequentada exclusivamente por mulheres; o homem que desejasse ser professor era submetido apenas a exames das matérias que constituíam o currículo do curso. Somente, com o Decreto nº 1.438 de 1933, é que foi permitida a formação de turmas mistas no curso normal. Ferro (1996; p.106) informa que:

Para a implantação definitiva do ensino normal, o governo solicitou a vinda da professora normalista Firmina Sobreira, formada pela Escola Estadual do Estado do Maranhão, que se aplicou à consolidação do curso normal e é, pela sua dedicação à causa, considerada como uma das principais responsáveis pela continuidade da formação de professores.

Com a criação da Escola Normal Oficial, em Teresina, o ensino voltado para a formação de professores se consolidou e disseminou-se no Piauí. Esta escola sofreu várias modificações ao longo de sua trajetória no embalo das reformas educacionais ocorridas em âmbito federal e estadual. Recebeu outras denominações: de Escola Normal Oficial passou a ser chamada de Escola Normal “Antonino Freire” em homenagem a um de seus idealizadores. De 1971 a 2003, foi transformada em Instituto de Educação “Antonino Freire” por força da Lei 5692/71 e, com a LDB 9394/96, foi transformada em Instituto Superior de Educação

Uma das inovações educacionais, ocorrida com o advento da República, foi a criação dos grupos escolares. No Brasil, o primeiro estado a adotar o modelo de grupos escolares foi São Paulo, em 1894. Lopes (2006; p.91) diz que, no Piauí, o processo de criação dos grupos escolares tem na fundação do Grupo Escolar Miranda Osório, em 1922, na cidade de Parnaíba, o marco de uma nova fase. Este foi [...] o primeiro grupo escolar implantado no estado (LOPES: 2006; p.91).

Os grupos escolares surgiram para substituir o modelo de escolas isoladas existentes desde a época do Império, em que o ensino era realizado na própria casa do professor a um só tempo para alunos de variados graus de aprendizagem. Segundo Reis (2006; p;183):

O processo de transição do modelo de escolas isoladas para o de grupos escolares, no Piauí, ocorreu lentamente, a exemplo de outros estados brasileiros. Primeiramente, [...] foi adotado o regime de escolas reunidas, considerado transitório entre as escolas isoladas e os grupos escolares.

Os grupos escolares eram formados por classes seriadas que reuniam alunos conforme o grau de adiantamento de cada um. Esse modelo de organização escolar, a partir da segunda década do século XX, começa se expandir pelas principais cidades do Piauí. Reis (2006, p.185) diz que “o surgimento dos grupos escolares não suprimiu de vez a existência das escolas isoladas, sendo essas encontradas em muitas localidades rurais ainda em nossos dias com a denominação mais usual de escolas multisseriadas”.

No quadro abaixo, Reis (2006; p. 184) apresenta os grupos escolares criados no Piauí entre os anos 1922 e 1930:

ANO	LOCAL	NOME DO GRUPO ESCOLAR
1922	Parnaíba	Grupo Escolar “Miranda Osório”
1926	Teresina	Grupo Escolar “Demóstenes Avelino”
1928	Teresina	Grupo Escolar “José Lopes”
		Grupo Escolar “Antonino Freire”
		Grupo Escolar “Teodoro Pacheco”
		Grupo Escolar “Matias Olímpio”.
	União	Grupo Escolar “Fenelon Castelo Branco”
	Parnaíba	Grupo Escolar “José Narciso”
	Livramento (José de Freitas)	Grupo Escolar “Pe. Sampaio Castelo Branco”
	Barras	Grupo Escolar “Matias Olímpio”
	Campo Maior	Grupo Escolar “Valdivino Tito”
	Picos	Grupo Escolar “Coelho Rodrigues”
Floriano	Grupo Escolar “Agrônomo Parente”	
1928 / 1929*	Oeiras	Grupo Escolar “Costa Alvarenga”
1930	Pedro II	Grupo Escolar “Marechal Pires Ferreira”
	Cocal	Grupo Escolar “José Basson”
	Teresina	Grupo Escolar “Barão de Gurguéia”
	Piripiri	Grupo Escolar “Padre Freitas”

Quadro 02 – Relação dos grupos escolares criados no Piauí de 1922 até 1930
Fontes: Reis (2006, p. 184).

O currículo das escolas de nível primário, com base no Regulamento de 1910, era composto das seguintes disciplinas: leitura, gramática, escrita, caligrafia, aritmética, geometria, geografia geral,

geografia do Brasil e cosmografia, história do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, música, desenho, ginástica, exercícios militares e trabalhos manuais. Todas essas disciplinas deveriam ser permeadas pela educação moral e cívica com o fim de despertar nos alunos sentimentos cívicos e patrióticos exigidos ao novo cidadão republicano (REIS: 2006). Essa autora informa que, a partir do Regulamento de 1933, o currículo das escolas ficou constituído das seguintes matérias:

literária (leitura e escrita; língua materna), cívica (história; noções de educação moral e cívica; geografia), social (línguas; urbanidade), científica (matemática, rudimentos de ciências físicas e naturais; noções de cosmografia), artística (canto e música; desenho; caligrafia), biológica (noções de higiene; ginástica), prática (lições de coisas; rudimentos da agricultura e pecuária) e manual (trabalhos) (REIS: 2006; p.222).

O tempo escolar também foi alterado nas escolas com a inclusão do recreio, que dividiu o turno escolar de quatro horas em dois momentos. A racionalização do tempo tinha o propósito de torná-lo mais útil e vantajoso. Reis (2006; p. 186):

recomendava que, no seu primeiro momento, a atenção fosse dada, preferencialmente, às lições e exercícios que exigissem maior esforço por parte do aluno, tendo a preocupação de que cada atividade não excedesse a 40 minutos, além de sugerir que fossem aplicados exercícios variados de modo a manter o aluno sempre ocupado, mas sem enfado.

As professoras formadas na Escola Normal, embaladas pelos preceitos escolanovistas, começam a adotar uma nova postura, valorizando o aluno e baseando sua prática pedagógica em atividades concretas com adoção do método intuitivo com o fim de estimular o interesse da criança. Os livros tornaram-se mais acessíveis, as salas de aulas mais aconchegantes, enfeitadas de mapas, globos e cartazes; a relação professor-aluno tornou-se mais afetiva; os castigos abrandaram e as datas comemorativas passaram a fazer parte do calendário escolar. A escola ficou mais alegre e convidativa.

O ensino secundário tinha o Liceu como referência. Essa escola, que foi criada no Período Imperial e que viveu um clima de instabilidade

Saiba mais

O Grupo Escolar Costa Alvarenga foi criado no ano de 1928 e entrou em funcionamento no ano de 1929.

sendo extinta e reaberta alguma vezes, firma-se de vez no primeiro período da República. Segundo Ferro (1996, p. 109), o Liceu “passou por todas as mudanças na orientação legal que as sucessivas reformas educacionais determinaram”. Em 1916, é equiparado ao Colégio Pedro II e, em 1936, é instalado em sua sede própria, localizada na praça Landri Sales, local em que até hoje permanece em pleno funcionamento, trazendo o nome de Colégio Estadual Zacarias de Góis, em homenagem ao seu idealizador, mas continua popularmente sendo chamado de Liceu.

A educação escolar no Piauí, não muito diferente da educação no Brasil, demorou muito a se instalar e a sua implantação ocorreu com avanços e retrocessos. É salutar evidenciar que no Piauí, mesmo com elevado índice de analfabetismo, a educação estava dissociada da realidade do trabalhador, da sua vida e de seu exercício profissional.

Hoje, apesar dos avanços obtidos, o Piauí precisa melhorar a qualidade do ensino ofertado aos seus cidadãos, em todos os níveis, sem o qual não será possível atender a demanda de recursos humanos cada vez mais qualificados para acompanhar as mudanças em curso.



Exercícios Propostos

Como se caracterizou a educação no Piauí na Colônia e no Império?

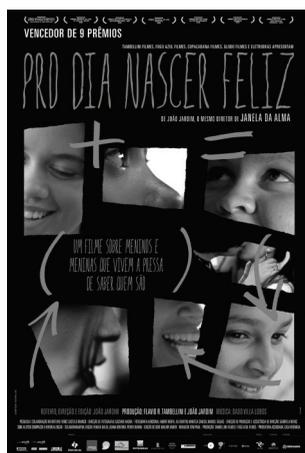
Faça uma síntese da educação no período republicano. (máximo duas laudas)

Faça um quadro comparativo dos três períodos estudados.

Questão para ser discutida no fórum – No que se refere à educação no Piauí, com base nos estudos realizados, comente sobre: No Piauí colônia houve uma preocupação com a educação? E, hoje, como está a educação no Piauí?



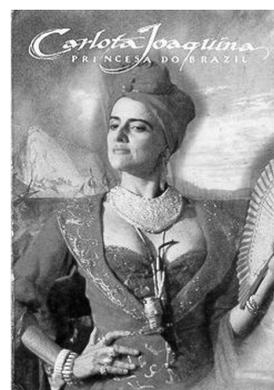
Uma Cidade sem Passado - Aborda a questão do resgate histórico e a importância da pesquisa para esclarecer a própria história. Mostra igualmente o papel da ideologia na história.



Pro dia nascer feliz – relata as diversas situações que o adolescente brasileiro enfrenta dentro da escola. Meninos e meninas, ricos e pobres, em situações que revelam precariedade, preconceito, violência e esperança.



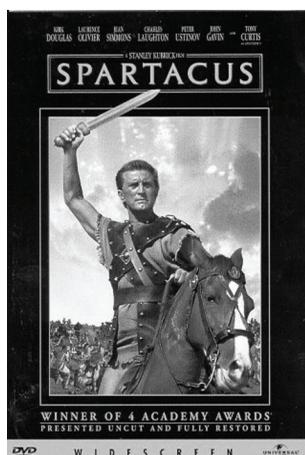
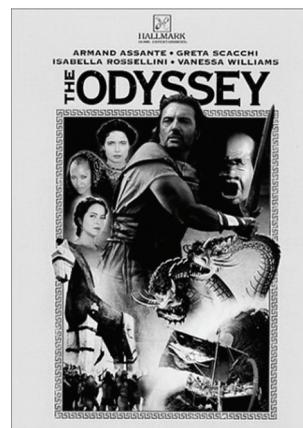
Carlota Joaquina - a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre mostrou disposição para seus amantes e pelo poder e se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil.



Educação Grega

A Odisséia - Aborda o ideal grego de educação presente no modelo homérico do herói-orador.

Ulysses - Aborda o ideal grego de educação presente no modelo homérico do herói-orador.



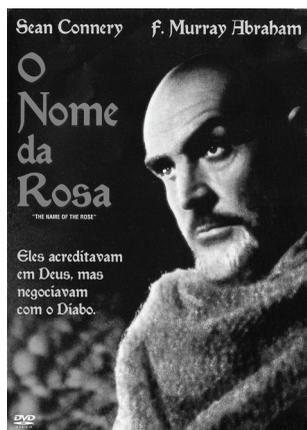
Educação Romana

Spartacus - Mostra o estilo de vida na Roma Imperial.

Gladiator - Mostra o estilo de vida na Roma Imperial.

Quo Vadis - Trata da ascensão do cristianismo na Roma Imperial e suas consequências.

Idade Média



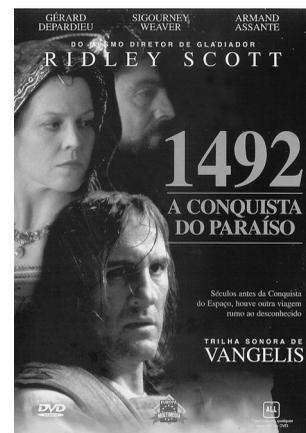
Em nome de Deus - Ilustra aspectos da educação nas universidades medievais e o estilo de vida no mundo feudal, envolvendo questões como o amor, o papel da mulher no contexto medieval e o poder ideológico da Igreja.

O nome da Rosa - Retrata o período conhecido como das grandes navegações e o choque cultural entre colonizadores e colonizados.

O Século XV e o humanismo

1492 - a conquista do Paraíso -

Retrata o período conhecido como das grandes navegações e o choque cultural entre colonizadores e colonizados.



Renascença e Reforma

Agonia e êxtase - A vida de Michelangelo, um dos mais brilhantes artistas renascentistas.

Elizabeth - As intrigas da corte inglesa no século 16, quando a rainha Elizabeth I, uma protestante, conseguiu chegar ao trono apesar das conspirações dos católicos que a detestavam e tentavam matá-la, mas que acabou se revelando uma grande soberana.



O iluminismo e as revoluções burguesas

Danton - Retrato do Terror durante a Revolução Francesa, quando os jacobinos, liderados por Robespierre, buscam livrar a França dos contrarrevolucionários.

A educação Contemporânea, os séculos XIX e XX

A noite dos desesperados - Drama mostrando a dura realidade dos anos 30, nos EUA, durante a Crise do capitalismo.

Tempos Modernos - O filme, um clássico do cinema, mostra a desumanização do trabalho numa linha de montagem e as condições de vida do operário. Embora seja um filme da década de



30 do século XX, serve para ilustrar bem a situação do operário diante das máquinas na sociedade capitalista.

Daens – um grito de justiça - Filme sobre os movimentos operários do final do século XIX. Destaca a exploração do trabalho industrial e o papel da Igreja com sua doutrina social Rerum Novarum.

Referências na Web



www.brasilecola.com/brasil-colonia.htm
www.brasilecola.com/brasil-imperio.htm
www.brasilecola.com/brasil-republica.htm
www.educacaoeseculoxxi.com.br
www.reescrevendoaeducacao.com.br
www.scielo.br/pdf/ensaio
<http://www.revistadoprofessor.com.br/>
<http://www.sbhe.org.br>
<http://www.eca.usp.br/prof/moran/tendencias1.htm>

Referências



ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1981.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1998.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. Constituição (1824). Carta de lei de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Disponível no BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.1.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez – Autores e Associados, 1988.

FERRO, Maria do Amparo B. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2001.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1990.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja**: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930). Fortaleza, 2001. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 4.

PIAUHY. Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910. Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. **Reforma a instrução pública do Estado**. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras – Piauí**. Teresina, 2006. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. “O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional”. In: Saviani, Dermeval; OIE DESLOMBARDI, José C. & SANFELICE, José L. (Orgs.) **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas - SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Cortez, 1987.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. Teresina, 2004. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3. ed. rev. São Paulo: IBRASA, 1986.



www.uapi.ufpi.br